UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ROSANA BACRON

O ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes: um estudo de caso sobre a construção da política pública municipal em São Paulo.

Versão corrigida

São Paulo
2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ROSANA BACRON

**O ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes: um estudo de caso
sobre a construção da política pública municipal em São Paulo.**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Humana do Departamento de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Léa Francesconi.

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B131a Bacron, Rosana
O ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes:
um estudo de caso sobre a construção da política
pública municipal em São Paulo / Rosana Bacron;
orientador Lea Francesconi - São Paulo, 2021.
143 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. São Paulo. 2. Políticas Públicas. 3. Relações
de Gênero. 4. Migração . 5. Ativismo. I. Francesconi,
Lea, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Rosana Bacron

Data da defesa: 11/03/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Léa Francesconi

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 06/05/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

*Ao meu pai,
que partiu pouco antes da finalização do meu mestrado.
Pai, ao senhor todo meu amor
meu respeito
minha admiração.
Mais uma conquista,
e com ela a lembrança de seu sorriso doce refletido em seus olhos.*

AGRADECIMENTOS

A trajetória do mestrado foi um caminho de grandes descobertas, de autoconhecimento, superação e enfrentamento. Retornar ao ambiente acadêmico após quinze anos de formada foi reconfortante e desafiador. Frequentar pela primeira vez uma universidade pública trouxe novas experiências e uma diversidade de aprendizados.

Aprofundar meus conhecimentos em um novo campo do saber, a Geografia Humana, representou um novo mundo. Durante o curso tive a possibilidade de entender as relações humanas com base nos meus saberes da Psicologia aliados aos da nova ciência que eu desbravava. Tenho muito a agradecer a todas as pessoas que estiveram presentes na minha vida nesse caminho.

Agradeço a minha família, minha mãe Helena, minha irmã Simone e meus irmãos Pedro César e Cláudio Gustavo, por todo apoio nesse período, pelas trocas, pelas conversas sobre as experiências de nossa trajetória e pelas angústias, sonhos e realizações de seguir a vida acadêmica. Ao meu pai, em memória, que sempre se orgulhou de sua família e que sempre apoiou meus sonhos e projetos. Nem sei, ao certo, se ele sabia o quanto esse orgulho é recíproco.

À sempre presente, e querida amiga, Ilana Mountian, agradeço imensamente todo o compartilhamento de saber, todos os momentos de escuta e pela oportunidade que me trouxe de enxergar o mundo sob uma nova perspectiva.

Especialmente agradeço às mulheres do Coletivo Equipe de Base Warmis Convergência das Culturas, Andréa, Bia, Corina, Elvira, Izabela, Jobana, Katlhleen, Lida, Mariela, Natali, Sandra e Sam. Obrigada pelo espaço compartilhado, pelas vivências propiciadas e pelo crescimento conjunto.

Tenho muito a agradecer a minha rede de amigas e amigos que durante esses anos de estudos me ouviram, me acolheram e me incentivaram a continuar. Gabriele Tangerino, Marystela Pinheiro, Ricardo Nader, Fabio Pereira, Tales Jaloretto e Guilherme Schutzer, pessoas com quem dividi minhas angústias, minhas conquistas, meus medos, minhas decepções e minhas perspectivas durante a pesquisa. Agradeço especialmente a Amanda dos Reis Fraga pelas longas conversas teóricas e por todo apoio nesse período.

Também agradeço a cooperação e parceira com a empresa que trabalho, Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios, nas figuras de Ana Maria Artigas Roca e Claudio

Gomes Junior, que me apoiaram nesse período concedendo espaço e tempo para a realização deste estudo.

Agradeço a Lea Francesconi, minha orientadora, por me acompanhar nesse período. Assim como agradeço à Universidade de São Paulo pelo espaço de aprendizagem oferecido.

E, por fim, porém, especialmente importante, agradeço imensamente às mulheres ativistas que participaram deste estudo. Alicia, Domitila, Juana, Micaela e Sofia (codinomes), a vocês todo meu agradecimento, minha admiração e o desejo que vocês sigam na trajetória ativista com muitas conquistas.

Borders surround

Borders bound

Borders marginalize

Borders frame

Borders divide

Borders kill

Borders are the ultimate man-made walls separating and differentiating us
beyond our cultures, beyond our beliefs, beyond economic hierarchies.

Borders are subjective, unnatural lines drawn by humans delineating land,
water, and air for partisan collective utilization.

If borders were natural, other animals, in fact, all beings would be bound by them. Obviously, they
aren't.

Indigenous cultures never recognized borders, cognizant of the fact that the land owns us and not the
other way around.

Borders lead to war, occupation, and bigotry, even genocide.

Worst of all, borders are a deceptive, yet constant reinforcement of the notion that we are alone,
separate from each other and all things around us.

The multi-layered borders of our lives stratify separations in their undignified definitions.

There are people dying in Kashmir due to border disputes. Shots are fired daily between North and
South Korea over border disputes. The Berlin Wall separated the German people for half a century at the border.

Israel and Palestine continue to endure conflict over their borders, and the predecessor of modern day Turkey
(Ottoman Empire) felt they had to carry out genocide to protect their borders

Borders represent the foundation of civilization, expansionism, abusive capitalism, and presumptive
occupation.

Floods don't recognize borders.

Earthquakes don't recognize borders.

Disease, famine and drought don't recognize borders.

Why should we?

Serj Tankian, 2010.

Fronteiras cercam
Fronteiras limitam
Fronteiras marginalizam
Fronteiras moldam
Fronteiras dividem
Fronteiras matam

As fronteiras são as últimas paredes feitas pelo homem que nos separam e nos diferenciam além de
nossas culturas, além de nossas crenças, além de nossas hierarquias econômicas.

As fronteiras são linhas subjetivas e artificiais traçadas por humanos delineando a terra, água, e ar para
utilização coletiva partidária.

Se as fronteiras fossem naturais, outros animais, na verdade, todos os seres estariam limitados por elas.

É óbvio que elas não são.

As culturas indígenas nunca reconheceram as fronteiras, cientes do fato de que a terra nos possui, e não
o contrário.

Fronteiras levam à guerra, ocupação e intolerância, até ao genocídio.

Pior de tudo, as fronteiras são um reforço, embora enganoso, da noção de que estamos sozinhos,
separados de todos e de todas as coisas ao nosso redor.

As multicamadas fronteiriças de nossas vidas estratificam as separações em suas definições indignas.

Há pessoas morrendo na Caxemira devido a disputa de fronteira. Tiros são disparados diariamente entre
a Coreia do Sul e do Norte na disputa de fronteiras. O Muro de Berlim separou os alemães com a fronteira por
meio século. Israel e Palestina continuam enfrentando conflitos além de sua fronteira. E o predecessor da
Turquia moderna (Império Otomano) sentiu que precisava praticar o genocídio para proteger suas fronteiras.

As fronteiras representam a base da civilização, do expansionismo, do capitalismo abusivo e da
ocupação presumida.

As inundações não reconhecem fronteiras.

Terremotos não reconhecem fronteiras.

Doença, fome, seca não reconhecem fronteiras.

Por quê deveríamos?

Serj Tankian, 2010.
Tradução livre: Rosana Bacron.

RESUMO

BACRON, Rosana. **O ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes: um estudo de caso sobre a construção da política pública municipal em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Este estudo analisa a atuação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes, integrantes de movimentos sociais ou com atuação autônoma, que participam cotidianamente na (re)produção do espaço social paulistano, considerando-as como sujeitos ativos e políticos, ainda que cerceadas de sua autonomia para participar plenamente da vida política, haja vista a impossibilidade de votar e serem votadas no Brasil. Traz para o debate acadêmico os entraves vivenciados pelas mulheres para participarem, até onde lhes é permitido e autorizado, da construção de políticas públicas direcionadas às mulheres em geral, às mulheres imigrantes e, também, à população de diversas nacionalidades que residem em São Paulo. O estudo ocorreu no contexto da cidade de São Paulo, que foi a primeira no país a regulamentar a política voltada para a população imigrante com garantias de acesso aos direitos universais básicos, como saúde e educação, independentemente da situação documental da pessoa imigrante. Na cidade ocorrem diversas manifestações, reivindicações, acontecimentos, encontros, debates e intercâmbios sobre a causa migratória, sendo possível citar a Marcha dos Imigrantes; seminários sobre mulheres imigrantes e políticas públicas; as conferências municipais de políticas para imigrantes; e a VII edição do Fórum Social Mundial das Migrações. Mulheres ativistas sul-americanas imigrantes estiveram presentes em todos esses momentos, por isso a importância de analisar sua atuação no contexto sociopolítico paulistano. Teve como método de pesquisa a análise de discurso foucaultiana, considerou gênero como categoria central de análise, tendo como referência o conceito de Judith Butler, e sua intersecção com migração, classe, raça e etnia, com base nos argumentos de Souza-Lobo e Flávia Biroli. A produção do espaço foi analisada tendo como referências Henri Lefebvre e Joseli Maria Silva. É apresentado o conceito de atuação transversal intercultural para a maneira como essas mulheres ativistas atuam de maneira dialética, participando e resistindo em todos os processos que estão envolvidas, mantendo seus posicionamentos e suas origens, suas identidades, suas histórias e suas vozes ativas. Apesar das diversas barreiras impostas para a participação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes nos debates, diálogos e construção de políticas públicas, desde questões estruturais da sociedade capitalista patriarcal a enfrentamento de tentativas de silenciamento e apagamento de suas vozes e de suas reivindicações, o estudo revelou que as ativistas resistem às imposições do gênero produzido pela divisão sexual do trabalho na convergência com migração, classe, raça e etnia. Novas relações são produzidas a partir de suas estratégias e resistências, o que as inserem na esfera pública e no debate político – mesmo diante das imposições vivenciadas por sua condição de mulher imigrante, pelas hierarquias impostas pelas divisões de classe, pelo racismo estrutural, pela misoginia e xenofobia. Acrescenta-se que essas ativistas conquistam espaços, mobilizam e articulam outras mulheres para inserir no debate político as reivindicações relacionadas às questões de gênero e à população imigrante, principalmente aquelas relativas à parcela feminina.

Palavras-chaves: São Paulo; política pública; gênero; migração; interseccionalidade; ativismo.

ABSTRACT

BACRON, Rosana. **The activism of immigrant South American women: a case study on the construction of municipal public policy in São Paulo.** Thesis (Human Geography Master's) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This study analyzes performance of South American immigrant female activists, members of social movements or with autonomous acting, who participate daily in the (re)production of the São Paulo social space, considering them as active and political subjects, despite their restrict autonomy to participate fully in political life, given the impossibility of voting and being voted in Brazil. It brings to the academic debate the obstacles experienced by women to participate, as far as they are allowed and authorized, in the construction of public policies aimed at general women, immigrant women and, also, the population of different nationalities residing in São Paulo. The study took place in the context of the city of São Paulo, which was the first in the country to regulate the policy aimed at the immigrant population with guarantees of access to basic universal rights, such as health and education, regardless of the documentary situation of the immigrant person. In this city there are several manifestations, demands, events, meetings, debates and exchanges about the migratory cause, as the March of Immigrants; seminars on immigrant women and public policies; municipal immigration policy conferences; and the VII edition of the World Social Forum on Migration. South American immigrant female activists were present at all these events, which is why it is important to analyze their performance in the São Paulo socio-political context. The study had as a research method foucauldian analysis discourse, considered gender as a central category of analysis, having as reference the concept of Judith Butler, and its intersection with migration, class, race and ethnicity, based on the arguments of Souza-Lobo and Flávia Biroli. The production of the space was analyzed using Henri Lefebvre and Joseli Maria Silva as references. The concept of intercultural transversal action is presented for the way these activists act in a dialectical way, participating and resisting in all the processes that are involved, maintaining their positions and their origins, their identities, their stories and their voices. Despite the several barriers imposed for the participation of immigrant South American women activists in debates, dialogues and the construction of public policies, from relevant issues of the patriarchal capitalist society to coping with the silencing and erasing of their voices and their claims, the study revealed that activists break the impositions of the gender produced by the sexual division of labor in the convergence with migration, class, race and ethnicity. New relationships are produced from their strategies and resistance, which insert them in the public sphere and in the political debate - in view of the impositions experienced by her condition as an immigrant woman, by the hierarchies imposed by class divisions, by structural racism, by misogyny and xenophobia. It is added that these activists conquer spaces, mobilize and articulate other women to insert claims into political debate as related to gender issues and the immigrant population, mainly those relative to female portion.

Keywords: São Paulo; public policy; gender; migration; intersectionality; activism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das principais legislações nas esferas federal e municipal, 2013 a 2019, no Brasil e em São Paulo	40
Quadro 2 – Dados das entrevistadas, formas de ativismo no país de origem, ano de chegada no Brasil e em São Paulo, início e forma de ativismo no Brasil	76
Quadro 3 – Eixos de debate da 1ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes e propostas obtidas, São Paulo, 2013.	95
Quadro 4 – Distribuição das etapas mobilizadoras e livres preparatórias da 1ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, São Paulo, 2013	97
Quadro 5 – Cronologia dos principais acontecimentos na gestão municipal de São Paulo de 2013 a 2016.....	116
Quadro 6 – Cronologia dos principais acontecimentos na gestão municipal de São Paulo de 2017 a 2020.....	117
Quadro 7 – Principais problemas relatados por funcionária(o)s pública(o)s de São Paulo, 2013 e 2014	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pré-conferências preparatórias da 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, São Paulo, 2019.....	100
Tabela 2 – Conferências livres preparatórias da 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, São Paulo, 2019.....	101
Tabela 3 – População imigrante por destino migratório, intervalos de 1990 a 2019	133
Tabela 4 – População imigrante comparada por destino migratório, intervalos de 1990 a 2019.....	133
Tabela 5 – População imigrante por destino migratório na América do Sul, intervalos de 1990 a 2019	134
Tabela 6 – Registros de dados de imigrantes ativos e inativos até 30/11/2019 no Brasil	135
Tabela 7 – Registros de dados de imigrantes ativos até 30/11/2019 no Brasil	136
Tabela 8 – Registros ativos de imigrantes por unidade federativa do Brasil	137
Tabela 9 – Pessoas imigrantes das dez primeiras nacionalidades registradas no Brasil até jun. 2016	137
Tabela 10 – Mulheres imigrantes no mundo por destino migratório, intervalos de 1990 a 2019	138
Tabela 11 – Mulheres latino-americanas que migraram para o Brasil, intervalos de 1990 a 2019.....	138
Tabela 12 – Pessoas imigrantes atendidas pelo CRAI de nov./2014 a out./2019 por continente de origem e sexo	139
Tabela 13 – Pessoas imigrantes latino-americanas atendidas pelo CRAI de nov./2014 a out./2019 por país de origem e sexo	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Locais de votação para o Conselho Municipal de Política para Mulheres, São Paulo, Brasil, 2016.....	39
Figura 2 – Distribuição das delegadas e delegados eleitos, representantes de países da América do Sul	98
Figura 3 – Participantes das conferências livres de acordo com a classificação das entidades organizadoras e nacionalidade dos participantes, São Paulo, 2019.....	102
Figura 4 – Participantes da conferência livre da FMIRA e pré-conferências organizadas pelo município, por região, São Paulo, 2019	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
CadÚnico	Cadastro Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAEF	Central de Atenção ao Egresso e Família
CAMI	Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
CCSP	Centro Cultural São Paulo
CGIL	Coordenação Geral de Imigração Laboral
CDHIC	Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CEM	Centro de Estudos Migratórios
CEMIR	Centro da Mulher Imigrante e Refugiada
CMI	Conselho Municipal de Imigrantes
CMPM	Conselho Municipal de Política para as Mulheres
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
COMIGRAR	Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPMig	Coordenação de Política para Imigrantes
CPMM	Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes
CRAI	Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes
CRD	Centro de Referência e Defesa da Diversidade
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DPU	Defensoria Pública da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIIR	Frente Independente Imigrantes e Refugiados
FMIRA	Frente de Mulheres Imigrantes, Refugiadas e Apátridas
FSMM	Fórum Social Mundial das Migrações
IPDH	Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul
IRI-USP	Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais ou Aliados e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MTb	Ministério do Trabalho
NEPO-UNICAMP	Núcleo de Estudos Populacionais da UNICAMP
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAM	Comissão de Direitos Humanos Brasil (Organismo da ONU Brasil)
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais

OIM	Organização Internacional para Migrações
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAL	Presença América Latina
PEC	Proposta de emenda constitucional
PF	Polícia Federal
PL	Projeto de Lei
PMPI	Política Municipal para a População Imigrante
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE MILBI	Rede de Mulheres Imigrantes, Lésbicas e Bissexuais
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
SDTE	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
SESC	Serviço Social do Comércio de São Paulo
SINCRE	Sistema de Cadastro de Registros de Estrangeiros
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMPM	Secretaria Municipal de Política para as Mulheres
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
STI	Sistema de Tráfego Internacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UNB	Universidade de Brasília
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O MOVIMENTO MIGRATÓRIO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E A AGENDA PÚBLICA MIGRATÓRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO	24
1.1 O fenômeno da migração contemporânea	27
1.2 A construção da política pública municipal para a população imigrante da cidade de São Paulo	34
1.3 O atendimento à população imigrante na cidade de São Paulo	43
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E NOTAS METODOLÓGICAS	47
2.1 Gênero e a intersecção com migração, classe, raça e etnia na produção do espaço	54
2.2 Organização e articulação das mulheres no Brasil entre os anos 1970 e 2000	61
2.3 Os Limites da atuação das mulheres nas esferas pública e política	66
2.4 Notas metodológicas	70
3 A VOZ E AS FALAS DAS MULHERES ATIVISTAS SUL-AMERICANAS IMIGRANTES	75
3.1 Estratégias de atuação e articulação	76
3.2 Principais conquistas e momentos marcantes da atuação ativista	83
3.2.1 Principais conquistas do ativismo feminino imigrante	83
3.2.2 Momentos marcantes do ativismo feminino imigrante	91
3.2.3 As Conferências Municipais de Política para Imigrantes	95
3.3 As lutas e estratégias de resistências	105
3.4 Espaços de fala e escuta para as mulheres imigrantes	109
3.5 A atuação transversal intercultural das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes e a prática discursiva	115
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
PESSOAS ENTREVISTADAS	129
LEGISLAÇÃO	129
APÊNDICES E ANEXOS	133
Apêndice A – Tabelas de dados migratórios compilados com base nas informações das Nações Unidas e Polícia Federal.	133
Apêndice B – Quadro com os principais problemas identificados no diagnóstico realizado pelo IRI-USP	141
Apêndice C – Roteiro de entrevista semi-estruturada	142
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	143

INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho atribuiu papéis ao masculino e ao feminino que contribuíram para a construção da ideia de que as mulheres são sujeitos passivos e submissos sendo de sua responsabilidade os cuidados do lar e das pessoas em situação de vulnerabilidade, a representação da moral e a defesa dos bons costumes. O imaginário e o senso comum de passividade e submissão feminina pode ser ainda maior a respeito de mulheres imigrantes¹: a condição de mulher imigrante pode naturalizar situações de violências diversas, cristalizando-a não somente como passiva e submissa, mas também como invisível. Nesse contexto, é possível falar de mulheres ativistas imigrantes? Os acontecimentos da e na cidade de São Paulo na última década, mais especificamente nos últimos sete anos, fornecem insumos para responder a essa questão.

Este estudo se dedicou a acompanhar a atuação de ativistas sul-americanas imigrantes no contexto sociopolítico paulistano entre os anos de 2013 e 2019, que foram marcados por momentos importantes na construção e implantação da política pública para a população imigrante na cidade de São Paulo. Durante esse período, ocorreram ações estruturantes na agenda pública, como a criação da Coordenação de Políticas para Imigrantes (CPMig); a realização de conferências municipais para debater sobre temas da questão migratória, propor soluções e priorizá-las; a implantação de centros de referência e atendimento para imigrantes (CRAI) e casas de acolhida; a realização de seminários de mulheres imigrantes, o acesso a políticas públicas; a constituição do Conselho Participativo Municipal, além do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM) e do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI).

São Paulo, fundada em 1554, é a cidade mais populosa do Brasil. Para o ano de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou 12,3 milhões de habitantes na capital paulista, quase o dobro da cidade que ocupa a segunda posição, o Rio de Janeiro, com pouco mais de 6,7 milhões de pessoas (IBGE, 2020). “Sampa”, como diria Caetano Veloso (1978), “do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas”, foi chamada de cosmopolita em 2016 por ter residentes de mais de 196 países diferentes. “Sampa, da força da grana que ergue e

¹ Nesta pesquisa, foi adotado o conceito de imigrante definido na Política Municipal para a População Imigrante da cidade de São Paulo (SP. 2016a), que considera como população imigrante qualquer pessoa que tenha se transferido para o Brasil, sejam imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio ou apátridas, e suas respectivas famílias, independentemente de situação migratória e documental.

destrói coisas belas”, pertence à maior região metropolitana do país, com 39 municípios e população estimada em 21,9 milhões de habitantes em 2020, ainda de acordo com o IBGE. “Sampa, Pan-Américas e Áfricas utópicas, tûmulo do samba mais possível novo quilombo de Zumbi”, que recebe pessoas de diversas partes do país, de diferentes locais do mundo. Sampa de contradições, tensões e conflitos; que privilegia e segrega; que visibiliza e invisibiliza.

O período estudado, de 2013 a 2019, compreende a atuação de duas gestões municipais distintas que repercutiram diretamente na população imigrante, principalmente na atuação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes. Entre 2013 e 2016, a administração foi de responsabilidade do Partido dos Trabalhadores (PT), com o então prefeito Fernando Haddad. Em 2017, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) assumiu a gestão municipal, na figura de João Dória que, em 2018, concorreu e posteriormente assumiu o Governo do Estado de São Paulo. Desde então, o prefeito de São Paulo é Bruno Covas, que foi reeleito em 2020 para o mandato de 2021 a 2024. Este estudo pôde analisar as diferenças da participação das mulheres ativistas imigrantes durante as duas administrações municipais.

Em 2013, houve em São Paulo o primeiro movimento para a inserção de mulheres e de pessoas de outras nacionalidades no controle social, no acompanhamento dos gastos públicos e na apresentação de demandas e necessidades. Para esse fim, a Lei Municipal 15.764 instituiu a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM), dando representatividade e fortalecendo a presença das mulheres na esfera pública durante a administração petista (SP, 2013a). Isso ganhou força com o Decreto 56.021, de 31 de março de 2015, que regulamentou a Lei 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% de mulheres na composição dos conselhos de controle social do município (SP, 2015b, 2013b).

A mesma Lei 15.764 (SP, 2013a) instituía a CPMig, para tratar da temática migratória na esfera governamental municipal, e o Conselho Participativo Municipal – organismo autônomo da sociedade civil, de caráter público, formado por representantes de cada uma das divisões administrativas da cidade, à época denominadas Subprefeituras –, com cadeira destinada a Conselheira ou Conselheiro Extraordinário de nacionalidade diversa, em cada Subprefeitura, para garantir a participação da população imigrante residente na cidade nesse órgão de representatividade da população de cada região administrativa municipal.

Foi no âmbito da CPMig, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), que, ainda em 2013, se iniciou a construção de uma

política pública para a população imigrante. Nesse mesmo ano estava programada a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), o que incentivou a CPMig a realizar a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, com o objetivo de construir, junto com a população imigrante, subsídios que auxiliassem o debate nacional sobre políticas públicas voltadas a imigrantes no país. São Paulo se tornaria a primeira cidade a organizar a população imigrante para contribuir para a política nacional sobre imigração.

Todo o diálogo e o levantamento de informações realizados na 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes contribuíram para a construção de ações estruturantes para essa população no município. Além disso, subsidiou a elaboração de uma política voltada para a população imigrante, a Lei 16.478, de 8 de junho de 2016, com garantias de acesso aos direitos universais básicos, como saúde e educação, independentemente da situação documental da pessoa imigrante (SP, 2016a). Mais uma vez, São Paulo se destacava como a primeira cidade do país a equiparar a população imigrante à brasileira no direito político de votar e ser votada nas esferas participativas populares, tais como no Conselho Participativo Municipal, o CMPM e o CMI.

Os conselhos municipais de mulheres e de imigrantes são instâncias populares importantes que garantem a participação social e a representatividade desse público nas esferas políticas e no debate e construção de temáticas específicas dessa parcela populacional da capital paulista. Podem significar a oportunidade de fortalecer ações de enfrentamento das desigualdades de gênero, misoginia, xenofobia e racismo. Acrescenta-se a possibilidade de romper discursos construídos socialmente e produzir novas relações sociais a partir das rupturas obtidas por atuações contestadoras das conselheiras e conselheiros.

A despeito de os conselhos estarem previstos nos decretos municipais de 2013, a eleição das 25 representantes da sociedade civil para compor paritariamente o CMPM ocorreu no último mês da gestão petista, em dezembro de 2016. Coube à administração seguinte a designação de outras 25 representantes do poder público municipal para oficializar a constituição do conselho. Quanto ao CMI, que estava previsto na Lei 16.478 (SP, 2016a), foi instituído dois anos depois, em 2018, também na gestão peessedebista.

Em 2017, com a recém-assumida gestão do PSDB, na figura de João Dória, ocorreu a reestruturação do funcionamento da administração municipal. Por meio do Decreto 57.576, de 1º de janeiro de 2017, a SMPM foi extinta e foi criada a Coordenação de Políticas para as

Mulheres, vinculada à SMDHC, o que impactou diretamente na articulação e autonomia de atuação das mulheres com esse movimento (SP, 2017).

Foi nesse contexto político da cosmopolita São Paulo que ocorreram diversas manifestações, reivindicações, acontecimentos, encontros, debates e intercâmbios sobre diversas temáticas, incluindo a causa migratória, sendo possível citar: a Marcha dos Imigrantes; a Marcha Mundial pela Paz e Não Violência, Seminários sobre Mulheres Imigrantes e Políticas Públicas, Fórum Social Mundial das Migrações. No período estudado, diversos coletivos e organizações voltados para a temática migratória atuaram em São Paulo. Merecem destaque os coletivos autogestionados por mulheres imigrantes que participaram de todo o processo ocorrido na última década na cidade. Alguns coletivos já existiam antes de 2013, a exemplo do Coletivo Sí Yo Puedo e Coletivo Presença América Latina (PAL), outros se conformaram naquele ano, como é o caso da Equipe de Base Warmis Convergência das Culturas. Outros, por fim, foram constituídos nos últimos anos, desde 2017, como o Colectivo Feminista de Argentinxs em São Paulo e a Rede de Mulheres Imigrantes Lésbicas e Bissexuais (REDE MILBI). Em 2014, a partir de alguns desses coletivos, foi criada a Frente de Mulheres Imigrantes, Refugiadas e Apátrida (FMIRA).

A relação dialética entre movimentos sociais e Estado é marcada por conflitos e tensões que variam de intensidade a depender da conjuntura de cada época, assim como da centralidade de cada parte no processo social. Os movimentos sociais foram de extrema importância nos anos 1980 na luta pela redemocratização, se apresentando como elemento fundamental para a mudança social ocorrida no país após o período da ditadura militar, culminando na conquista de direitos sociais consolidados na Constituição de 1988 e, na década seguinte, na estruturação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como de outras regulamentações, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (SILVA; WANDERLEY e PAZ, 2006).

Nesse mesmo período, especificamente sobre a participação de mulheres em movimentos sociais no contexto brasileiro, com as correntes feministas e movimento de mulheres no final da década de 1970 e começo de 1980, foram percebidas novas formas de relações sociais, de pensar a política e de definir espaços participativos; as reivindicações envolviam temas como igualdade salarial, acesso à creche, violência sexual, contracepção e aborto. Esse foi um período no qual as mulheres conseguiram estabelecer interlocução visível, principalmente com a Constituinte, ainda que limitada, haja vista que a representação

institucional permanece sendo masculina e a participação das mulheres, periférica (SOUZA-LOBO, 2011).

É nesse contexto de atuação de Estado e movimentos sociais que este estudo foi realizado, com olhar particularizado para a atuação de mulheres ativistas sul-americanas imigrantes, tendo a categoria gênero como ponto central de análise e sua intersecção com migração, classe, raça e etnia. Soma-se a isso os efeitos discursivos do poder público.

Silva lança o convite para considerar gênero como categoria na produção do espaço, afirmando que “uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao microssocial e aos grupos sociais marginalizados do poder” (SILVA, 2003, p. 33). No entanto, é imprescindível considerar a intersecção entre as categorias supracitadas, uma vez que elas não se sobrepõem e tampouco são hierarquizadas, antes se destacam de acordo com a situação vivida e vivenciada, conforme os argumentos de Biroli (2018) e também de Souza-Lobo (2011). A análise da produção do espaço foi guiada pelos argumentos de Lefebvre (2006; 1973; 1968) e de Silva (2009) e foi adotada a análise de discurso foucaultiana para analisar as relações estabelecidas (FOUCAULT, 1996; 2019).

O objeto de estudo da pesquisa ora proposta é o processo de construção da política pública municipal destinada para a população imigrante, iniciado no ano de 2013, com destaque para a participação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes a fim de levantar dados para analisar as estratégias de inserção destas mulheres no espaço político, as questões de gênero e as relações de poder existentes durante esse processo.

Nesse sentido, a questão central está relacionada à atuação dessas ativistas, à maneira como ocorreu sua participação nesse período de construção de política pública no contexto sociopolítico paulistano a partir das contradições e tensões inerentes às temáticas gênero e migração, considerando a conjuntura política e a estrutura patriarcal e capitalista nas quais as relações foram produzidas. Partindo dessa questão central, também foi possível levantar as conquistas alcançadas por meio do ativismo dessas mulheres e os momentos marcantes de atuação, somadas às principais lutas travadas, e estratégias de enfrentamento adotadas.

O objetivo deste estudo é analisar a atuação das ativistas sul-americanas imigrantes, integrantes de movimentos sociais ou com atuação autônoma, que participam cotidianamente na (re)produção do espaço social paulistano. O que se buscou estudar foi o movimento de luta

e resistência dessas mulheres para participarem do contexto sócio-político da cidade de São Paulo diante das barreiras impostas pelas ações do poder público.

Lefebvre (1973) destaca que as contradições provocadas pelas transgressões de grupos parciais, como as mulheres, produzem novas relações sociais que buscam romper com o processo iterativo existente quando reagem às imposições controladoras e reguladoras. São essas novas relações produzidas pelas mulheres ativistas sul-americanas imigrantes que se buscou identificar com este estudo.

Ainda que impedidas de exercerem sua autonomia e participarem plenamente da vida política, o intuito foi direcionar o olhar para as mulheres ativistas imigrantes como sujeitos ativos e políticos, embora não possam votar e escolher seus representantes políticos no Brasil. Esta pesquisa traz, portanto, para o debate acadêmico, os entraves vivenciados pelas mulheres para participarem, até onde lhes é permitido e autorizado, da construção democrática de políticas direcionadas tanto às mulheres em geral, quanto às mulheres imigrantes e, também, à população de diversas nacionalidades que residem em São Paulo.

Com isso, se faz um contraponto àqueles que reforçam o papel do imigrante como sujeito invisível ou que demonstram as diversas violências retratadas pelas mulheres imigrantes, principalmente as latino-americanas. Isso porque entende-se que esses estudos contribuem para a consolidação do discurso historicamente construído da mulher imigrante como sujeito passivo e submisso. No texto de Dimitrov e Machado (2017), por exemplo, o argumento apresentado é que o percentual de mulheres imigrantes no contexto político é baixo, mesmo diante dos avanços propiciados pelo município à população imigrante no tocante à possibilidade de assumirem cadeiras nos conselhos participativos. No entanto, este estudo revelou que há entraves tanto impostos pelo próprio município quanto pelas dificuldades intrínsecas à divisão sexual do trabalho que dificultam a participação das mulheres imigrantes nas esferas pública e política.

Para este estudo, além de revisões bibliográficas, observação participante e levantamento de informações em fontes secundárias, foram entrevistadas seis pessoas, sendo que uma integrava a equipe da CPMig no ano de 2013 e cinco são mulheres ativistas sul-americanas imigrantes. Todas as entrevistas, conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado, foram gravadas e transcritas e os arquivos repassados para leitura e validação das entrevistadas, com garantia do sigilo da informação e anonimato.

Dentre as cinco mulheres ativistas entrevistadas, quatro são vinculadas a coletivos e uma atua de maneira autônoma. Três participam da Equipe de Base Warmis Convergência das Culturas, que é um coletivo de mulheres, da corrente humanista, de diversas nacionalidades, cujas atividades buscam o respeito à diversidade cultural e, assim, estimulam o resgate da identidade cultural e de saberes e práticas tradicionais, tanto por meio do uso de ferramentas da não-violência ativa quanto pela manifestação musical.

Uma das entrevistadas compõe o Colectivo Feminista de Argentinxs em São Paulo, um grupo de mulheres argentinas residentes na capital paulista que se juntou para apoiar a luta feminista argentina pela legalização do aborto, em 2018, e atualmente está se reorganizando e apoiando algumas reivindicações migratórias no Brasil.

Outra entrevistada integra a REDE MILBI, que se articula na atuação pelo respeito à diversidade de gênero e o direito a decidir pelo próprio corpo, com vistas à inclusão de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Esses três coletivos, juntamente com o Coletivo Sí Yo Puedo, conformam a FMIRA, que se apresenta estrategicamente no contexto paulistano na luta por temas políticos. Cabe mencionar que o Coletivo Sí Yo Puedo é misto, ou seja, composto por mulheres e homens, com ações voltadas para a educação e inserção da população migrante no mercado de trabalho.

Foi a atuação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes entrevistadas, na condição de integrantes da FMIRA, no VII Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) que despertou meu interesse na pesquisa, dadas as reivindicações e conquistas ocorridas nesse fórum.

Este estudo está dividido em três seções, além desta introdutória e das considerações finais. A primeira seção analisa as informações sobre o fenômeno migratório contemporâneo com o olhar voltado para a América Latina, especificamente para o Brasil e, depois, para a migração feminina. Também apresenta a construção da Política Municipal para a População Imigrante (PMPI) na cidade de São Paulo, com especial atenção para o processo de formação do CPMPI.

A segunda seção apresenta os conceitos utilizados neste estudo, o espaço social de Lefebvre e a análise de discurso foucaultiana. Também apresenta as categorias que foram consideradas no estudo, sendo elas gênero e migração, além de classe, raça e etnia. Para

adentrar na interseccionalidade, é realizado um breve relato sobre os estudos acadêmicos brasileiros específicos sobre as mulheres, as chamadas “ondas” do movimento feminista, e a organização e articulação de mulheres no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, principalmente.

Na sequência, a terceira seção apresenta e analisa o ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes entrevistadas, suas formas de articulação, os momentos marcantes de atuação e as respectivas conquistas, além de assinalar as lutas atuais e as formas de resistência. Ainda que em um primeiro momento São Paulo possa ser vista como uma grande oportunidade para a efetiva participação da população imigrante, no decorrer deste estudo foi percebido que a prática discursiva do município revela alguns entraves para isso, o que também é retratado nas entrevistas realizadas com as ativistas sul-americanas imigrantes.

1 O MOVIMENTO MIGRATÓRIO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E A AGENDA PÚBLICA MIGRATÓRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Neste capítulo são analisadas informações sobre o fenômeno migratório contemporâneo com olhar voltado para a América Latina, especificamente para o Brasil e, em seguida, é discutida a migração feminina. Também é apresentada a construção da PMPI na cidade de São Paulo, com especial atenção para o processo de formação do CMPM. Compreender a dinâmica migratória no continente latino-americano, no território brasileiro e particularizar para a capital paulistana é importante para entender a atuação das ativistas imigrantes sul-americanas que buscam romper com as relações sociais e com os discursos produzidos na cidade de São Paulo sobre a participação da mulher imigrante na política.

O processo de globalização, fruto do modelo neoliberal, significou uma redistribuição do trabalho mundial quando as empresas puderam segmentar sua produção, ultrapassar as fronteiras de seu país de origem e instalar unidades produtivas em diversos territórios. Acrescenta-se a isso a estratégia de instalação de segmentos da produção em países com custos mais baixos, refletindo, conseqüentemente, no padrão de vida da população, já que a escolha do local era baseada no menor valor da mão de obra e na exploração dos recursos naturais do país de produção. Esse movimento de globalização do trabalho, moderado pela lógica de mercado mundial, trouxe para as empresas a liberdade de se desvincular dos laços com governos locais. Países considerados desvalorizados pelo sistema capitalista foram excluídos da capilaridade produtiva mundial e sofrem com as mazelas da pobreza e miséria social, como ocorreu na África do Sul e em alguns países da América Latina e Ásia. As condições de miséria social e pobreza fazem com que pessoas busquem locais que representem melhores condições de vida e migrem (TRENKLE, 1998).

Os impactos da globalização são percebidos na migração internacional, que reflete as desigualdades socioeconômicas existentes. As pessoas buscam países próximos com condições melhores que o de origem, como os bolivianos migraram para o Brasil, os bengalis para a Índia e os russos para a Polônia. A busca por melhores condições de vida em outros países nem sempre significa melhora, já que a população imigrante compõe a camada salarial mais baixa do mercado de trabalho local. A situação de imigrante com documentação irregular é motivo de negociação do empresariado para rebaixar o salário da população oriunda do país de imigração, por ser uma mão de obra precarizada (TRENKLE, 1998).

Assim, é possível dizer que parte do fluxo internacional de pessoas é produto da concorrência de mercado mundial. Ao mesmo tempo, a necessidade de migrar em busca de trabalho e melhores condições de vida é produzida pela seleção dos países em que as empresas instalam seus polos produtivos. Países com melhores condições financeiras para o mercado tem maior oferta de trabalho produtivo e, por isso, se tornam o destino para imigrantes que tentam ser contidos pelos governos de Estado por meio do controle de entrada de imigrantes e fechamentos de fronteiras. No entanto, outras situações podem contribuir para a migração, como ideologias políticas, escassez dos recursos naturais, guerras civis e opressão (TRENKLE, 1998).

As novas relações de produção do sistema capitalista globalizado exigem novas formas de entender e analisar a migração internacional. Antigos conceitos, como fluxos demográficos, origem e destino, mobilidade da força de trabalho e exército industrial de reserva não abrangem a situação do imigrante dentro do sistema mundial produtor de mercadorias. O novo imigrante é visto como protagonista social e cultural, mas também como sujeito histórico, sujeitado à nova organização econômica e social, que influenciam diretamente suas atuações e comportamentos (HEIDEMANN, 1998).

Mesmo diante dos efeitos da globalização neoliberal na imigração internacional e no sujeito imigrante, alguns estudos indicam que movimentos migratórios trazem benefícios para o país de destino no qual a população imigrante passa a residir. Dentre eles, é possível mencionar a contribuição na economia aportando habilidades e experiências anteriores; sua inserção no mercado de trabalho em posições muitas vezes depreciadas pelos nativos do país; e a participação na arrecadação de impostos por meio do consumo de bens e serviços. Além disso, os imigrantes contribuem para o controle demográfico em regiões com populações na fase de envelhecimento e, não se pode deixar de mencionar, com toda a experiência cultural que trazem consigo (BRASIL, 2018). Apesar dessa visão positiva dos benefícios migratórios, o controle do mercado mundial na distribuição dos meios de produção e na precarização da vida das pessoas é um fator que deve ser considerado ao analisar o movimento migratório contemporâneo.

Movimentos migratórios são, geralmente, marcados por violências de diversos tipos: econômica, psicológica, moral, social, familiar, xenofóbica e misógina. Nos últimos anos, ganhou destaque na mídia os conflitos e tensões vividos na fronteira terrestre entre México e Estados Unidos, local onde, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2020a),

somente em 2019 foram quase 800 mortes na travessia para a América, ano considerado o mais letal para imigrantes, já que foi o recorde de registro desde 2014, quando o organismo internacional começou a acompanhar e registrar os dados em seu centro de análises, localizado em Berlim.

Há de se considerar que existe um senso comum de grande parte da população brasileira que entende as pessoas imigrantes como ameaça, seja em relação à competição em postos de trabalho, seja na utilização de serviços básicos, tais como saúde e educação, ainda que na Constituição de 1988 conste que todas as pessoas, independente do seu país de origem, são iguais perante à lei e devem ter acesso aos direitos sociais (BRASIL, 1988).

No Brasil, com o aumento da chegada de pessoas haitianas após o abalo sísmico que assolou o Haiti em 2010, ficou evidente a falta de preparo do governo, que contava com uma legislação inadequada e desatualizada para a questão migratória e, ainda, sem políticas públicas destinadas a essa população. Também foi percebido que a sociedade estava (talvez ainda esteja) despreparada para lidar com o aumento de pessoas oriundas de outros países que passaram a residir no país. Despreparo verificado, muitas vezes, por meio das manifestações contrárias e atos de xenofobia contra haitianas e haitianos, que se destinaram a terras brasileiras porque lhes foi concedido refúgio e visto humanitário (BAENINGER e PERES, 2017).

Também foram divulgados atos de violência contra venezuelanas e venezuelanos que cruzaram a fronteira entre Brasil e Venezuela, no estado de Roraima. Desde 2017, quando da crise política e econômica da Venezuela – situação que foi se agravando a partir de 2015 – houve aumento considerável da solicitação de refúgio de pessoas venezuelanas para o Brasil. No município de Pacaraima houve conflitos sociais relacionados a acesso ao mercado de trabalho, vagas e acesso a serviços básicos de saúde e educação, ainda que estudo do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) demonstre que 48,4% da população imigrante venezuelana não tenha acessado qualquer serviço público. Na ocasião, organismos internacionais, como a ONU Migrações, também se dirigiram ao local para mediar a situação de conflito entre a população brasileira e a venezuelana e auxiliar a última no que fosse possível dentro do campo de atuação da instituição. A situação se agrava pela falta de política de gerenciamento da migração e de refúgio no Brasil (FGV, 2018).

Ainda que a entrada de pessoas imigrantes nos países ganhe repercussões nacionais e internacionais – como é o caso das fronteiras entre os Estados Unidos e México e entre Brasil

e Venezuela e também de diversos conflitos e tensões divulgados no continente europeu –, é importante mencionar que o índice de pessoas que migram em relação à população mundial é inferior a 5%. De acordo com o Inventário de Migração Internacional² (UN, 2019), o total de pessoas imigrantes estimado representava 4% da população mundial. O mesmo estudo demonstra que na América do Sul, o Brasil é o quinto país a ser buscado pela população que migra. A Argentina ocupa a primeira posição, seguida de Venezuela, Colômbia e Chile, conforme apresentado a seguir.

1.1 O fenômeno da migração contemporânea

Os dados sobre movimentos migratórios são acompanhados por agências internacionais e nacionais. As Nações Unidas, por meio da Organização Internacional para Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), reúne dados sobre a imigração mundial, sendo que a população refugiada é assistida por essa última agência³. No Brasil, o controle do fluxo migratório e as informações sobre migração são de responsabilidade da Polícia Federal (PF) e, desde março de 2019, a divulgação de dados estatísticos sobre pessoas imigrantes registrados no país são fornecidos também pelo OBMigra, instituído por meio de cooperação firmada, em 2013, entre o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), à época vinculado ao Ministério do Trabalho (MTb), e a Universidade de Brasília (UNB). Com a nova configuração ministerial do país, desde janeiro de 2019 o OBMigra coopera diretamente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Além dos dados divulgados pela PF e OBMigra, também é possível ter informações sobre a movimentação de pessoas imigrantes nas instituições e equipamentos públicos destinados a esse público. Especificamente na cidade de São Paulo, recorte territorial deste estudo, há dados sobre os atendimentos realizados pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), uma organização da sociedade civil; pela Missão Paz, que é uma instituição filantrópica dos missionários Scalabrianos⁴; pelo Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI), instituição vinculada à igreja católica; além do CRAI, equipamento

² Para o texto foi utilizada a nomeação em português do documento, conforme divulgado na página oficial brasileira. Na bibliografia consta o nome do documento original, International Migrant Stock 2019, pois é o local onde estão disponibilizadas as tabelas com os dados estratificados.

³ Para mais informação, consultar as páginas das agências: <https://brazil.iom.int/> e <https://www.acnur.org/portugues/historico/>.

⁴ A Missão Paz abarca em sua estrutura de apoio à população imigrante e refugiada a Casa do Migrante, o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), o Centro de Estudos Migratórios (CEM), além da igreja Nossa Senhora da Paz (MISSÃO PAZ, 2020).

público mantido pela prefeitura municipal, entre outras organizações que atendem à população imigrante⁵.

É importante mencionar que cada fonte de dados e informação, desde as agências das Nações Unidas até instituições e equipamentos públicos, adotam métodos próprios para elaboração e divulgação dos números, estatísticas e análises sobre a movimentação migratória, o que dificulta a análise comparativa entre os dados e informações divulgados. As instituições e equipamentos públicos disponibilizam relatórios periódicos, geralmente anuais, com a síntese e perfil da população atendida no período analisado.

A ONU, para elaborar o Inventário de Migração Internacional 2019, utilizou como premissa metodológica o marco de número de migrantes internacionais registrados nos dados oficiais de cada país no dia primeiro de julho de cada ano analisado para revisar a estimativa de migrantes nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2020, 2015 e 2019 (ONU, 2020b). Há de se considerar que esse método pode tanto superestimar como subestimar os números de pessoas imigrantes em determinada localidade ou país. No Brasil, por exemplo, os números de pessoas haitianas estimadas no referido documento para 2005, 2010, 2015 e 2019 foram 35, 54, 65 e 73, respectivamente. Percebe-se que os números foram subestimados, já que, após o terremoto ocorrido em 2010, o número de pessoas haitianas em território brasileiro aumentou consideravelmente, Baeninger e Peres (2017) analisaram o registro de entrada de pessoas haitianas no país entre 2010 e 2015 e verificaram dois números distintos: 28.866 imigrantes registrado no Sistema de Cadastro de Registros de Estrangeiros (SINCRE)⁶ e 85.079 no Sistema de Tráfego Internacional (STI). Houve um número significativo de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicaram ao estudo sobre pessoas haitianas no Brasil que oferecem detalhes sobre esse movimento no país, como Martuscelli e Novaes (2015); Costa (2016); Baeninger e Peres (2017) e Francesconi (2017), porém não serão abordados em profundidade neste estudo.

Os dados da PF podem ser obtidos tanto na apresentação que consolida números da Operação Acolhida, que divulga os dados gerais de imigração no país (BRASIL, 2019), quanto no OBMigra, que apresenta relatórios anuais com a análise da inserção de imigrantes,

⁵ Há diversas instituições e organizações que atuam com a população imigrante na cidade de São Paulo. Pode-se citar o mapeamento colaborativo realizado pelo município desde 2016 (SP, 2019b). No entanto, considerando que o objetivo deste estudo não está vinculado à cobertura dos serviços existentes para a temática migratória, não houve aprofundamento nesse quesito.

⁶ Atualmente os dados sobre imigrantes são disponibilizados pelo OBMigra.

solicitantes de refúgio e refugiados, no mercado de trabalho brasileiro, com base nos dados fornecidos pelo MJSP, por meio da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) e do CNig; também do Ministério da Economia, nas bases do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Por fim, da PF são utilizados os registros do STI e do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA).

Ainda que haja vasta fonte para obtenção de dados sobre a população imigrante, a análise das informações e métodos utilizados para retratar o movimento migratório contemporâneo permite afirmar que nenhum dado representa a realidade migratória de determinada localidade. Isso porque, para além dos números oficiais estimados ou registrados por meio do controle de entrada e saída de pessoas ou do número de atendimentos realizados à população imigrante, há uma parcela desse público que não se apresenta para regularizar sua situação no país de residência e, tampouco, busca atendimento dentro da sua comunidade de migrante, o que dificulta sua identificação e visibilidade. A análise de Ventura e Yujra (2019) vem ao encontro dessa afirmativa, relatando o fato de os dados da PF serem administrativos, com base nos registros dos trâmites realizados no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), sem trazer a cobertura total de pessoas imigrantes no Brasil.

Por outro lado, os números oficiais e estimativas permitem ter um panorama aproximado do fluxo migratório, assim como os registros de atendimentos por instituições e equipamentos públicos auxiliam na análise das demandas da população imigrante e contribuem para a construção de políticas públicas mais eficientes e assertivas. É com base nas informações fornecidas no Inventário da ONU (UN, 2019) e nos dados divulgados da Operação Acolhida da PF brasileira (2019) que se apresenta a síntese do contexto migratório contemporâneo.

De acordo com a ONU, em 2019 quase 272 milhões de pessoas compunham o grupo de imigrantes internacionais, contra pouco mais de 153 milhões em 1990, o que representou um incremento de 77% nos últimos 20 anos (UN, 2019). A estratificação dos dados por continente em 2019 revela que, em números absolutos, a Ásia é o continente mais buscado pelos imigrantes, com mais de 83 milhões de pessoas (31%), seguida da Europa, com registro acima de 82 milhões (30%). No entanto, quando se analisa o índice em relação ao incremento migratório entre 1990 e 2019, se verifica que, nesse período, a América do Norte teve o maior percentual como área de destino de pessoas imigrantes, na ordem de 112% de crescimento,

uma concentração considerável se comparada com o incremento migratório de 77% no mundo. A Oceania também apresenta índice maior que o mundial, contabilizando 89% de incremento. No que se refere à América Latina e Caribe, os dados apontam que essa foi a região com o menor percentual de destino, registrando 63%, estando atrás da Europa (66%), África (69%) e Ásia (73%).

Mesmo com o incremento de 63% na América Latina e Caribe como destino de pessoas imigrantes, a comparação em 2019 com o total mundial revela que esse destino representava menos de 5,0% da direção migratória, mais especificamente 4,30%. Se a base de comparação é a unidade federativa brasileira, em 2019 o Brasil representava 0,30% da população imigrante mundial, e 6,91% em relação à América Latina e Caribe. Esses dados revelam que o Brasil não é o principal destino migratório nesse movimento contemporâneo.

Os dados relativos aos países da América do Sul demonstram que o Brasil ocupa o quinto lugar de destino migratório e, ainda que haja um certo crescimento, a análise histórica revela que a cada intervalo de cinco anos no período entre 1990 e 2019 o índice foi se reduzindo gradativamente, sendo que em 2019 caiu 9 pontos percentuais: de 19%, em 1990, para 10% em relação à migração realizada para a América do Sul – ainda que, em números absolutos, a população imigrante, nesse mesmo intervalo de análise, tenha aumentando em 8.489 pessoas. O principal país de destino na América do Sul é a Argentina, com mais de um terço das pessoas imigrantes, seguida da Venezuela⁷, que foi o segundo destino mais procurado por imigrantes, com números variando entre 23 e 25% entre 1990 e 2015, registrando 17% em 2019. Na frente do Brasil ainda estão a Colômbia e o Chile. De 1990 a 2015, a Colômbia registrou ingresso migratório inferior a 3%, tendo um acréscimo de mais de 10% em 2019, representando 14% da imigração na América do Sul. No Chile percebe-se um aumento gradativo nos intervalos estudados, registrando 3% em 1990; 3% em 1995; atingindo 4% no ano 2000; 6% em 2005; subindo para 7% em 2010 e, em 2019, totalizou 11%. Esses dados estatísticos corroboram a afirmativa de que o Brasil não é o principal destino sul-americano do movimento migratório contemporâneo.

Em contrapartida, os registros da PF computados no SISMIGRA até 30/11/2019, referentes a imigrantes de outras nacionalidades no Brasil, apresenta a entrada de 19.097.033

⁷ Sabe-se do extenso debate que há sobre a imigração e emigração venezuelana que envolve questões econômicas, humanitárias e políticas, a última inclusive envolvendo o contexto brasileiro, por isso optou-se por não aprofundar sobre essa temática neste estudo. O aprofundamento sobre essas questões pode ser obtido em Mirkin (2011) e Francesconi (2017).

pessoas no país. Nesse mesmo período, o registro de saídas totaliza 18.634.509, o que representa 97,6% da população imigrante, restando um saldo de 462.824 pessoas imigrantes vivendo em território brasileiro, o que significa dizer que 2,4% dessa população permanece vivendo no país (BRASIL, 2019). Esses números permitem inferir que o Brasil é um país de passagem migratória, já que a grande maioria não permanece residindo no país. Não obstante, é de se considerar que os dados da PF representam somente aquelas pessoas que entraram de maneira ordenada no país, seja pela solicitação de visto temporário ou do reconhecimento de sua situação de refúgio; ou seja, pessoas imigrantes que não se apresentam nos postos da PF para se registrarem não são contabilizadas nas estatísticas oficiais, o que dificulta a estimativa real do número de pessoas imigrantes no Brasil. Além disso, no material analisado, não há o início da contagem, o que não permite realizar a leitura histórica do dado, diferentemente dos dados da ONU que, no Inventário de Migração Internacional, apresenta o recorte quinquenal de 1990 até 2019.

Ainda sobre os dados disponibilizados pela PF, consolidam até 30/11/2019 registros ativos – pessoas que estão com seu cadastro de maneira regular no sistema – e registros inativos – dados constantes no sistema na condição de “prazo vencido”, “cancelado”, “erro de ofício” e “excluído”. Os dados são apresentados tanto em números absolutos quanto em gráficos percentuais sobre os registros ativos e inativos e, também, especificam a proporção de registros ativos. São 52,9% de registros ativos e 47,2% de registros inativos. No entanto, ao levantar a proporção percentual do total absoluto de registros ativos (1.117.523) com a soma de registros ativos e inativos (1.939.276), obtém-se 57,6% de registros ativos, apresentando uma diferença de 4,7%. Além disso, nos registros específicos à situação “ativos” são relacionados dados relativos a Cuba, que não é considerado nos dados gerais que totalizam registros ativos e inativos –, ainda que represente pouco mais que 1%, existe uma diferença. Isso demonstra inconsistência na consolidação dos números apresentados, com possível utilização de bases diferentes para dados relacionados ao mesmo tópico. Assim como ocorre com os dados totais e os dados de registros ativos, se percebe discrepância de informação quando os dados são estratificados para as unidades federativas de registro migratório: há uma diferença de mais de 156 mil registros no detalhamento de dados por estado. Ainda assim, faz-se necessário destacar o estado de São Paulo como o maior centro de registro de imigrantes, com 43% dos registros ativos até 30/11/2019 na base da Polícia Federal (BRASIL, 2019).

Conforme é possível perceber, os dados oficiais divulgados pela PF, mesmo com a ponderação de que representam a parcela da população imigrante que se apresentaram para regularizar sua situação administrativa ou se inseriu no mercado laboral formal, não permitem análises conclusivas devido às discrepâncias entre as informações divulgadas no mesmo documento. No entanto, quando analisado isoladamente o país de origem das pessoas imigrantes que constam nos registros da PF, percebe-se que a maioria é proveniente de Portugal, com 18,36% do total dos registros e 16,8% dos registros com situação ativa no sistema. Ventura e Yujra (2019) chamam a atenção para o fato de, dentre as dez primeiras nacionalidades mais presentes no Brasil, apenas quatro serem de países latino-americanos. As autoras destacam que até junho de 2016 houve concentração de pessoas de nacionalidade portuguesa entrando no Brasil, mais de 270 mil pessoas, o que representa o triplo em relação à segunda nacionalidade, pouco mais de 89 mil bolivianas e bolivianos.

Ainda assim, é esta segunda nacionalidade, a boliviana, que sofre com atos xenofóbicos e misóginos, muito em função do estereótipo que existe em relação à população latino-americana e indígena. Aqui percebe-se como as questões de raça e etnia são determinantes para as situações discriminatórias.

Os dados divulgados pela PF permitem a leitura sobre as nacionalidades de pessoas imigrantes e as unidades federativas brasileiras para a qual se destinaram, mas os registros não apresentam a divisão por sexo, impossibilitando, assim, a comparação com as informações sobre a estimativa do fluxo de mulheres que migram divulgada pela ONU em seu Inventário de Migração Internacional (UN, 2019), apresentados em detalhes nos Anexos.

O recorte de gênero é uma constante nos estudos da ONU, sendo que há um organismo específico para as mulheres, a ONU Mulheres⁸. Na estimativa de imigrantes publicada em 2019, do total de quase 272 milhões, 48% são mulheres. A análise dos dados do período estudado revela um pequeno decréscimo de 1,33 pontos percentuais nas mulheres que migraram, quando comparados o ano de 1990 (49,24%) com 2019 (47,91%). Em contrapartida, verifica-se um leve incremento do número de mulheres que migraram para a América Latina e Caribe, com mais de 50% em 2000, 2005 e 2010, sendo o auge verificado no ano de 2005, com 50,31%, apresentando pequena redução para 49,91% no último ano estudado, 2019.

⁸ No Brasil, as informações podem ser obtidas em: <http://www.onumulheres.org.br/>.

Para o Brasil, a comparação histórica dos dados de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2019 demonstra que o percentual de mulheres imigrantes é da ordem de 46%, variando de 46,6% nos dois primeiros anos de análise, com decréscimo de 0,3 pontos percentuais até 2005 e se mantendo em 46% nos três últimos anos estudados. Esses números indicam que a imigração de mulheres para o Brasil se manteve abaixo da média mundial, seguindo o padrão de redução, movimento que vai de encontro com os dados para a América Latina e Caribe. Significa dizer que, mesmo com o aumento migratório de mulheres para o território latino-americano, o Brasil não é o principal país de destino de mulheres que migram para a América Latina e Caribe.

No que se refere à estimativa que considera somente mulheres latino-americanas que migraram para o Brasil, percebe-se um aumento gradual em percentual no período analisado pela ONU. Na década de 1990 representavam 15%, sendo esse percentual duplicado em 2010, permanecendo na casa dos 30% nos anos seguintes, 2015 e 2019: ou seja, um terço das mulheres imigrantes estimadas no Brasil são oriundas da América Latina (UN, 2019).

Do total de 112 mil mulheres latino-americanas que se dirigiram para o Brasil, pouco mais de 99 mil (88%) são de nacionalidade de países fronteiriços, sendo que o Paraguai registrou o maior percentual, um quarto do total (25%), nos últimos três anos de recorte do estudo da ONU (UN, 2019). Na segunda posição estão as mulheres bolivianas, que representam pouco mais de 21%, seguida das argentinas (15%) e uruguaias (14%). As mulheres chilenas, ainda que seu país de origem não faça fronteira com o Brasil, ocupam a quinta posição, com 7%.

Conforme já mencionado, os dados da PF estratificados por estado de registro de imigrantes revelam que 43% dessa população se dirigiu para São Paulo, o estado com o maior percentual de imigrantes. Merece destaque a concentração de quase um terço da população imigrante na capital paulista, de acordo com o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (IPDH, 2017 *apud* VENTURA e PERES, 2019) e, conforme dados do SINCRE até junho de 2016, a cidade de São Paulo concentrava 32% (385.120) do total de pessoas imigrantes internacionais do país.

Ainda que o total de imigrantes represente pouco mais de 3% da população estimada para a cidade de São Paulo em 2016 – 12.038.075 habitantes (IBGE, 2016) –, essa concentração pode fazer com que a cidade aglomere conflitos e contradições nessa temática. Para além disso, exigiu do município uma agenda política para tratar da migração, o que

resultou numa iniciativa pioneira de regulamentação de política pública municipal, que é abordada adiante.

No entanto, é baixo o número de pessoas imigrantes que buscam o serviço disponibilizado pela prefeitura municipal. O banco de dados dos atendimentos do CRAI demonstra que, de novembro de 2014 a outubro de 2019, foram realizados 11.834 atendimentos. Esse número não é representativo da realidade migratória da cidade, uma vez que esse equipamento público registra informações somente da parcela de imigrantes que se dirigem até o local ou à sua unidade móvel em busca de atendimento. Malgrado, esse número permite uma amostra da população imigrante que reside e circula pela capital paulista. Das quase 12 mil pessoas atendidas, a maioria foi de imigrantes oriunda do continente africano, representando 57%, enquanto as originárias da América Latina e Caribe ocupam a segunda posição, com 34%. No que diz respeito ao sexo das pessoas atendidas, verifica-se maior incidência de atendimento a homens, 69%. Os dados também permitem verificar que, em relação aos países da América Latina e Caribe, pessoas haitianas (30%) são as que mais buscam o serviço de acolhida do CRAI, seguidas das venezuelanas (20%) e, em terceiro lugar, imigrantes da Bolívia, com 15%.

Apesar do pioneirismo da iniciativa da cidade de São Paulo na construção de política pública migratória, tornando-se referência nacional para os demais estados e para a Federação, além de ser reconhecida internacionalmente pela Agência de Migração das Nações Unidas, é importante analisar as práticas discursivas do período de elaboração e implantação dessa política no que diz respeito a participação real da população imigrante.

Nesse sentido, para subsidiar essa análise, a seguir é apresentado uma síntese do período de construção da política municipal para a população imigrante, precedida de um breve panorama sobre o atual contexto político brasileiro e a legislação federal migratória.

1.2 A construção da política pública municipal para a população imigrante da cidade de São Paulo

No Brasil, a última década foi marcada por transformações, tanto no debate sobre a temática migratória nas políticas públicas federal e municipal em São Paulo quanto na entrada de pessoas imigrantes refugiadas, seja por motivos de catástrofes da natureza ou pelo contexto econômico e político do país de origem.

Nos últimos anos foram verificadas alterações bruscas e diversas rupturas nos avanços que vinham sendo obtidos por meio de políticas sociais e de direitos, como o Programa Bolsa Família, que contribuiu para a eliminação da pobreza à época, e o Programa Universidade para Todos, que garantiu acesso à educação de ensino superior. O período de transformação política envolveu a manipulação de parte da massa populacional para ser favorável a um golpe de estado, institucionalizado por meio do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (PT, 2011-2014; 2015-2016). Ao *impeachment* seguiu-se um período de reversão de direitos durante o governo de Michel Temer, e em 2018 houve eleição presidencial por vias democráticas com a posse de um governo de extrema direita que segue retirando os direitos sociais da camada mais pobre. Optou-se, assim, por brevemente contextualizar o ambiente político para localizar a pesquisa nos acontecimentos que influenciaram toda a atuação e a resistência dos grupos minoritários e movimentos sociais, e, por certo, resultou no recuo da atuação efetiva e enfática das ativistas imigrantes no período estudado.

Percebe-se nessa recente gestão do governo federal de Jair Bolsonaro (sem partido)⁹, 2019-2022), a falta de combate a atos xenofóbicos, racistas e misóginos. Sob o subterfúgio de garantir a integridade da “família”, da “tradição” e da “nação”, são mantidos discursos de ódio e violências múltiplas a grupos específicos, como a população lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais ou aliados e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero – LGBTQIA+, mulheres, negras e negros, imigrantes e praticantes de religiões desvinculadas da crença cristã.

A despeito de a xenofobia não ser uma constante nos enunciados presidenciais, a análise dos discursos proferidos por Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política, permitiu identificar que em sua narrativa os imigrantes são divididos em dois grupos. Uma parcela, composta por europeus e estadunidenses, é vista como bem aceita e superior, pois suprem o que falta no país. Há um outro grupo, oriundo de países muçulmanos, africanos e latinos que é estigmatizado e entendido como inferior e ameaça por seus aspectos culturais, religiosos econômicos ou ideológicos, e, por isso, ao virem para o Brasil podem causar algum tipo de desordem (DALMONTE e DIBAI, 2019).

Sobre a questão migratória, é fundamental mencionar que, na esfera federativa, desde 2015 tramitava no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 2.516/2015, ainda na gestão

⁹ À época de sua candidatura o atual presidente era filiado ao Partido Social Liberal.

Dilma Roussef, para atualizar o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, que utilizava o discurso normativo da segurança nacional como fio condutor da legislação migratória. A tramitação do referido PL culminou com a sanção da chamada Lei de Migração, Lei Federal 13.445, de 24 de maio de 2017, já no governo de Michel Temer (MDB, 2016-2018) (BRASIL, 1980, 2015, 2017).

O Estatuto do Estrangeiro vigorou por mais de trinta anos e, por esse motivo, é relevante resgatar brevemente essa normativa. Isso se justifica pelo fato de o Estatuto do Estrangeiro ter sido utilizado como ferramenta jurídica nos casos envolvendo imigrantes até o primeiro semestre de 2017, mesmo constando no artigo 5º da Constituição Federal de 1988¹⁰ a garantia da igualdade de direito aos cidadãos, sem distinção entre brasileiros e “estrangeiros” (BRASIL 1980; 1988). O próprio termo “estrangeiro” abre espaço para que o outro – o migrante – seja entendido como aquilo que é “estranho”. Estudo recente apontou que os discursos sobre imigrantes oscilam entre as categorias de “vítima, exótico e ameaça”, o que os coloca em uma “posição fetichizada” (MOUNTIAN e ROSA, 2015, p. 158). As autoras apresentam a fetichização do outro a partir da posição simbólica do estranho (estrangeiro). Assim, falar do migrante, a partir da análise do discurso sobre a migração, é falar do outro, do diferente, do exótico, discurso que é referendado pelo Estado por meio do Estatuto do Estrangeiro, legislação que (re)produz a ideia normativa construída em relação ao sujeito migrante.

De herança militar, o teor do Estatuto era regido na perspectiva da normativa de segurança nacional. De acordo com o Estatuto do Estrangeiro, todo imigrante representava uma ameaça real à nação e deveria ser contido. Por esses e outros termos, a legislação federal recém-substituída pode ser interpretada como uma lei xenofóbica e fascista (BACRON, 2017, 2019). O adjetivo fascista foi atribuído ao Estatuto do Estrangeiro ainda durante sua elaboração quando um dos opositores, o deputado Ronan Tito, se manifestou da seguinte maneira:

O que se combate, o que se discute, o que se rejeita é este projeto, que na sua essência – e para usar só um adjetivo – é fascista. [...] Um projeto que prevê a entrada estrangeiros apenas e tão-somente para o "desenvolvimento". E coloco a palavra entre aspas porque prevê apenas o desenvolvimento econômico. Há uma total falta de espírito de solidariedade entre a comunidade brasileira e os estrangeiros

¹⁰ A Constituição da República Federativa do Brasil diz, em seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).

que convivem e que poderão conviver conosco (BRASIL, 1980, p. 172 *apud* TEIXEIRA e SONTAG, 2013, p. 11).

Não obstante, não é somente nas legislações que se percebe comentários e comportamentos fascistas em relação às pessoas de outras nacionalidades. Em 2017, quando da tramitação da nova Lei de Migração no governo federal para ser sancionada, a Avenida Paulista, uma das principais avenidas e símbolo de São Paulo, foi local de manifestações de pessoas tanto a favor da atualização legislativa quanto contrárias à extinção do antigo Estatuto do Estrangeiro. No local foram verificados momentos de conflitos e tensões¹¹. Em uma das manifestações organizada por pessoas contrárias à alteração da legislação, foi registrada a prisão de um brasileiro e de, pelo menos, dois refugiados palestinos que eram a favor da nova lei. À época, estava vigente o Estatuto do Estrangeiro e houve comoção social para que os refugiados pudessem ser representados por advogados, já que, de acordo com a lei em vigor que poderia ser utilizada nessa situação, o imigrante não tinha direito à ampla defesa e respondia diretamente à PF, podendo ser deportado a qualquer momento.

No que diz respeito à política migratória na cidade de São Paulo, a vontade política de inserir a população imigrante na agenda remonta ao governo de Luiza Erundina (PT, 1989-1992) e perpassa pela gestão de Marta Suplicy (PT, 2001-2004), conforme estudo de Breitenvieser (2019). No entanto, foi na gestão de Fernando Haddad (PT, 2013-2016) que ocorreu o movimento para a criação e instituição de uma lei municipal específica para pessoas de outras nacionalidades. Nesse sentido, de 2013 a 2019 foi adotada uma série de medidas legislativas. Na esfera federal, conforme já mencionado, foi sancionada a nova Lei de Migração, em 2017. Já no âmbito municipal, as legislações que, de acordo com seu conteúdo redigido, têm o intuito de promover espaços participativos para imigrantes e mulheres, foram implantadas gradativamente.

Entre os anos de 2013 e 2015, em São Paulo, foram promulgados decretos que propiciaram o fortalecimento da atuação da população imigrante, como a Portaria 91/2013 da SMDHC, de 29 de novembro de 2013, que criou a Comissão Organizadora Municipal para a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes (DOM-SP, 2013), e o Decreto 56.353/2015, de 24 de agosto de 2015, que instituiu o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante (SP, 2015c). Esse fortalecimento ocorreu não somente

¹¹ Esse movimento foi noticiado por diversos veículos de comunicação. Alguns deles podem ser acessados nos links: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884627-movimento-contrario-a-lei-de-migracao-faz-protesto-na-av-paulista.shtml>; e https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493851938_726291.html.

entre organizações sociais de e para imigrantes, mas também entre mulheres ativistas imigrantes que, além de obter maior visibilidade nessa esfera pública, tiveram a oportunidade de participar dessas esferas consultivas, o que poderia significar a diminuição das desigualdades existentes no que diz respeito à participação política municipal da mulher imigrante.

É possível perceber que foi no ano de 2013 que iniciou o processo participativo que incluía pessoas de diferentes nacionalidades nas esferas de participação política, que garantia pelo menos uma cadeira para imigrante, desde que fosse residente do território, por meio da promulgação do Decreto 54.645, de 29 de novembro de 2013, que criou a cadeira de Conselheira ou Conselheiro Extraordinário no Conselho Participativo Municipal das Subprefeituras, visando garantir a participação dos imigrantes moradores da cidade nesses colegiados (SP, 2013d).

A legislação que ampliou a participação da mulher na esfera política municipal foi promulgada dois anos mais tarde, em 2015, tanto com o Decreto 56.021, de 31 de março de 2015 (SP, 2015b), que regulamenta a Lei 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% de mulheres na composição dos conselhos de controle social do Município (SP, 2013b), quanto com o Decreto 56.702, de 9 de dezembro de 2015, que cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPM (SP, 2015a).

No que diz respeito à temática migratória, em março de 2015 foi publicado a Portaria 161/SMDHC/2015 que relaciona os membros do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante, com representantes das diversas secretarias municipais e de diversos segmentos da sociedade civil, como a Missão Paz, CAMI, Cáritas, o Projeto de Extensão Universitária Cosmópolis da Universidade de São Paulo, conselheiros participativos e mulheres imigrantes dos coletivos PAL e Equipe de Base Warmis Convergência das Culturas.

No ano seguinte, 2016, foi assinada a Lei Municipal 16.478, de 08 de julho de 2016, regulamentada pelo decreto 57.533/2016, que institui a PMPI, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o CMI, e o Decreto 57.428, que introduz alterações nos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto 56.702, supra citado (SP, 2016a, 2016c, 2016b).

No segundo semestre de 2016, a SMPM realizou os procedimentos para a formação do CMPM. Em consonância com a PMPI, qualquer mulher, independentemente de sua nacionalidade e situação documental, poderia se candidatar e votar. A votação para eleição das representantes da sociedade civil no referido conselho ocorreu no dia 04 de dezembro de 2016. Previamente à votação, as ativistas imigrantes divulgaram amplamente a convocação para a eleição e incentivaram as imigrantes a se inscreverem como candidatas a conselheiras e como votantes.

Ao acompanhar o processo de chamamento para a formação do CMPM foram observados alguns fatos que merecem destaque pelo significado no discurso foucaultiano. O primeiro deles diz respeito a todas as chamadas para o Conselho, tanto para candidatura quanto para votação, incluírem a mulher ou coletivo imigrante, sem designar a quantidade mínima ou máxima de postos que poderiam ocupar. Outro se refere às mulheres imigrantes poderem se candidatar a conselheiras; porém, se quisessem exercer seu direito de votar, deveriam preencher previamente uma ficha de cadastro. E, por fim, das 16 prefeituras regionais que foram abertas e tinham urnas para votação somente a prefeitura regional da Sé foi designada como local de votação para as mulheres imigrantes, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Locais de votação para o Conselho Municipal de Política para Mulheres, São Paulo, Brasil, 2016.

Fonte: SP, 2016e. Elaboração: arquiteto Marcelo Vieira dos Santos.

A observação dos fatos relatados se deu de duas maneiras: por meio do acompanhamento de publicações por meios oficiais, como páginas da municipalidade; e

também pelo acompanhamento da divulgação nas redes sociais de mulheres imigrantes ativistas na luta pelo reconhecimento dos direitos aos imigrantes no país, assim como sua articulação para participar do processo, incluindo a FMIRA.

Nesse processo, foram verificados dois entraves que resultaram em dificultadores da participação das mulheres imigrantes: a ficha de inscrição com preenchimento prévio obrigatório e a prefeitura regional da Sé como único local para votar. O primeiro dispositivo utilizado – a ficha de inscrição prévia – permite inferir que a participação no processo abrangeu apenas a parcela das mulheres imigrantes que dominavam o idioma português e que dispunham de acesso à internet. Mulheres recém-chegadas que não dominassem a língua portuguesa não teriam autonomia para se inscrever por não conseguirem preencher o pré-requisito imposto. A regional Sé como único ponto de votação para as mulheres imigrantes é outro dispositivo que dificultou a participação, pela necessidade de locomoção daquelas que residiam distante, o que marca a diferença imposta entre mulheres brasileiras e mulheres imigrantes.

Somente em março de 2018 que foi publicado o edital com os procedimentos para a eleição do CMI para o biênio 2018-2020, por meio da publicação no Diário Oficial Municipal (DOM-SP, 2018). Em 2019 o CMI promulgou duas resoluções, a 01/CMI/2-19 (DOM-SP, 2019a), que convoca e dá outras providências sobre a 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, e a 03/CMI/2019 (DOM-SP, 2019b), que institui a Comissão Organizadora dessa segunda edição da conferência.

As informações sobre as principais legislações relativas as temáticas mulher e migração, sancionadas no período de 2013 a 2019, estão condensadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação das principais legislações nas esferas federal e municipal, 2013 a 2019, no Brasil e em São Paulo

Esfera	Ano	Tipo, n. e data da legislação	Contextualização
Federal	2015	Projeto de Lei 2.516, de 04 de agosto	Institui a Lei de Migração.
	2017	Lei Federal 13.445, de 24 de maio	Institui a Lei de Migração.
Municipal	2013	Lei Municipal 15.764, de 27 de maio	Cria os Conselhos Participativos (art. 35). Cria a CPMig (art. 242).
	2013	Portaria 91 da SMDHC, de 28 de novembro	Constitui a Comissão Organizadora Municipal para a 1ª Conferência de Políticas para Imigrantes.
	2013	Decreto 54.476, de 17 de outubro de 2013	Dispõe sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes.
	2013	Decreto 54.645, de 29 de novembro	Cria a cadeira do Conselheiro Extraordinário nos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, visando garantir a participação dos imigrantes moradores da cidade nesses colegiados.

Esfera	Ano	Tipo, n. e data da legislação	Contextualização
	2013	Lei 15.946, de 23 de dezembro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% de mulheres na composição dos conselhos de controle social do município
	2015	Decreto 56.021, de 31 de março	Regulamenta a Lei 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% de mulheres na composição dos conselhos de controle social do município.
	2015	Decreto 56.353, de 24 de agosto	Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante.
	2015	Portaria 161/SMDHC/2015, de 7 de novembro	Designa os membros do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante
	2015	Decreto 56.702, de 9 de dezembro	Cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM).
	2016	Lei Municipal 16.478, de 8 de julho	Institui a Política Municipal para a População Imigrante.
	2016	Decreto 57.428, de 1º de novembro	Introduz alterações nos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto 56.702, de 9 de dezembro de 2015, que criou CMPM.
	2016	Decreto Municipal 57.533, de 15 de dezembro	Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante.
	2017	Decreto nº 57.576, de 1º de janeiro	Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.
	2018	Edital 002/SMDCH/2018, de 13 de março	Procedimentos de eleição do Conselho Municipal de Imigrantes
	2019	Resolução 01/CMI/2019, de 19 de julho	Convoca e dá outras providências sobre a 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes.
	2019	Resolução 03/CMI/2019, de 08 de novembro	Institui a Comissão Organizadora da 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017 a 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Merece destaque a instituição da PMPI (SP, 2016a), cujo objetivo é garantir ao imigrante o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos; promover o respeito à diversidade e à interculturalidade; impedir violações de direitos; fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil. A legislação municipal, entre outros pontos, versa sobre princípios voltados para o “combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação” (art. 2º, alínea IV); e tem como uma de suas diretrizes o dever de “respeitar especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência” (art. 3º, alínea III). A Lei foi assinada pelo então prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT, 2013-2016), na cerimônia de abertura do VII Fórum Social Mundial das Migrações, realizado entre os dias 7 e 10 de julho de 2016, na Universidade Zumbi dos Palmares. Ficou assim instituída a PMPI, a qual, no parágrafo único do artigo 1º, descreve população imigrante como toda e qualquer pessoa independente de sua situação imigratória e documental.

Artigo 1º, parágrafo único – [...] todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais,

estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação migratória e documental (SP, 2016a).

Os preparativos para elaboração do texto da Lei 16.478 se iniciaram no primeiro ano da gestão Haddad, no final de 2013, quando a CPMig, vinculada à SMDHC de São Paulo, realizou a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, doravante denominada 1ª Conferência, e aportou um “panorama crítico do estado da arte das políticas públicas voltadas a imigrantes no país, de forma a oferecer subsídios para o debate” na 1ª COMIGRAR (SP, 2014a). A 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes foi realizada em 2019, e sua organização foi de responsabilidade do CMI, com apoio da Comissão Organizadora. Importante mencionar que as ativistas imigrantes sul-americanas participaram ativamente nesses processos, tanto da elaboração textual da PMPI quanto das conferências municipais.

Nesse intervalo, de 2013 a 2019, a cidade de São Paulo, por meio da CPMig, implantou diversas ações e organizações para atender a população imigrante, desde o CRAI, as casas de acolhidas, os programas de acompanhamento à população imigrante nas unidades de saúde, até o CMI (SP, 2016d). Muitos desses avanços foram obtidos na gestão do PT, partido político que utilizou da estratégia de gestão compartilhada com a sociedade civil como prática de governo, a exemplo dos orçamentos participativos (OP), dos conselhos gestores, entre outras instâncias de participação implantadas em municípios governados pelo PT, tais como Porto Alegre, Santo André e Angra dos Reis, no caso dos OP (WANDERLEY e PAZ, 2006).

Ainda sobre a PMPI, sua instituição, dentre outras iniciativas do poder público, fez com que São Paulo integrasse, juntamente com Montreal, no Canadá, e Accra, em Gana, o projeto piloto da ONU, por meio do seu organismo sobre migração – OIM – na utilização dos Indicadores Locais de Governança Migratória (Local MGI, na sigla em inglês utilizada pelo organismo), destacando a importância da agenda política adotada pelo município na temática migratória. O projeto piloto nessas três cidades foi realizado com o objetivo de apontar necessidades de aperfeiçoamento da estrutura de indicadores para que a agência internacional expandisse tal estrutura para um maior número de cidades (ONU, 2019). Em 2019 foi realizado o evento público de lançamento dos resultados do projeto piloto, momento em que representantes da OIM ressaltaram a importância da política pública migratória construída em São Paulo.

É de se notar o fato de São Paulo ter sido a primeira cidade brasileira a instituir sua própria legislação para garantir a equidade de acessos a direitos à população imigrante, sendo

essa equidade também para as mulheres. No que diz respeito ao recorte de gênero, o direito ao voto e a ser votado garantido pela lei municipal, possibilitou que as mulheres imigrantes participassem do processo de formação do CPM, já que a SMPM permitiu a participação das mulheres imigrantes nas condições tanto de candidatas a conselheiras quanto de eleitoras, conforme relatado anteriormente.

Durante esse período de construção da PMPI o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), por meio de seu Programa de Extensão Universitária Cosmópolis, realizou o diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes que utilizam os serviços públicos. Diversos representantes de diferentes órgãos públicos participaram, como dos direitos humanos, da assistência e desenvolvimento social; da saúde; da defensoria pública da união; e do trabalho e empreendedorismo (IRI-USP, 2017). A síntese desse trabalho é apresentada na sequência.

1.3 O atendimento à população imigrante na cidade de São Paulo

O IRI-USP lançou, em 2017, o relatório final do Projeto de Extensão Universitária São Paulo Cosmópolis “Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários”, realizado entre os anos de 2013 e 2014, enquanto os dados quantitativos para traçar o perfil dos usuários imigrantes foi levantado em 2016.

O diagnóstico produzido pelo IRI-USP traz informações importantes sobre as inquietudes dos servidores públicos frente ao desafio de atender à população imigrante. Foram realizadas oito entrevistas a funcionários públicos vinculados a quatro secretarias municipais, além da Defensoria Pública da União. Os órgãos envolvidos nesse estudo foram: Secretaria Municipal de Saúde, 2 entrevistas; SMDHC, 2 entrevistas; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), 1 entrevista; Defensoria Pública da União (DPU), 1 entrevista e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), 2 entrevistas. Os resultados apresentam alguns entraves enfrentados pela população imigrante na rede de saúde municipal que condizem com as preocupações e informações obtidas durante o estudo.

O diagnóstico realizado com os servidores que atendem à população migrante demonstra que os serviços normalmente buscados pelos imigrantes atendidos pelo CRAS estão relacionados a programas socioassistenciais relacionados à obtenção de cesta básica,

acesso a vagas nas creches e a atividades no contraturno escolar, além de programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família e o Renda Cidadã, sendo que o acesso a esse benefício é renunciado quando os imigrantes se inserem no mercado de trabalho (IRI-USP, 2017, p. 33).

Percebe-se que uma das servidoras entrevistadas tem um olhar mais cuidadoso no que se refere ao atendimento da população migrante no serviço de saúde pública municipal. A entrevistada 1 afirma que seu papel é

[...] ajudar as equipes das unidades convencionais a terem um olhar mais atencioso e uma escuta mais cuidadosa para as demandas dos imigrantes. Porque de cara já existe o problema da língua [...] e a gente tem um desafio enorme para poder acolher essas pessoas (IRI-USP, 2017, p. 34).

Os principais entraves enfrentados pela população migrante apontados pelas pessoas entrevistadas dizem respeito tanto a questões relacionadas às pessoas migrantes, mas também às servidoras e servidores públicos, sendo mencionada a xenofobia e a preferência pelo atendimento à população brasileira em detrimento da migrante, a falta de sensibilidade no atendimento a migrantes no sentido de oferecer atendimento adequado e cuidadoso de acordo com suas especificidades. Em relação a migrantes, o principal ponto colocado foi a barreira de comunicação, já que não há serviço de tradução oferecido para os diversos idiomas das diversas nacionalidades existentes em São Paulo, e também a dificuldade de manter contato, pela falta de um número telefônico ou endereço fixo. As diferenças culturais e a falta de informação também são apontadas como dificultadores, visto que, em alguns países, o serviço de saúde não é público e isso faz com que pessoas oriundas desses locais não busquem a rede municipal para serem atendidas. A situação de documentação irregular e as dificuldades enfrentadas por pessoas egressas do sistema prisional também foram levantadas no estudo, além da burocracia e morosidade para validação dos diplomas emitidos no país de origem para conseguir se inserir no mercado de trabalho qualificado.

No entanto, não só somente no ato de atender à população migrante que foram identificados pontos problemáticos. O diagnóstico investigou a estrutura de recursos humanos e tecnológicos e a articulação intersetorial no atendimento da rede pública. No documento é possível verificar quatro aspectos fundamentais que corroboram para as dificuldades enfrentadas pela população migrante na rede de saúde. O primeiro deles está relacionado à fragmentação da informação, isso porque não há um banco de dados único ou controle de informação centralizada sobre a população migrante que facilite a busca pelo histórico e

trajetória de atendimentos e tratamentos realizados pelos distintos equipamentos da saúde e da rede de proteção social. O segundo, a falta de formação e qualificação da equipe para atender e superar as barreiras idiomáticas e cultural, refletida no despreparo das/os agentes públicas/os que não conhecem e não entendem a realidade cultural de pessoas nativas de outros países e não dominam os idiomas para se comunicarem. Também foi verificada a ausência de pessoas para fazerem a tradução para idiomas diversos, principalmente para aqueles provenientes dos continentes africano e asiático. Por fim, a atuação isolada de diferentes órgãos públicos que atendem à população imigrante também ficou evidente. Se houvesse articulação e interlocução entre as secretarias e demais órgãos públicos, poderiam ser encontradas soluções conjuntas para superar os entraves apontados.

As melhorias elencadas no diagnóstico coadunam com os entraves relatados acima. Englobam desde ações relacionadas à equipe – envolvendo a preparação para acolher a população imigrante, considerando a possibilidade de contratação de intérprete ou oferecimento de curso de línguas para equipes de cada unidade de saúde; qualificá-la para entender que as migrações constituem uma questão de direitos humanos e a importância de conhecer as culturas de outros países – até a inclusão da população imigrante na agenda do Ministério da Saúde, direcionando verba de atendimento para essa camada populacional. Também foram apontadas melhorias que refletem dificuldades do cotidiano dos atendimentos, como a necessidade de ajuste de formulários e cadastros para as especificidades de imigrantes, além da oficialização de unidades de saúde interculturais, refletindo na redução de casos de xenofobia nos atendimentos. Para a atuação articulada e integrada, a sugestão é descentralizar a questão da imigração da CPMig, articulando e expandindo as bandeiras da CPMig para as demais secretarias e instituições. Especificamente sobre trabalho, a melhoria apontada foi a criação de cooperativa guarda-chuva, a fim de facilitar o recrutamento da população imigrante, especialmente aquela que é maior alvo de discriminação – os egressos do sistema penitenciário e as mulheres imigrantes –, além da criação de um Centro de Atendimento ao Trabalhador especializado para a população imigrante e outro para deficientes auditivos.

Em suma, o diagnóstico do atendimento à população imigrante revelou que há pouca sistematização das informações sobre imigrantes em São Paulo. Ainda que as unidades tenham suas estratégias para atendê-los, não há o costume de registrar os dados. As bases de dados que existem não são sincronizadas entre si e não há interação entre elas, o que dificulta ter uma visão sistêmica e integrada dos atendimentos efetuados e, também, traçar o perfil da

população imigrante que utiliza os serviços de saúde pública municipal. Além disso, foi verificado no diagnóstico que há discrepâncias com relação ao número de imigrantes beneficiados pelos serviços municipais em cada banco de dados, o que reflete na confiabilidade dos dados que registrados. Essa segregação de informações dificulta a coordenação entre os diversos órgãos municipais e impossibilita a utilização dos dados de modo a implementar uma atuação intersectorial e transversal de maneira eficiente.

Diante do exposto, com base nos resultados do diagnóstico realizado pelo IRI-USP, é possível perceber que o poder público municipal, embora tenha se imbuído na promulgação de legislações específicas para garantir acesso a direitos básicos e universais à população imigrante e tenha implantado políticas pontuais relativas à temática migratória, não está totalmente preparado para atender à demanda imigrante e precisa desenvolver um olhar atento para considerar as interculturalidades nos serviços destinados a esse público.

No decorrer deste estudo foi verificado que a Prefeitura Municipal de São Paulo se dedicou a minimizar alguns desses entraves apontados no diagnóstico do IRI-USP. Em 2016, foi assinado um termo de cooperação entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), escritório regional da Organização Mundial de Saúde (OMS) nas Américas, com vistas à implantação de política de saúde direcionada para a população imigrante e refugiada, a partir da estruturação de ações de forma participativa, envolvendo diversos atores – desde gestores da saúde pública, equipes de servidoras e servidores públicos municipais da área da saúde e seus parceiros, até organizações sociais e, também, a população imigrante e refugiada (OPAS BRASIL, 2016).

É importante mencionar que as mulheres ativistas sul-americanas imigrantes participaram desse processo tanto enquanto coletivo, nas reuniões do grupo de trabalho formado para acompanhar a implantação do Plano de Trabalho da área temática Saúde do Imigrante e Refugiado, quanto como mediadoras culturais das oficinas realizadas ao longo de 2016. No entanto, a parceria foi desfeita quando da mudança da gestão administrativa que assumiu a prefeitura no ano de 2018, e o programa não seguiu adiante com a mesma proposta de atuação de mulheres imigrantes como mediadoras das oficinas.

A despeito desse termo de cooperação, as ativistas imigrantes entrevistadas relatam as dificuldades encontradas pela população imigrante no acesso aos serviços básicos de saúde e educação, conforme será detalhado no capítulo três. O capítulo dois, a seguir, trata da fundamentação teórica e das notas metodológicas deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E NOTAS METODOLÓGICAS

O espaço da cidade e sua apropriação pelas mulheres estão no centro da problemática da luta e conquista pelos lugares político institucionais. Neste estudo, adquirem relevo as conceituações de espaço e análise de discurso, além das categorias migração, classe, raça, etnia e, com grande destaque, gênero.

Para a análise da situação contraditória entre os movimentos reivindicatórios das imigrantes e o aparato institucional da administração municipal, é considerada, de início, a análise de discurso de Michel Foucault. Outras autoras, como Adriana Piscitelli (2009), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Elizabeth Souza-Lobo (2011) e Flávia Biroli (2018) constituem a base da reflexão sobre a condição das mulheres, do movimento feminista e da interseccionalidade entre classe, raça, etnia e gênero. Para analisar a produção do espaço, o referencial teórico são os argumentos de Henri Lefebvre (1968, 1973 e 2000) e Joseli Maria Silva (2003, 2009). A contextualização dos movimentos urbanos no Brasil na ditadura militar, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, são baseados nos escritos de Regina Bega dos Santos (2008).

No Brasil, na década de 1970 e na seguinte, os movimentos urbanos que reivindicavam melhorias relativas à exploração do trabalho e o acesso à habitação tiveram grande visibilidade. No entanto, outros movimentos surgiram questionando a subalternidade, exclusão e preconceitos e reivindicavam acesso a saúde, saneamento, transporte coletivo. Soma-se a isso as questões sociais estruturantes, como a submissão da mulher e o racismo. Temas como moradia, acesso à terra urbana, transporte coletivo de qualidade, creche, saúde e infraestrutura urbana unificaram a luta e despontaram na cidade. Os movimentos sociais urbanos contribuíram, de certa forma, no processo de abertura política, uma vez que, durante as lutas, as pessoas se conscientizavam sobre a necessidade de insubordinação contra o autoritarismo do regime militar (SANTOS, 2008).

A comemoração do dia 1º de maio de 1980, Dia do Trabalho, em São Bernardo do Campo, momento em que estava em curso a greve das metalúrgicas e metalúrgicos, repercutiu essas identidades coletivas que foram surgindo com os movimentos reivindicatórios. Pequenos grupos, juntamente com os comitês formados para apoio e solidariedade às pessoas grevistas, nessa comemoração, concentraram 120 mil pessoas, a maior aglutinação desde a implantação do regime militar. A convergência dos grupos por luta social resultou no surgimento de um sujeito coletivo, ganhando visibilidade pública. Dessa forma, o conflito

operário envolveu, além do movimento sindical, outros setores da sociedade e diferentes movimentos sociais que foram amadurecendo ao longo da década de 1970 (SANTOS, 2008).

O surgimento desses movimentos reivindicatórios urbanos se deu após o enrijecimento da ditadura militar na década de 1960, principalmente com o Ato Institucional número 5, de 1968, que repercutia diretamente na manifestação política, atingindo os movimentos sindical e estudantil e suas lideranças. Diversas lideranças sindicais foram presas e mortas, outras viveram na clandestinidade e houve aquelas que se refugiaram em diferentes países. O país passava por situação de repressão violenta aos grupos de guerrilha, mas aos poucos outras formas de lutas se configuraram (SANTOS, 2008).

Nesse contexto, para este estudo se particulariza a participação da mulher nos movimentos sociais urbanos, sua organização e articulação no Brasil, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, se faz necessário contextualizar como eram produzidos os saberes científicos acadêmicos sobre a mulher e gênero nesse período.

A particularização da mulher nos trabalhos acadêmicos brasileiros ocorreu em 1969 com a obra de Heleieth Saffioti intitulada “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Até a década de 1970, os estudos sobre trabalho, trabalhadoras e trabalhadores no Brasil eram de caráter homogêneo em relação à classe e, geralmente, com olhar masculino com base na divisão sexual do trabalho. Foi com a pesquisa de Elizabeth Souza-Lobo (2011), em 1991, que a participação das mulheres, considerando a categoria gênero, ganhou destaque.

Especificamente no campo da geografia, Rosa Ester Rossini foi pioneira na abordagem da temática gênero nos seus estudos, na década de 1980, tendo como fio condutor a categoria trabalho. O trabalho produtivo feminino na lavoura canavieira, acrescido do trabalho reprodutivo com os afazeres da casa não compartilhado e o cuidado com as filhas e filhos foram o ponto de análise dos estudos da autora, sobretudo aqueles acerca da divisão espacial e sexual do trabalho e subordinação da mulher (SILVA e ORNAT, 2016).

O papel e as responsabilidades da mulher no contexto familiar, acrescido da necessidade de submeter-se a trabalhos assalariados para complementar renda, estiveram presentes nas análises de Rossini. Ao sair de sua casa para trabalhar fora, além de ter maior responsabilidade sobre filhas e filhos devido ao fato de deixá-las sob os cuidados de outras pessoas, a mulher responde pela sobre carga de trabalho e pela dupla jornada porque, além de vender sua força de trabalho, ao chegar precisa realizar o trabalho reprodutivo, o que impacta

direto no seu período de descanso que fica cada vez mais comprometido (ROSSINI, 1993, 2011).

Souza-Lobo (2011) pesquisou a atuação das mulheres, mais especificamente as alterações atinentes à participação das mulheres na força de trabalho da indústria nas décadas de 1970 e 1980, que transitaram dos setores têxtil, vestuário e de sapatos para diferentes ramos industriais, principalmente aqueles relacionados aos segmentos da metalurgia.

Para romper com os estudos acadêmicos que reproduziam a fragmentação da análise – ora homogeneizando classe e a vinculando ao masculino e, conseqüentemente, invisibilizando a presença da mulher na relação de produção, ora se dedicando a análises no recorte da mulher sem considerar classe, reforçando a natureza feminina socialmente construída para a figura mulher –, Souza-Lobo (2011) propõe uma nova postura teórico-metodológica que integre as relações sociais, que ultrapasse a naturalização da binaridade masculino-feminino.

Nesse sentido, é evidenciada a importância de considerar, além da categoria classe, a questão do gênero nas análises, incorporando nos estudos as relações de gênero, o que abrangeria tanto a análise de grupos operários quanto as formas diferenciadas de luta e de combatividade entre homens e mulheres.

A desigualdade vivenciada entre sujeitos remonta à naturalização da divisão sexual e reprodutiva das tarefas a partir de um viés biológico, atribuindo a pessoas do sexo masculino a circulação na esfera pública e ao sexo feminino a restrição ao âmbito privado. Essa construção biológica naturalizada atribui respostas diferentes esperadas para o homem, quem detém a imagem de agressividade e dominação. Por outro lado, à mulher são atribuídas expectativas relacionadas à maternidade e ao cuidado do lar, com qualidades como docilidade, fragilidade, sensibilidade e submissão, caracterizada como a portadora e representante da correta conduta moral. Essa perspectiva binária que reflete a oposição entre homens e mulheres, entre o feminino e o masculino, foi contestada pelos movimentos feministas no debate e construção sobre gênero, conforme está detalhado na continuidade do texto.

Para contestar essa naturalização do trabalho reprodutivo direcionado para a mulher, estudos culturais da teoria social demonstraram que a divisão de tarefas entre masculino e feminino em tribos indígenas divergia, consoante à cultura de cada tribo. Destarte, foi

verificado que não há normativa universal para a divisão de tarefas entre os sexos, os papéis sociais são definidos em conformidade com a cultura de cada sociedade (PISCITELLI, 2009).

Desde o final do século XIX as mulheres ocupam espaços públicos, de países democráticos, para reivindicar direitos, como ocorreu com as sufragistas. Ao longo do século XX as mulheres continuaram se organizando e trazendo para o debate público as desigualdades de direitos e o requerimento de equidade e igualdade de direitos e oportunidades, conhecido como movimento feminista.

De acordo com o grupo de mulheres e o tipo de reivindicação, no século XX foram formadas três ondas feministas, termo utilizado por algumas autoras feministas para descrever as reivindicações apresentadas pelas mulheres (BIROLI, 2018), e, com base no entendimento de que a luta das mulheres não é homogênea, o movimento passou a ser conhecido por sua pluralidade, atualmente denominado como movimentos feministas.

Adriana Piscitelli (2009) condensa a história sobre os movimentos feministas em sua narrativa sobre a construção do conceito de gênero, introduzindo pela primeira vez pelo psicanalista Robert Stoller, em 1963, que apresentou diferentes entendimentos para as nomenclaturas sexo e gênero, sendo o primeiro relacionado ao fator biológico, enquanto o segundo foi relacionado à cultura, ao aprendizado acumulado em toda a vivência. A esse conceito, as feministas da década de 1970, período conhecido como a segunda onda do movimento, impactaram as análises da teoria social, tendo sido acrescido ao conceito de gênero a noção de desigualdade existente entre mulheres e homens nas construções sociais, daquilo que espera e é atribuído ao masculino e ao feminino enquanto papel social.

A primeira onda feminista protagonizada por mulheres europeias e norte-americanas, além de outras nacionalidades, pleiteou, entre o final do século XIX e início do século XX, o direito igual à cidadania, por meio do direito ao voto, do acesso à educação, e o direito à propriedade de posses e bens, com vistas a obter igualdade entre os sexos, uma vez que esses direitos eram exclusivos de homens. O resultado desse primeiro levante foi verificado entre 1920 e 1930, quando as mulheres de algumas regiões do mundo conseguiram romper com barreiras que as impediam de obter alguns direitos legais e formais (PISCITELLI, 2009).

A obra “O segundo sexo”, que apresenta o conceito de construção social relativo à posição da mulher na sociedade, fez de Simone de Beauvoir a precursora da chamada segunda onda do movimento feminista, que ocorreu a partir da década de 1960. Nesse período, foi

questionada a subordinação da mulher como uma construção social, nem inata nem fixa, podendo, portanto, ser rompida, reconstruída. A ruptura da maneira como a mulher é percebida na sociedade possibilita a ocupação feminina de outros espaços sociais. Nesse período, as feministas se dedicaram a criar a categoria mulher e o sujeito político coletivo “mulheres”, a viabilizar formas de romper com a subordinação, além de se apoiarem em referenciais teóricos para explicar as causas que davam origem à subordinação feminina (PISCITELLI, 2009).

A pluralidade da submissão da mulher está vinculada, ainda em consonância com Piscitelli (2009), à cultura e a papéis definidos dentro da sociedade na qual convive, por isso estudos e análises sobre as relações de submissão feminina deveriam se atentar para o espaço no qual está inserida, na vida cotidiana, nas relações familiares, amorosas, laborais, considerando que tais relações são relações de poder entre mulher e homem, caracterizando-as como relações no âmbito do político. Devido a isso, nesse período, a expressão “o pessoal é político” foi utilizada para rastrear e desvendar as relações de poder estabelecidas entre mulheres e homens. Malgrado essa necessidade de analisar as relações de poder estabelecidas entre mulheres e homens, em conformidade com as feministas da época existe o ponto coadunante da opressão patriarcal, sob o qual todas as mulheres estão, mundialmente, submetidas, independentemente de sua classe e raça, até mesmo a mulher rica e branca.

Ainda no contexto da segunda onda feminista, Gayle Rubin (1993) defendeu, no final da década de 1980 e início da seguinte, o que nomeou de sistemas sexo/gênero, que são produtos da atividade histórica humana. A autora apresenta a heteronormatividade como propulsora das diferenças de gênero, indicando a opressão universal patriarcal como causadora dessas diferenças, o que foi contestado pelo movimento de mulheres negras.

Nesse mesmo período, mulheres negras norte-americanas e de países periféricos, denominados de Terceiro Mundo, contestaram as conquistas feministas por não se sentirem contempladas, representadas, uma vez que os votos e o acesso à educação foram usufruídos por mulheres ricas e brancas. Também contestaram os sistemas sexo/gênero defendido por Rubin, sob a argumentação de significar um sistema branco e imperialista, haja vista que, de acordo com as mulheres negras, o que existe são “sistemas de diferenças” que abarcam as distinções entre masculino, feminino, raça, classe, etnia, nacionalidade, idade (PISCITELLI, 2009). O levante das mulheres negras discutindo gênero, aliado a novas leituras sobre as relações de poder, resultou na refutação de autoras e autores sobre a hipótese de existir

dominação e subordinação universal das mulheres, já que isso muda de intensidade de acordo com as relações estabelecidas, considerando categorias de classe, raça, etnia, sexualidade. Com base nisso, as análises sobre gênero se voltaram para especificidades individuais e coletivas na maneira de resistir, considerando os diferentes lugares e momentos históricos vivenciados pelas mulheres.

Nos anos 1990 e 2000 surgiu uma nova maneira de entender gênero. A necessidade de desassociar a categoria sexo a algo natural, fixo na natureza, dado como masculino e feminino, foi incorporado pela terceira onda feminista. A compreensão de que, na natureza, o sexo é flexível, haja vista as pessoas intersexos, foi incorporada ao conceito de gênero e representou o rompimento com o conceito binário de mulher e homem em posições opostas. A construção do conceito de gênero abarcou sujeitos que não se identificam com tal binaridade, surgindo, nesse contexto, a teoria *queer*, de Judith Butler (2016), apresentada em sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, de 1990, que inclui no debate, além de pessoas intersexos, lésbicas, *gays*, bissexuais, transsexuais, travestis. Dessarte, o conceito de gênero concerne a relações desiguais, relações políticas e de poder, não somente entre mulheres e homens, mas também entre sujeitos políticos com direitos circunscritos a determinados corpos e incircunscritos a outros.

Este estudo considera gênero como sua categoria central de análise, e utiliza como referência o conceito de Judith Butler (2016), que afirma que o gênero é cristalizado por meio de práticas insistentes e insidiosas sustentadas e reguladas por meios sociais, o corpo é estilizado a partir de atos repetidos dentro de uma estrutura rígida de regulação. Dessa maneira, gênero é entendido como construção social regulada por regimes de poder que controlam as relações sociais.

Uma vez definido o conceito de gênero que permeia o presente estudo, é importante destacar que a análise sobre as situações vivenciadas pelas ativistas imigrantes sul-americanas considera sua condição de “mulher imigrante”, em conformidade com o argumento de Biroli (2018, p. 13-14), que afirma que não é suficiente falar sobre “mulheres”, é preciso falar de “mulheres trabalhadoras”, “mulheres negras”, “mulheres imigrantes”. Isso devido ao fato de ser necessário considerar as atuais formas de exploração a qual estão submetidas e quais os efeitos da produção de gênero na divisão sexual do trabalho, que é heterogênea e com significados distintos para diferentes mulheres. Além disso, este estudo atenta a outras

variáveis presentes nas relações sociais e, também, nos efeitos do gênero nas relações (re)produzidas.

É importante mencionar que especificar qual grupo de mulheres está sendo considerado para a análise não significa reconhecer ou concordar com movimentos conservadores que se apropriaram das lutas de movimentos ativistas, em busca de visibilidade e formas de inclusão nas relações sociais. Entende-se que tais movimentos tentam minimizar e banalizar a luta pelo reconhecimento das diferenças ignoradas pela dominação cultural, o que Nancy Fraser (2012) chamou de injustiças culturais ou simbólicas. A autora critica e argumenta sobre dois grandes modelos de lutas, que abarcam as injustiças econômicas, no âmbito das classes sociais, e as injustiças culturais ou simbólicas, que trata da inclusão de grupos não inseridos no sistema dominante, considerados como excluídos ou minoritários.

Delimitar este estudo ao sujeito mulher ativista imigrante, considerando questões de gênero, classe, raça e etnia, é reconhecer que as opressões e submissões vivenciadas por uma mulher imigrante é diferente daquela vivenciada pela mulher brasileira, já que a mulher imigrante sofre duplamente, por ser mulher e por ser imigrante (BACRON, 2017). Os estudos de Spivak (2010) corroboram com a leitura sobre o duplo sofrimento da mulher ao apontar a dupla obscuridade vivenciada pela parcela feminina da população submetida à subalternidade tanto nas relações sociais patriarcais dentro do sistema de divisão internacional do trabalho quanto ao silenciamento de suas vozes nos espaços públicos-políticos.

O termo subalterno se refere às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão do mercado, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos do estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, pp.13 e 14). Especificamente acerca do subalterno enquanto sujeito feminino, não há escuta tampouco leitura sobre as questões por ele apresentado. A subalternidade feminina se acentua quando há convergência com classe, raça, etnia e nacionalidade, merece destaque o silenciamento sofrido pelas mulheres residentes nos países denominados “Terceiro Mundo” (SPIVAK, 2010).

Às questões apresentadas somam-se as dificuldades enfrentadas nas interações no espaço ao qual estão inseridas, seja pelas barreiras dos diferentes idiomas ou pela diversidade cultural.

2.1 Gênero e a intersecção com migração, classe, raça e etnia na produção do espaço

A intersecção entre gênero, migração, classe, raça e etnia é intrínseca à relação social em que se está inserida. A discriminação, a opressão, o racismo estrutural, a xenofobia, a misoginia são fluidos e emergem de acordo com as situações apresentadas. Duas mulheres imigrantes podem vivenciar intersecções diferentes, a depender de suas condições e da relação em que se encontram. A relação da mulher imigrante branca que reside na região central é distinta da mulher imigrante de outra raça ou etnia que reside na mesma região. Também é dessemelhante a relação da imigrante branca residente da região central da imigrante andina, da imigrante africana ou da imigrante asiática que reside nos bairros periféricos da cidade. Isso se reflete no espaço (re)produzido.

O espaço social é um produto social da força produtiva, do modo de produção de cada sociedade, produzido a partir de sua prática, de seus ritmos cotidianos, de seu centro e policentrismo. O espaço social é o espaço da sociedade. Tanto as relações sociais de reprodução, aquelas entre as pessoas que envolvem a organização da família, quanto as relações sociais de produção, a hierarquização das funções sociais por meio da divisão e organização do trabalho, estão contidas no espaço social. Acrescenta-se ao espaço social os atos sociais de sujeitos coletivos ou individuais (LEFEBVRE, 2006). O fundamento do interdito também é incorporado no espaço social, o que o Lefebvre denomina de não-dito nas comunicações entre os integrantes da sociedade. Esse interdito engloba o afastamento e o deslocamento das relações, as barreiras em relação a tabus familiares, como o incesto, e questões relacionadas à própria corporeidade.

Esse espaço é organizado, centralizado e concentrado no poder político e na produção material. Essa lógica representa a hierarquização das classes sociais nos espaços ocupados, onde se investem e se travestem. Nessa perspectiva, o espaço é um meio de controle e de dominação, de disputas e forças sociais e políticas. O espaço da modernidade, de acordo com Lefebvre (2006), é composto por três características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização.

A homogeneidade nos métodos de gestão, de controle, de comunicação, de vigilância; de falsos conjuntos são fragmentados em parcelas, em loteamento; e hierarquizados em espaços de lazer, espaços comerciais, espaços residenciais. A lógica homogeneidade-fragmentação-hierarquização, com a predominância da informatização, oculta as relações reais; e reflete seus efeitos na cultura, no saber, na sociedade em geral (LEFEBVRE, 2006).

A produção do espaço sob a perspectiva das relações de poder institucionalizadas, que normatiza o que é aceitável, que organiza e regula por meio de uma ordem moral e política, produz a fragmentação para, assim, controlá-lo.

A lógica da produção do espaço por uma ótica dominante das diferenças, da inclusão-exclusão, conciliada a discursos de poder institucionalizados por meio de normativas morais e políticas, instaura uma homogeneidade fictícia que estabelece certa dicotomia entre o visível e o invisível, entre o dito e o não dito. Essa homogeneidade pode ser rompida pela experiência vivida, que compõe a produção do espaço social (LEFEBVRE, 2006).

A perspectiva de analisar a problemática da exclusão e invisibilidade de grupos é percebida na produção do espaço, que é reforçada pela legitimação da representação da humanidade cristalizada na imagem do homem branco universal, o que apaga e minimiza a importância das diferentes categorias sociais. Isso reforça grupos hegemônicos de cor da pele, de formato do corpo e de orientações sexuais e determina uma única forma aceitável, excluindo todas as outras diferenças de classe, raça e sexualidade, que, por sua vez, contribuem para reforçar estudos que invisibilizam as diferenças espaciais, econômicas e de classe (SILVA, 2009). As experiências vividas, por sua vez, podem significar a produção de discursos que resistem às relações homogêneas estabelecidas.

Neste estudo, a concepção de discurso de Michel Foucault conduziu as análises das práticas discursivas construídas durante o período estudado. O autor debate sobre a parcialidade discursiva, haja vista que discursos não são transparentes tampouco neutros. Em concordância com Foucault, o discurso, para além das lutas e dos sistemas de dominação, diz respeito àquilo pelo que se luta e seus motivos, está relacionado ao poder que se quer apoderar. Nas palavras do autor,

O discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é o objeto do desejo; e visto – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Para Foucault (2019), os discursos referem-se às práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam e, para além de utilizar signos para designar coisas, identificam as relações e o regime dos objetos.

Nesse sentido, o discurso foucaultiano busca o que o Foucault nomeia de *fazer* as diferenças [grifos do autor], e não encontrar a sua gênese ou estabelecer um sistema único de

diferenças. A análise de discurso busca constituir as diferenças discursivas como objetos para analisá-las e, assim, definir seu conceito (FOUCAULT, 2019).

Os discursos são compostos por exclusões que são regidas pelas instituições e separações de quem fala e de onde se fala. Ao tratar da formação das modalidades enunciativas, o autor assinala a importância de, no discurso, identificar quem fala e sua posição, de onde fala, para quem fala. É importante identificar o funcionamento do discurso dentro da sociedade em que é (re)produzido: a hierarquia estabelecida entre pessoas de diferentes posições nas relações discursivas, sejam entre pessoas de uma mesma posição no discurso – entre dois profissionais da medicina, tendo como exemplo o discurso da medicina –; de posições diferentes dentro de um mesmo discurso – na medicina entre médico e paciente, médico e corpo técnico de outras profissões da saúde –; entre discursos de saberes distintos – medicina, ciências, filosofia – e diferentes instituições – saúde, administrativa, econômica ou política (FOUCAULT, 2019).

É importante analisar os efeitos dos discursos construídos e também identificar discursos que são excluídos. Foucault (1996) relaciona alguns procedimentos de exclusão do discurso, presentes em nossa sociedade, como a interdição relacionada ao desejo e ao poder, que se refere àquilo que não pode ser dito em qualquer situação, e os tabus da sexualidade e da política. Outro procedimento de exclusão diz respeito à separação e à rejeição, aquele discurso que não pode circular, como o discurso do louco que não pode ser ouvido, uma palavra considerada nula. Foucault argumenta que

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar em um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício de uma missa permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua por posição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada – rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingênua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas. Jamais, antes do fim do século XVIII, um médico teve a ideia de saber o que era dito (como era dito, por que era dito) nessa palavra que, contudo, fazia a diferença. Todo este imenso discurso do louco retornava ao ruído; a palavra só lhe era dada simbolicamente, no teatro onde ele se apresentava, desarmado e reconciliado, visto que representava aí o papel de verdade mascarada (FOUCAULT, 1996, p. 10-12).

Essa separação e rejeição de discursos são produzidas e controladas pelas instituições, que permitem a algumas pessoas escutarem discursos que permanecem excluídos, não da mesma maneira que na Europa antiga, mas adaptadas à nova forma de relações sociais e com efeitos diferentes daqueles outrora produzidos, porém, que seguem mantendo a separação e segregação.

Outro procedimento de exclusão está relacionado à vontade da verdade, que, por sua vez, também está apoiada no suporte institucional. A vontade da verdade está voltada para a maneira como o saber é aplicado na sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e atribuído. Sobre isso, FOUCAULT (1996) coloca

Ora, essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. [...] Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando da nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. [...] penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (FOUCAULT, 1996, p. 18-19).

Esses procedimentos de exclusão classificados por Foucault são exercidos no exterior e estão relacionados a colocar em jogo o desejo e o poder. Há outros procedimentos, descritos como internos pelo autor, que exercem seu próprio controle.

Os procedimentos internos de controle referem-se ao sistema de cultura e do saber que concentram discursos nos textos religiosos, médicos e jurídicos, por vezes, textos científicos, que concentram aquilo que é dito, o que é permitido. A medicina e a biologia produzem discursos que controlam a sociedade no que se refere à sexualidade humana, determinando a heterossexualidade como normativa para as relações.

Diante disso, na análise de discurso foucaultiana é preciso identificar quem está com o discurso dominante, de onde e para quem está falando. Acrescenta-se a necessidade de analisar quais são os discursos excluídos, quais são as forças desse discurso, quais são as instituições e os saberes envolvidos, e quais seus mecanismos de controle.

Para falar da participação das mulheres nas políticas públicas, é importante falar dos sofrimentos enfrentados por elas na luta por equidade e considerar todas as questões

envolvidas nas relações desiguais que são vividas e vivenciadas entre homens e mulheres, entre pessoas ricas e pobres, entre pessoas brancas, negras e indígenas.

A literatura apresenta um vasto arcabouço teórico relacionado à interseccionalidade entre gênero, classe, raça e etnia. Nesse sentido, ao olhar para as mulheres ativistas imigrantes, numa perspectiva gênero-migração, é possível verificar que, conforme já mencionado, elas sofrem duplamente no contexto sociopolítico, primeiro por serem mulheres e, segundo, imigrantes (BACRON, 2017). Teóricas sobre a categoria gênero, como Anne McClintock (2010), Elizabeth Souza-Lobo (2011), Heleieth Saffioti (2015) Ângela Davis (2016), Silvia Federici (2017) e Flávia Biroli (2018), apontam as múltiplas dificuldades e sofrimentos vividos por diversas mulheres, que perpassam por questões de classe social, raça, etnia e sexualidade. Tais dificuldades e sofrimentos são agravados ainda mais pela condição de imigrante dessas mulheres, uma vez que essa população sofre com a invisibilidade e comportamentos xenofóbicos e racistas em diferentes situações e espaços. Malgrado esse contexto, as ativistas sul-americanas imigrantes, que atuam de maneira autônoma ou se agrupam em coletivos e frentes para expor suas solicitações e reivindicações, mantêm uma postura ativa no que diz respeito à luta por acesso aos direitos universais por meio de políticas públicas e pelas estratégias de resistência adotadas. Para a análise interseccional neste estudo serão abordados os argumentos de Souza-Lobo (2011) e Flávia Biroli (2018).

A prática discursiva baseada nas relações de poder, que engloba o visível e o invisível, o dito e o não dito, a inclusão e a exclusão, dentro da normativa discursiva embasada na dominação masculina, pode ser identificada no Brasil quando legislações para pessoas de outras nacionalidades as categorizam como “estrangeiras” e tem como premissa a segurança nacional. Quando os sindicatos generalizam suas reivindicações e invisibilizam as solicitações das mulheres com suas especificidades e particularidades, além de reforçarem a divisão sexual do trabalho atribuindo à mulher os cuidados do lar e da família. Também pode ser verificada nos estudos acadêmicos que se interessam pelas mulheres e conduzem suas análises sem considerar as questões de gênero.

Nesse contexto, coaduno com os argumentos de Biroli (2018) sobre gênero ser uma questão política aguda, portanto, é necessário problematizar as limitações construídas entre tais esferas haja vista que, ao traçarem fronteiras entre experiências, problemas e necessidades, lhes são atribuídos pesos diferentes e influenciam diretamente nas possibilidades de atuação na vida pública, e refletem diretamente na participação política

democrática das mulheres. Isso porque as construções sociais sobre masculino e feminino validam o primeiro como sujeito com maior relevância para o debate político.

Biroli (2018) traz para o debate sobre gênero e democracia a perspectiva de que a divisão sexual do trabalho, reduzida a argumentos acerca de preocupações de gênero ou de mulheres, não é considerada quando se trata de democracia. A autora reforça que a categoria mulher é heterogênea e, na análise sobre a atuação de mulheres no debate público e político, atenta-se para hierarquias de gênero considerando, nas palavras da autora, as convergências entre gênero, raça, classe e sexualidade. A disparidade entre o grupo social de mulheres, a exemplo do que ocorre no mercado de trabalho, é identificada quando se verifica o acesso de sujeitos femininos mais ricos e com educação formal a posições de poder em grandes empresas, ocupando cargos diretivos ou como proprietárias, enquanto outras mulheres permanecem assalariadas ou dependentes de fontes de renda provindas do trabalho assalariado de demais pessoas da família.

É importante o elemento trazido por Biroli (2018) que, ao se dedicar a estudar a transposição das fronteiras do espaço privado pelas mulheres e sua apresentação para o debate público e político, considera a convergência entre gênero e outras categorias tais como raça, classe e sexualidade. Neste estudo, a participação das mulheres ativistas imigrantes na esfera pública e política é analisada com base na intersecção entre gênero, migração, classe, raça e etnia, visto que o argumento apresentado pela autora coaduna com o meu entendimento sobre a heterogeneidade da categoria mulher nos diferentes espaços por elas ocupados.

A demarcação de lugares distintos para homens e mulheres nas esferas pública e privada produz gênero, no entanto seus efeitos são diferentes tanto para as mulheres quanto para os homens, uma vez que o gênero produzido se intensifica quando se converge com outras categorias, como classe, raça e sexualidade (BIROLI, 2018).

Ao analisar a problemática classe e raça, Souza-Lobo (2011), em estudo sobre o operariado feminino, defende que a homogeneização da classe operária, no que se refere a suas práticas, é vista como excludente por não se articular com as outras relações sociais. Essa fragmentação interferiu na análise relativa às mulheres, já que tal análise permaneceu restrita ao ambiente da fábrica e com o viés masculino, em um momento em que a dinâmica dos movimentos de mulheres rompia com formas institucionais de reivindicação e estabelecia novas relações entre pessoas, grupos e sociedade, por meio da ruptura de formas internas de formação de grupos em ação na sociedade. É importante mencionar que há o entendimento de

que as colocações da autora vêm ao encontro daquelas de Lefebvre (1968) no sentido de que é preciso analisar as relações para além do ambiente da fábrica e da indústria.

Lefebvre, em sua obra de 1968, “A irrupção, a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos”, argumenta que a sociedade deve ser pensada por uma nova práxis, a prática urbana, que envolve e transforma a práxis industrial, resultante de práticas parciais, da vida cotidiana, das reivindicações e contestações grupais. A respeito dessa nova práxis, o autor afirma que

A práxis urbana se constitui a partir de práticas parciais, não dissociáveis; é preciso incluir tanto o estudo das centralidades quanto o das marginalidades, tanto a alegria urbana quanto a guerrilha urbana, tanto a vida quotidiana com seus gestos e condutas quanto as transgressões, o anômico e o normal, o tópico e a utopia, o lúdico e o sério, as reivindicações e contestações, os grupos, classes, estratégias de classes etc. (LEFEBVRE, 1968, p. 157).

A prática urbana de nossa sociedade contempla as relações de gênero e situações de opressão e submissão das mulheres construída histórica e socialmente pela estrutura patriarcal sendo intensificada pela sociedade capitalista de produção de mercadorias.

No sentido de o gênero ser produzido, enquanto Souza-Lobo (2011); reconhece a necessidade de considerar gênero nas análises, incluindo as mulheres no contexto das relações sociais, uma vez que o gênero é produzido nas relações sociais e reproduzido pela divisão sexual do trabalho, Biroli (2018) amplia o olhar afirmando que é preciso considerar as diferentes formas de opressão produzidas pela divisão sexual do trabalho e quais são os seus efeitos, considerando que gênero é produzido pela divisão sexual do trabalho, com caráter estruturante.

A divisão sexual do trabalho é “um *locus* importante da produção de gênero”, em sua convergência com raça nos diferentes efeitos observados, nas diferentes formas de opressão, já que “o fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica” (BIROLI, 2018, p. 23).

A leitura sobre a construção social das relações sociais também é percebida nos escritos de Lefebvre (1973). O autor destaca grupos parciais, como as mulheres, a juventude, os “estrangeiros”, os periféricos, juntamente com o cotidiano, o urbano e o espaço na produção de novas relações e demarca as transgressões como efeito das contradições. Ao entender que contradições provocam transgressões de grupos excluídos das normativas construídas, as novas formas de reagir desses grupos às imposições controladoras e

reguladoras culminam na construção social de novas maneiras de agir, produzindo, assim, novas relações sociais que buscam romper com o processo iterativo existente.

O termo estrangeiro foi utilizado como equivalente de imigrante durante muito tempo. A própria legislação brasileira, conforme exposto anteriormente, utilizava, até 2017, o Estatuto do Estrangeiro como normativa para a população de outras nacionalidades. Estrangeiro, conforme mencionado no capítulo anterior, pode ser entendido como o outro, o diferente, o estranho (MOUNTIAN e ROSA).

Ocorre que, a figura do estranho, além de estar associada à imagem da pessoa imigrante, pode se associar ao feminino, sendo esse o diferente, o que se opõe à norma masculina dominante, o que se refere ao outro sexo (KOLTAI, 1998). Assim, aumenta a opressão sobre a mulher imigrante, por representar tanto a condição do feminino por ser mulher, quanto a de imigrante, potencializando seu duplo sofrimento.

Essa segregação simbólica coloca o sujeito imigrante numa posição de inferioridade em relação à população nativa, que é sobrecarregada quando o sujeito é uma mulher imigrante. Ao olhar sobre a mulher imigrante soma-se o machismo, a xenofobia e o racismo estrutural. Outro fator importante é a interculturalidade, que não é considerada como produtiva e positiva: a pessoa imigrante é entendida como inferior e sua história e sua cultura são minimizadas. Essas diferenças são menos percebidas por mulheres imigrantes brancas e ricas, como está detalhado no capítulo seguinte, o que ratifica a argumentação de Biroli sobre efeitos diferentes de acordo com o grupo de mulheres e suas situações de classe e raça, e, neste estudo, também etnia.

2.2 Organização e articulação das mulheres no Brasil entre os anos 1970 e 2000

As últimas seis décadas registraram momentos importantes de atuação das mulheres na esfera pública brasileira, tanto na organização quanto articulação para conformação e participação em movimentos e na política pública.

Entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu a maior adesão das mulheres a sindicatos e, em 1978, foi realizado o 1º Congresso das Operárias Metalúrgicas do Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, com pautas reivindicatórias que envolviam denúncia sobre a opressão e a repressão vivenciada pelas mulheres no ambiente da fábrica, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, além da falta de creche (SOUZA-LOBO, 2011).

Importante mencionar que a legislação trabalhista de 1943 já considerava a igualdade salarial como um direito, independentemente de sexo ou raça, e a oferta de creche para empregadores com mais de 30 empregadas ou empregados. As pautas das mulheres foram fortalecidas pelas reivindicações e, também, pela filiação a sindicatos, mas o debate por elas levantado se limitava ao âmbito dos congressos de operárias organizados pelo sindicato.

Na esfera sindical, as mulheres conseguiram se organizar e apresentar suas reivindicações – que denunciam violências, medidas discriminatórias, formas de controle, arbitrariedade, revelando o caráter sexista de suas condições de trabalho – nos congressos de operárias. No entanto, as operárias também foram reprimidas e oprimidas quando tais reivindicações se encerraram nos congressos, sem se incorporarem nas reivindicações gerais sindicais, o que invisibilizou a discriminação sexista ou a fez permanecer oculta no discurso unificador adotado.

A discriminação sexista e as modalidades de subordinação da mulher, para além do ambiente da fábrica, estão vinculadas às relações sociais, sejam elas práticas sociais, familiares ou culturais; relações assimétricas porque socialmente há assimetria entre homem e mulher; relações de poder porque são regidas por leis e normas, tradições e hábitos. No entanto, essas relações são reformuladas pelas mulheres, tanto como estratégias de sobrevivência quanto de resistência à dominação e subordinação. Sob essa perspectiva, a subordinação e a desigualdade das mulheres não se referem a condições criadas no mercado de trabalho, mas sim a reproduções das relações sociais. A divisão sexual do trabalho reproduz a relação sexual existente nas relações sociais da sociedade, que constrói o masculino e o feminino e demarca uma relação entre dois mundos, dois espaços, apresentada como natural e biológica, naturalizando o trabalho produtivo ao homem e o trabalho reprodutivo à mulher (SOUZA-LOBO, 2011).

Em relação ao discurso das mulheres, verificou-se que, embora as operárias tenham ganhado espaço para o discurso por meio dos congressos sindicais, foram as correntes feministas e o movimento popular de mulheres que trouxeram para o âmbito público esse discurso. As reivindicações democráticas de feministas e mulheres denunciavam a repressão vivenciada no cotidiano, demandavam acesso a direitos de cidadania e direitos básicos como alimentação, saúde e melhor qualidade de vida. Essa mobilização e luta por direitos reprodutivos tornaram essas mulheres sujeitos sociais; sendo que os movimentos populares de mulheres, as correntes feministas e o movimento sindical se relacionaram como interlocutores

e deram luz à necessidade de debater sobre a classe operária feminina (SOUZA-LOBO, 2011).

No entanto, o discurso sindical fortalecia parcialmente a participação das mulheres. Se por um lado era possível ter espaços para debater sobre a classe operária feminina, por outro era reforçada a naturalização do papel da mulher de acordo com o feminino socialmente construído, era priorizado o emprego dos homens em relação às mulheres, associando-as ao lar, e reforçada a divisão sexual do trabalho. Diante disso, percebe-se a atuação homogênea do sindicato, desconsiderando as diferenças práticas entre operários e operárias, ou seja, a heterogeneidade da classe operária (SOUZA-LOBO, 2011).

Nesse contexto de contradições, os movimentos sociais são entendidos como agenciadores e formadores de coletivos de homens e mulheres, formadores de identidades, de sujeitos sociais e políticos, com base no movimento de agenciamento de vontades no processo de formação de um coletivo, no qual as necessidades individuais se transformam em reivindicação coletiva, o que poderia envolver interação e solidariedade (SOUZA-LOBO, 2011).

Especificamente no Brasil, com a participação das mulheres em movimentos sociais e sua organização em correntes feministas no final da década de 1970, novas formas de relações sociais, de pensar a política e de definir espaços participativos foram levantadas. Entretanto, a história da luta das mulheres brasileiras remonta à década de 1930, com a conquista do direito ao voto, em 1932, sendo o sufragismo o primeiro registro de luta organizada de profissionais universitárias e integrantes da elite política e social, que reivindicava a cidadania plena e questionava a presença exclusivamente masculina na esfera política (SOUZA-LOBO, 2011).

Ainda que, em um primeiro momento, a luta das mulheres estivesse desvinculada de instituição política, em 1982 foram criados o Conselho da Condição Feminina, em São Paulo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), seguidos dos Conselhos da Condição Feminina nos estados, além de serem formadas comissões de mulheres nos sindicatos e partidos políticos, resultando na participação institucional da mulher nos espaços políticos para além da atuação participativa nos movimentos. No entanto, a conclusão de Souza-Lobo (2011) é que a participação em movimentos sociais não significa legitimidade política. Apesar de as mulheres serem 5% (26) no Parlamento da Assembleia Nacional Constituinte, muitas das eleitas tinham relação de parentesco com homens inseridos na esfera política e usufruíram desse privilégio.

Mesmo diante dessas ressalvas, Souza-Lobo (2011) assinala que as mulheres se articularam na Constituinte e formaram um *lobby*, citado por Biroli (2018) como “*lobby* do batom”. Em conjunto com o CNDM, apresentaram a “Carta das Mulheres”, com o tema “viva a diferença dos direitos iguais”, que compilava as proposições relacionadas a trabalho, propriedade, terra, discriminação, violência, educação, cultura e saúde. O tema aborto foi retirado do pleito por deputados com o argumento de discuti-lo com a sociedade brasileira.

Em síntese, na década de 1980, foram identificadas três diferentes correntes no que concerne a organização e articulação das mulheres: “as práticas das mulheres nos movimentos, os discursos sobre a dignidade elaborados nos movimentos populares e os discursos feministas”. Ressalta-se que esse foi um período no qual as mulheres conseguiram estabelecer interlocução visível, principalmente com a Constituinte, ainda que limitada, haja vista que a representação institucional permanece sendo masculina e a participação das mulheres, periférica (SOUZA-LOBO, 2011, p. 272).

Foi também em 1980 que se destacou a imprensa feminista, circulando jornais como “Mulherio”, “Nós Mulheres”, “Brasil Mulher” e “Nzinga Informativo”. Foi um importante contexto histórico de luta das mulheres, visto que boa parte daquelas que atuam na política institucional participaram desses movimentos em sua juventude, a exemplo da ex-presidente Dilma Rousseff (SOUZA-LOBO, 2011, p. 179).

No ano 1979 iniciaram os encontros anuais do movimento feminista, o Encontro Nacional Feminista. Na década de 1980, esse movimento, aliado aos movimentos de mulheres, transformou em problema político o baixo número de mulheres institucionalmente participante da política. Na transição de regimes, da ditadura ao democrático, ambos os movimentos tiveram papel fundamental para a inserção da mulher no debate político, culminando com os conselhos estaduais e o CNDM, que respondia diretamente à Presidência da República.

As mulheres que integravam o CNDM eram oriundas de diferentes setores representativos do movimento feministas e atuaram, inclusive, no período da Constituinte, buscando mitigar a discriminação da mulher, construir políticas igualitárias e manter relações com os movimentos de mulheres sem interferir em sua autogestão (BIROLI, 2018).

A despeito das resistências da bancada masculina às postulações do CNDM, algumas campanhas importantes foram lançadas pelo Conselho, tais como: “Constituinte para valer

tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte para valer tem que ter direitos de mulher”. O CNDM, em conjunto com mulheres de diversas regiões do país que participaram do Encontro Nacional Mulher e Constituinte, em 1986, elaborou e aprovou nesse encontro a “Carta das mulheres aos constituintes”, que seria direcionada à Assembleia Constituinte e também às Assembleias Legislativas Estaduais, em março do ano seguinte, 1987 (BIROLI, 2018, p. 181).

Todas as reivindicações dos movimentos feministas foram apresentadas em forma de 30 emendas, como iniciativa do *lobby* do batom, e requeria, além da instituição de políticas e programas específicos para mulheres, sua participação na construção e implantação. Também foram apresentadas quatro emendas específicas sobre a atuação da mulher de origem popular, uma delas específica sobre o aborto e o direito de decidir sobre seu corpo, contracepção e maternidade. O tema do aborto é, até os dias atuais, tabu na sociedade conservadora, e o discurso sobre o tema é construído socialmente perpassando pelo viés moral. À época, a temática do aborto causou discordância entre membras do CNDM e os movimentos de mulheres e, por isso, não foi levada adiante a inclusão desse debate para a elaboração da Constituição Federal (BIROLI, 2018).

O resultado das emendas apresentadas foi a equiparação da mulher ao homem na Constituição Federal de 1988, em seu artigo quinto, parágrafo primeiro, em relação a obrigações e direitos. Além disso, também se considerou a igualdade salarial independentemente de sexo, raça, cor, idade ou estado civil; os benefícios de auxílios maternidade e paternidade; e, no caso de mulher presidiária em período de amamentação, o direito de permanecer próxima à criança. Também foi conquistado o direito de propriedade, concessão de titularidades e posses, independentemente de sexo e estado civil, e igualdade no casamento e planejamento familiar, porém sem mencionar o aborto (BIROLI, 2018).

A atuação do CNDM foi interrompida nos anos seguintes, quando esse conselho foi totalmente desarticulado pelo Ministro da Justiça nos anos iniciais da década de 1990, sob a gestão do governo de Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional [PRN], 1990-1992), sendo que seu desmonte iniciou em 1989, com a renúncia coletiva das integrantes do conselho, que foram substituídas por mulheres que não dialogavam com os movimentos feministas e de mulheres. Houve a tentativa de reativar o CNDM na gestão federal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-1998; 1999-2002), em 1995, porém isso não se efetivou sob a justificativa de orçamento insuficiente. A participação institucional das mulheres na esfera federal foi retomada somente em 2003, na gestão de Luís Inácio Lula da

Silva (PT, 2003-2006; 2007-2010), por meio da criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) (BIROLI, 2018).

De fato, os anos 1990 e 2000 também foram significativos para os movimentos feministas e de mulheres no Brasil no que se refere à sua organização e articulação para ações públicas e de visibilidade. Em 1994, foi fundada a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que buscava consolidar a mulher enquanto sujeito político. Em 2000 criou-se a Marcha Mundial de Mulheres, originária do movimento “2.000 razões para marchar contra a pobreza e a violência” (BIROLI, 2018).

No entanto, o diálogo com os movimentos feministas e de mulheres foi iniciado com a presença do PT no governo federal, no início dos anos 2000, resultando na regulamentação de algumas legislações importantes para a luta da categoria, a saber: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72/2013, regulamentada em junho de 2015, conhecida como a PEC das Domésticas, que reivindicava direitos trabalhistas para o cuidado do lar remunerado; legislações sobre a criminalização da violência contra a mulher, por meio da Lei Maria da Penha, 11.340/2006, e Lei do Feminicídio, 13.104/2015; normas técnicas sobre direitos reprodutivos e sexuais, do Ministério da Saúde, de 2005 e 2011; Programa Brasil sem Homofobia, de 2004; e Programa Mulher e Ciência, de 2005. Também houve o Programa Cegonha, que abrangeu pauta conservadora sobre o debate de direitos reprodutivos e sexuais, pautando sobre a maternidade, e pode ser entendido como um retrocesso às conquistas de acesso à saúde integral da década de 1980 (BIROLI, 2018).

2.3 Os Limites da atuação das mulheres nas esferas pública e política

A despeito da organização e articulação em movimentos sociais, diversas são as barreiras enfrentadas pelas mulheres para se inserirem nos espaços públicos políticos, o que impõe limites para a participação dessa parcela da população nas esferas pública e política.

Se, na década de 1970, Souza-Lobo (2011) destacou a necessidade de considerar gênero nas análises sobre mulheres, na última década Biroli (2018) demarca a ausência de estudos que abordem a democracia e conexões entre política e trabalho nas produções acadêmicas. Nos anos 1990 e 2000, gênero e trabalho foram incorporados nos estudos acadêmicos brasileiros por razão do aumento da participação da mulher na população economicamente ativa que, de acordo com Biroli, quase triplicou entre 1970 e 2000.

Os limites da democracia perpassam pela subinclusão das mulheres na agenda política: cerca de 90% dos assentos na política institucional são ocupados por homens, que influenciam a agenda pública e o estabelecimento de normativas legislativas e políticas. A divisão sexual do trabalho não é exclusiva na produção de desigualdades no sistema político, mas impõe limites diferenciados às mulheres. Ainda que a todas elas lhes sejam atribuídos os cuidados de filhas e filhos, além da realização de afazeres do lar, algumas contratam outras mulheres para realizar tais tarefas por meio do trabalho remunerado, e, dessa maneira, poderiam participar dos debates públicos. Outras mulheres, como as negras, pobres e imigrantes, vendem sua força de trabalho tanto para mulheres quanto para homens e, assim, ficam restritas ao cuidado da casa, remunerado e não remunerado. Nesse sentido, os limites da democracia são demarcados pela divisão sexual do trabalho na forma de privilégio e na forma de desvantagem e opressão. O privilégio está para aqueles que participam da política institucional (os homens), enquanto que a desvantagem e a opressão afetam, principalmente, as mulheres negras, pobres e imigrantes que permanecem restritas à esfera do privado (BIROLI, 2018).

A atuação pública e política da mulher é regulada pela divisão sexual do trabalho, construída com base no que foi atribuído para o masculino e o feminino. Soma-se a isso a forma de regulação que interfere diretamente na sua vida privada, que está relacionada à sexualidade e ao direito reprodutivo. O aborto segue sendo um tabu mesmo nos debates feministas, porém o direito decisório da mulher sobre seu próprio corpo é anulado quando sua vontade é sobreposta por conceitos sociais, morais e legais. A mulher, enquanto representante da moral, da família e dos bons costumes, não tem autonomia para decidir sobre seu corpo, sobre o aborto, tampouco pode vivenciar livremente sua sexualidade se estiver fora dos padrões da heteronormatividade. Aqui evidencia-se como a vida da mulher e suas vontades e desejos são regulados, normatizados socialmente, sendo que as relações de poder perpassam pelo privado e o íntimo por meio de regulações, controles, normatizações e intervenções sobre o corpo da mulher, sem dar-lhe autonomia decisória (BIROLI, 2018).

Conforme descrito, a divisão sexual do trabalho se reflete, ainda que não com a mesma intensidade ou de maneira equivalente, de diversas formas na vida das mulheres, inclusive nas suas decisões sobre seu corpo e direitos reprodutivos e na participação na agenda política e na construção de legislações e normativas.

A despeito de todo incremento de reivindicações das mulheres na agenda política federal, o debate apresentado por Biroli (2018) também aborda informações importantes sobre

a morosidade para obter respostas concretas a essa luta. Pode-se citar a regulamentação do trabalho do lar, que ocorreu somente em 2015, mais de duas décadas depois da apresentação dos pleitos realizados pela bancada em 1987. Aqui é possível entender a categoria classe como determinante na conquista de direitos, já que pessoas que vendem sua força de trabalho para afazeres da casa são, em sua maioria, aquelas de camadas mais pobres.

Para além da morosidade e da classe como fator determinante nas respostas obtidas pela luta das mulheres, a desigualdade de gênero também é verificada na institucionalização de direitos, a exemplo das licenças concedidas quando do nascimento de filha/filho: à mulher são concedidos 120 dias a título de licença maternidade, enquanto que ao homem a licença paternidade, cinco dias. Essa discrepância de períodos destinados para o cuidado da criança recém-nascida normatiza e naturaliza a mulher no papel de cuidadora de pessoas vulneráveis e responsável pelos trabalhos da casa. Biroli (2018) ressalta a posição de mulheres negras, a maioria na camada mais empobrecida e com menor renda, leitura que permite inserir aqui, neste debate, a categoria raça.

Foram diversas batalhas travadas entre os movimentos feminista e conservador, resultando em conquistas e retrocessos na disputa de forças entre essas duas frentes, sendo que a segunda – ainda que considerada a internacionalização do movimento das mulheres e o processo de institucionalização da pauta feminina por meio da estruturação de organizações não governamentais –, atuou na modelação, reação e campo de disputa diante das reivindicações apresentadas pelo movimento feminista. Anos mais tarde, o movimento se fortaleceu ao ser composto, para além de mulheres, pela população LGBTQIA+. As reações aos movimentos foram crescendo à medida que a atuação pela obtenção de direitos se intensificava (BIROLI, 2018).

As reações conservadoras às lutas por direito das mulheres condizem com a expansão das vozes, do “espaço discursivo”, que se apresenta para questionar o mundo, o cotidiano e o Estado sob novas perspectivas. São elas que são atacadas por esse grupo conservador, que as classificam como agendas ideológicas, travando batalhas e disputando forças na institucionalização de direitos e agendas que envolvem direitos da mulher, como os direitos sexuais e reprodutivos que foram diretamente atacados no debate instaurado sobre família na esfera governamental, mobilizando a massa e o senso comum contra o debate acerca de a mulher decidir sobre seu próprio corpo (BIROLI, 2018 – p.200).

No que diz respeito a disputa de forças entre movimentos, existe uma pluralidade de públicos subalternos que não são escutados nos processos decisórios governamentais. Diferentes públicos, ainda que localizados no mesmo ambiente, têm vantagens e desvantagens que, mesmo produzindo opiniões e engajando pessoas, sua atuação é reduzida por não conseguir participar dos espaços decisórios, dos espaços discursivos. Essa situação pode ser potencializada se a atuação não for expandida para outros ou entre públicos mais amplos. Essa dificuldade de inserir o debate sobre direitos básicos no debate público e nas instâncias decisórias, nas quais se definem normas, alocação de recursos e políticas, é a questão central dos movimentos feministas, sendo necessário romper com as resistências de certos grupos para considerar no debate público temas como o aborto e novas perspectivas (BIROLI, 2018).

Sobre a participação das mulheres na esfera pública política, Biroli (2018, p.175) apresenta dois conceitos em relação ao Estado: “de fora”, pressionando a partir das ruas, e também “de dentro”, participando das ações de construção de políticas públicas. Essa última, “de dentro”, tanto construindo marcos referenciais para as democracias contemporâneas internamente ao Estado brasileiro quanto participando de “organizações e espaços transnacionais”. Nesse sentido, a autora relaciona a atuação de movimentos sociais e organizações, sejam elas feministas ou de mulheres, para a ocupação dos espaços formais, citando movimentos com protagonismo em momentos históricos importantes da democracia brasileira, como a transição de ditadura militar instaurada em 1964 para a democracia, na década de 1980, com a Constituinte, conforme anteriormente mencionado.

Neste estudo é proposto o conceito de atuação transversal intercultural. Essa atuação se refere à forma dialética de participação e resistência e a maneira como essas ativistas se organizam, se articulam e resistem em todos os processos que estão envolvidas, tanto quando atuam “de dentro” nas esferas públicas políticas, quanto “de fora”, nas ruas, nas manifestações. Independentemente do local onde atuam, entende-se que as ativistas sul-americanas imigrantes mantêm seus posicionamentos e suas origens, suas identidades, suas histórias e suas vozes ativas, buscando e criando espaços de participação e resistência, para ampliar e conquistar políticas públicas para mulheres e imigrantes enquanto resistem às opressões impostas nesses mesmos espaços. Além de atuarem em seus coletivos e na FMIRA, envolvem outras mulheres, de organizações e nacionalidades diversas e atuações distintas, demarcando sua presença e rompendo com as relações de poder produzidas.

2.4 Notas metodológicas

No ano de 2016 ocorreu, na cidade de São Paulo, a sétima edição do FSMM, momento em que eu participei da comissão de Programação, responsável por organizar, planejar e distribuir todas as atividades inscritas para os três dias do Fórum, na salas disponibilizadas pela faculdade Zumbi dos Palmares; e da comissão de Documentação, que organizou os resultados dos diálogos e debates realizados nas atividades desenvolvidas, além de juntar as propostas e elaborar a Declaração Final do encontro mundial.

As ações de organização e de realização do VII FSMM permitiram o acompanhamento da atuação de mulheres ativistas sul-americanas, desde a participação prévia nas referidas comissões quanto à organização e a articulação, durante a realização do Fórum, para expor suas reivindicações que resultaram em conquistas ocorridas no âmbito do encontro mundial. As reivindicações envolviam tanto o espaço de fala para mulheres imigrantes na abertura, já que a mesa estava composta inicialmente por homens, quanto as mesas redondas contarem com 50% de mulheres imigrantes, além da criação e inclusão do Eixo “Gênero, Migração e Corpo” naquela edição e nas edições futuras do FSMM. As conquistas envolveram espaço de fala para duas mulheres na abertura do Fórum, a inclusão do eixo sugerido naquela edição e a manutenção desse eixo na edição seguinte, realizada em 2018 na Cidade do México, no México.

Pela primeira vez presenciei a atuação de mulheres ativistas imigrantes e sua apresentação enquanto FMIRA. Isso motivou a escolha por entrevistar mulheres ativistas que acompanhassem as atividades da Frente e que fossem vinculadas a coletivos que a compõem, com o intuito de identificar suas estratégias de lutas, resistências e articulação para atuar no contexto sócio-político paulistano. Essa forma de atuar das mulheres imigrantes não condizia com as leituras anteriores que eu havia realizado sobre essa parcela populacional, majoritariamente descrita como submissa e passiva. Testemunhar as ativistas imigrantes protagonizando situações reivindicatórias por seus direitos e espaços de fala despertou o interesse pelo estudo para romper com discursos que reforçam o apagamento da mulher imigrante enquanto sujeito político.

Nesse sentido, para este estudo, a atuação da mulher ativista sul-americana imigrante foi elegida como foco central, a partir da observação dirigida em eventos de debate sobre migração e migrantes, acrescida da constatação de problemas concretos dessa população no cotidiano da vida na cidade de São Paulo. A partir de indagações sobre o *modus vivendi* das

mulheres ativistas sul-americanas imigrantes foi realizada a busca na bibliografia a respeito de estudos sobre gênero, feminismo, interseccionalidade, participação democrática da mulher e espaço.

O período estudado compreende os anos de 2013 a 2019 devido ao início do debate e da implantação da agenda pública de uma política voltada para a população imigrante na capital paulista aliada à atuação das ativistas sul-americanas imigrantes em todo esse processo.

Além de revisão bibliográfica e observação participante, foram entrevistadas seis pessoas. Uma integrava a equipe da CPMig desde 2013 e participou do processo de construção de agenda política voltada para a população imigrante na capital paulista, essa entrevista não foi analisada no capítulo 3. Outras cinco são mulheres ativistas imigrantes, das quais uma é autônoma, desvinculada de coletivos, e quatro integram três coletivos que compõem a FMIRA. As mulheres entrevistadas podem participar de mais de um coletivo, de modo que o número de coletivos abordados neste trabalho não coincide, necessariamente, com o número de entrevistas.

Dos quatro coletivos que atualmente integram a FMIRA, foram entrevistadas mulheres ativistas vinculadas a três deles: Equipe de Base Warmis Convergência das Culturas, Colectivo Feminista de Argentinxs em São Paulo e REDE MILBI.

Integrantes do Coletivo Sí Yo Puedo, que também conforma a Frente, não foram entrevistadas, uma vez que se optou por ter uma mulher imigrante na banca de avaliação deste estudo, e considerou-se que pesquisar mulheres desse Coletivo poderia interferir na integridade ética do processo avaliativo. A decisão de ter uma mulher ativista sul-americana imigrante compondo a banca avaliativa foi por considerar a importância de espaços de fala para que a mulher ativista seja protagonista quando se trata de assuntos diretamente relacionados à sua atuação. A escuta às ativistas imigrantes é uma forma de reconhecê-las enquanto sujeitos ativos socialmente e, por isso, a escolha de ter uma mulher ativista imigrante no processo avaliativo deste estudo.

Foram realizadas algumas tentativas de entrevistar representante do Coletivo PAL, porém não foi obtido sucesso nas alternativas de agenda para a entrevista. Diante das grandes atividades desenvolvidas pela representante desse coletivo, em determinado momento, as minhas tentativas de agendamento não foram mais respondidas.

A sociedade patriarcal capitalista produziu desigualdades de gênero que são reforçadas e reproduzidas cotidianamente, a divisão sexual do trabalho impõe à mulher o trabalho reprodutivo de cuidado da casa e das filhas e filhos. Para identificar as opressões e submissões derivadas dessa sociedade na vida das mulheres imigrantes, e a forma que as ativistas sul-americanas imigrantes resistem a essas imposições construídas socialmente, buscando uma ruptura dessas relações e produzindo novas relações sociais, optou-se pela análise de discurso foucaultiana porque permite identificar quais são os discursos construídos, as práticas discursivas, os procedimentos de controle e seus efeitos.

Entende-se que a construção discursiva abarca o espaço social produzido, que abarca as diferentes formas de opressão e submissão, vivenciadas de distintas maneiras pelas mulheres imigrantes a depender de sua nacionalidade, classe, raça, etnia e sexualidade. Desse modo, foi escolhido o conceito lefebvriano de espaço social por abranger as contradições, o dito e o não dito, o visível e o invisível, somado à leitura interseccional entre as categorias gênero, migração, classe, raça e etnia.

Ao considerar que as relações são fluidas, a leitura interseccional permite identificar situações que uma categoria opera com maior incidência que a outra, oprimindo com maior intensidade mulheres que convergem mais de uma categoria, como a mulher imigrante indígena que sofre maior xenofobia comparada à mulher imigrante branca. Por isso a escolha da leitura interseccional se alia à construção do espaço social lefebvriano.

Todas as entrevistas foram gravadas, com anuência das entrevistadas, e, depois de transcritas, lidas e validadas pelas entrevistadas. A gravação possibilita diálogos mais espontâneos e despreocupados durante as entrevistas e sua transcrição permitiu à pesquisadora retornar aos depoimentos obtidos sempre que necessário (QUEIROZ, 1991).

Em relação ao sigilo e anonimato, as entrevistadas escolheram codinomes para serem identificadas neste estudo. É importante mencionar que todos os codinomes escolhidos remetem a mulheres que se destacaram na luta por direitos na América Latina.

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro inicial com perguntas norteadoras a respeito do foco deste estudo, que envolvia a participação, as lutas, as resistências e os espaços de fala das ativistas imigrantes sul-americanas. Essa técnica permitiu à entrevistadora, de certa maneira, conduzir a problemática estudada, e também deu liberdade às entrevistadas de conduzirem seus próprios discursos sobre o que estava sendo pesquisado.

A esse respeito, é importante ressaltar que coaduno com Silva (2009) no sentido de o fazer científico considerar o ponto de vista das pessoas entrevistadas e acompanhadas durante o período do estudo, considerando seus próprios saberes na construção da problemática, para além daquelas construídas a partir do meu olhar enquanto pesquisadora, o que estabelece uma relação diferente com o cotidiano vivido e vivenciado pelas mulheres ativistas imigrantes.

A título de contrapartida da participação das ativistas neste estudo, foram oferecidas horas de serviços voluntários a todas as entrevistadas vinculadas a coletivos, sendo que as mulheres do coletivo Equipe de Base Warmis Convergência das Culturas solicitou o meu apoio, na condição de pesquisadora, em algumas atividades realizadas ao longo de 2018 e 2019.

Em 2019, alguns encontros foram marcantes, com minha participação a título de voluntária como relatora, como a realização, no Museu da Imigração, da atividade prévia ao 4ª Fórum Humanista Latino-americano, realizado no mesmo ano em Santiago do Chile. Acrescenta-se a participação na Conferência Livre, organizada pela FMIRA, como atividade prévia e preparatória para a 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, que priorizou as reivindicações da população imigrante para a agenda pública. A minha participação se deu na relatoria do Eixo 8: acesso à saúde integral, lazer e esporte. Os dados obtidos por meio da observação participante nessa Conferência Livre compuseram a análise apresentada neste estudo.

É importante mencionar que este estudo fez um recorte para acompanhar a atuação de mulheres ativistas sul-americanas imigrantes e, por isso, a análise apresentada não pretende ser uma generalização do discurso de mulheres imigrantes, uma vez que as opressões e submissões vivenciadas são diferentes de acordo com nacionalidade, classe, raça, etnia e sexualidade. Porém, é possível inferir que os elementos analisados possibilitam elencar considerações importantes sobre as restrições de participação e estratégias de resistência dessa parcela da população feminina em São Paulo.

Nesse sentido, o capítulo a seguir apresenta a análise sobre a atuação das mulheres acompanhadas neste estudo, a maneira como se articulam, suas estratégias de lutas e resistências, acrescido de suas conquistas e os momentos marcantes dessa atuação. São apresentadas as estratégias de participação na esfera pública política pelas mulheres ativistas imigrantes, a despeito das dificuldades e entraves para sua inserção e representação no âmbito institucional do poder local em São Paulo. Assim como debatido por Biroli (2018), a atuação

das mulheres imigrantes foi analisada com base no espaço por elas ocupado e também nas convergências de situações de gênero entre migração, classe, raça e etnia.

3 A VOZ E AS FALAS DAS MULHERES ATIVISTAS SUL-AMERICANAS IMIGRANTES

A gente participa de muitas lutas, de movimentação política, enfim, manifestações que não são especificamente sobre imigração, que são sobre a vida em São Paulo, a vida na cidade (SOFIA, 2019).

Este capítulo apresenta o ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes entrevistadas, suas formas de articulação, os momentos de atuação marcantes e as respectivas conquistas, além de lutas atuais e formas de resistência. Ainda que em um primeiro momento São Paulo possa ser vista como uma grande oportunidade para a efetiva participação da população imigrante, no decorrer do estudo foi percebido que o discurso construído pelo município revela alguns entraves para isso, o que também se denota das entrevistas realizadas com as ativistas imigrantes sul-americanas.

Todas as cinco mulheres entrevistadas iniciaram seu ativismo no país de origem, com participação em agrupações políticas, em grupos musicais que se apresentavam em marchas e em outras atividades relacionadas à luta por direitos humanos; atuando como líder de classe no ambiente escolar; e se reunindo com grupos para protestar contra agrotóxicos utilizados em plantações do local de moradia. A participação política no Brasil, em sua maioria, se deu tão logo na chegada e, independentemente da forma de organização – se estava vinculada a algum coletivo, se praticava ativismo independente ou atuava em movimento universitário –, se caracterizava pela luta por acesso a direitos básicos, tais como saúde e educação, direitos políticos e direito das mulheres, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Dados das entrevistadas, formas de ativismo no país de origem, ano de chegada no Brasil e em São Paulo, início e forma de ativismo no Brasil

Codinome da Entrevistada	Data da Entrevista	País de Origem
Alicia	04/01/2018	Argentina
Chegada no Brasil: 2008	Chegada em SP: 2008	Início do ativismo no Brasil: 2008
Forma de ativismo no país de origem		
Direitos humanos		
Forma de ativismo no Brasil		
Mulher autônoma, atua com direitos políticos e direitos humanos. Participa de ações organizadas pela FMIRA, assim como do coletivo PAL.		
Domitila	05/03/2018	Bolívia
Chegada no Brasil: 2007	Chegada em SP: 2007	Início do ativismo no Brasil: 2007
Forma de ativismo no país de origem		
Líder de classe escolar		
Forma de ativismo no Brasil		
Integra o Projeto Lakitas Sinchi Warmis e o coletivo Equipe de Base Warmis, que, por sua vez, compõe a FMIRA. Atua fortemente sobre os direitos dos imigrantes, acesso à saúde e direito da mulher.		
Juana	05/02/2018	Chile
Chegada no Brasil: 2014	Chegada em SP: 2014	Início do ativismo no Brasil: 2016
Forma de ativismo no país de origem		
Manifestações musicais aderindo a marchas e a pautas sobre direitos humanos		
Forma de ativismo no Brasil		
Integra o Projeto Lakitas Sinchi Warmis e o coletivo Equipe de Base Warmis, que, por sua vez, compõe a FMIRA. Atua no acesso a direitos da população imigrante e nos direitos da mulher.		
Micaela	11/09/2019	Peru
Chegada no Brasil: 2011	Chegada em SP: 2015	Início do ativismo no Brasil: 2015
Forma de ativismo no país de origem		
Direitos sexuais e reprodutivos		
Forma de ativismo no Brasil		
Integra a REDE MILBI que, por sua vez, compõe a FMIRA. No Brasil, iniciou sua atuação participando de movimentos universitários. Atualmente estão presentes reivindicações sobre o acesso a direitos para a população imigrante, assim como os direitos sexuais e reprodutivos da mulher.		
Sofia	06/09/2019	Argentina
Chegada no Brasil: 2016	Chegada em SP: 2016	Início do ativismo no Brasil: 2016
Forma de ativismo no país de origem		
Protestos contra utilização de agrotóxicos		
Forma de ativismo no Brasil		
Integra o Projeto Lakitas Sinchi Warmis e os coletivos Equipe de Base Warmis e Feministas Argentinxs em São Paulo, que, por sua vez, compõem a FMIRA. Atua no acesso a direitos da população imigrante e nos direitos da mulher, incluindo a legalidade do aborto.		

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017 a 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

3.1 Estratégias de atuação e articulação

[...] bom, precisamos articular, precisamos unir forças (DOMITILA, 2018).

Há diferentes estratégias de atuação e articulação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes. Uma delas é a organização em coletivos, se agrupando por interesses comuns e formas de estruturação da luta: por ações reivindicatórias pelo fim da violência obstétrica; pelo respeito à interculturalidade; pelos direitos reprodutivos da mulher e por decidir pelo seu próprio corpo; pelos direitos da mulher; pelo acesso universal à saúde e à educação. Cada coletivo, atuando de forma independente na cidade de São Paulo, se organiza

e se articula com outros organismos que se coadunam com sua luta. As especificidades de atuação dos coletivos aos quais as entrevistadas estão vinculadas estão detalhadas mais adiante.

A organização em coletivos permite às mulheres formarem alianças e se articularem com outros organismos, fortalecendo o discurso, as ações reivindicatórias e as de visibilidade desenvolvidas. Isso ocorre tanto com outros coletivos de mulheres, sejam elas brasileiras ou imigrantes, quanto com organismos nacionais e internacionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a ONU, o Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRD) e a Casa 1.

É oportuno mencionar que o CRD é um Centro mantido pela parceria entre o Grupo pela Vidda/SP e a Prefeitura de São Paulo, com o objetivo de promover apoio e acolhida social à população LGBTQIA+ e profissionais do sexo em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, oferecendo apoio psicossocial individual e coletivo às pessoas que utilizam os serviços oferecidos pelo CRD. Já a Casa 1 é uma organização financiada pela sociedade civil que atua pela diversidade sexual, contando com o serviço de acolhida para pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais e, também, com ações culturais e educativas sobre a diversidade, além de um centro cultural para promover o diálogo sobre o tema.

Outra estratégia de atuação dessas mulheres ativistas imigrantes é a junção dos seus coletivos em uma frente de ação para atuação política. Para reivindicações ou representatividade política com maior necessidade de imposição e visibilidade, a estrutura adotada é a FMIRA. O movimento iniciou com o nome de Frente de Mulheres Imigrantes, incorporando tempos depois a categoria Refugiadas e, desde 2019, Apátridas. A atualização do nome mostra um movimento dinâmico que se adapta às novas demandas do espaço em que atua, incorporando as novas situações de mulheres imigrantes que se apresentam em São Paulo.

A primeira atuação da FMIRA foi em 2014, ainda com a nomenclatura de Frente de Mulheres Imigrantes. A praça Kantuta foi o local de encontro das primeiras reuniões, realizadas aos domingos do mês de novembro, para se organizarem para a 8ª Marcha dos Imigrantes, realizada em dezembro daquele ano na cidade de São Paulo, intitulada “Basta de violência contra @s imigrantes!”. À época, participaram dessas reuniões: a Equipe de Base Warmis Convergência de Culturas; os Coletivos Sí Yo Puedo e Educar para o Mundo; e a Rede de Apoio ao Migrante/ Guarulhos, além de mulheres desvinculadas de coletivos (WALDMAN e MORALES, 2017). Atualmente, a FMIRA é composta por quatro coletivos,

os dois primeiros mencionados e outros dois, o Coletivo de Feministas Argentinxs em São Paulo e a REDE MILBI¹².

Dentre os diversos coletivos sobre a causa migratória existentes em São Paulo, durante o estudo foi verificado que, atualmente, são esses quatro que planejam, organizam e articulam as ações da FMIRA. Eles se destacam quando a demanda reúne, além do combate à xenofobia relacionada às mulheres, tanto demandas específicas ligadas à migração, como o direito ao voto, a inclusão em programas sociais, o acesso dos filhos em equipamentos de educação e saúde, quanto àquelas voltadas ao parto humanizado e direito ao aborto¹³, entre outras. Dos quatro coletivos – Warmis, Feministas Argentinxs, REDE MILBI e Sí Yo Puedo, foram realizadas entrevistas com mulheres que participam dos três primeiros. Mulheres do Coletivo Sí Yo Puedo não foram entrevistadas para que uma fosse convidada a compor a banca de avaliação deste estudo.

A Warmis é um coletivo criado em 2013, composto por mulheres imigrantes ativistas voluntárias de várias nacionalidades – chilenas, bolivianas, americanas, peruanas, brasileiras, colombianas, porto-riquenhas – e de diferentes faixas etárias. É um movimento social que faz questão de se distinguir de organização não governamental (ONG), que luta pela melhoria de vida das imigrantes na cidade de São Paulo. É parte integrante do Organismo Internacional Convergência das Culturas, que por sua vez está vinculado ao Movimento Humanista, cuja corrente ideológica é o humanismo universalista com base nos ensinamentos do pensador argentino contemporâneo Mario Luis Rodriguez Cobos, conhecido como Silo. O movimento humanista nasceu na Argentina em 1969, em uma paragem da Cordilheira dos Andes chamada Punta de Vacas, perto da fronteira entre Argentina e Chile. As ativistas desse coletivo utilizam a não violência ativa como ferramenta de ação e de formação e, para a disseminação desse método, são realizadas reuniões semanais e, a cada dois meses, encontros estendidos no final de semana, também denominados retiros, para fortalecimento da proposta do movimento humanista de não violência ativa e não discriminação.

¹² Há diversos coletivos e organizações presentes e atuantes em São Paulo, tais como Presença América Latina (PAL), África do Coração, Conectas, MigraMundo. Porém, optou-se por dar visibilidade àquelas que mantêm atuação direta na FMIRA.

¹³ Aqui a referência é especificamente ao apoio das imigrantes argentinas que vivem em São Paulo e região que apoiaram a luta pela legalização do aborto na Argentina, em agosto/2018, momento em que se conformou o Coletivo de Feministas Argentinas em São Paulo.

As Warmis iniciaram sua militância com o tema da violência obstétrica, do direito ao parto humanizado e ao processo de formação de doulas¹⁴. Atualmente somam-se diversas frentes, como: o Projeto Lakitas Sinchi Warmis; a ocupação de espaços públicos; o curso de inglês para mulheres imigrantes; as oficinas de sensibilização de *lakitas*¹⁵, *tullmas* e bordados, como estratégia de aproximação da temática política; a articulação com outros coletivos para apoiar e ampliar os debates promovidos pelas Warmis, que abordam temas importantes para as mulheres imigrantes; a utilização de redes sociais, como *fanpage*, *blog*, Twitter, Instagram e Facebook.

O Projeto Lakitas Sinchi Warmis é uma frente de ação das Warmis formado por mulheres imigrantes e filhas de imigrantes, voluntárias do coletivo ou não, que buscam o resgate da identidade cultural andina por meio da música. Por outro lado, o projeto estimula as suas integrantes a participarem de reivindicações e manifestações políticas, como as Marchas dos Imigrantes e as Marchas das Mulheres, e fazem mobilizações para encontros, diálogos e debates sobre as temáticas migração, mulher e acesso aos direitos básicos.

A ocupação de espaços públicos é caracterizada pelo desenvolvimento de atividades no Centro Cultural São Paulo (CCSP), equipamento que cede espaço para a realização de trocas, diálogos, debates e encontros propostos pelas Warmis, organizados e custeados pelas voluntárias do coletivo, sem nenhum outro tipo de recurso disponibilizado pelo CCSP.

Em entrevista, percebe-se a consciência quanto à não discriminação e o limite de atuação das voluntárias das Warmis, além da maneira como utilizam estratégias para ampliar o alcance do debate político sobre a causa migratória, conforme relata a entrevistada Domitila

[...] fazemos oficinas, oficinas de sensibilização porque algo que percebemos é que as pessoas não estão abertas para argumentos ideológicos para trabalhar a não discriminação, trabalhar a parte cultural é muito mais estratégico [...] (DOMITILA, 2018).

No que se refere à organização social para lutar pelos direitos das e dos imigrantes, destaca-se a atuação das Warmis como articuladora de movimentos sociais, uma vez que foram fundadoras de duas frentes importantes sobre a causa migratória, uma específica para as mulheres imigrantes (FMIRA) e outra, de atuação mista e conjunta entre mulheres e

¹⁴ Doula é a pessoa que, além da companheira ou companheiro, acompanha a gestante no momento do parto e fornece, além de informações sobre os procedimentos que serão realizados, apoio emocional durante o procedimento (BRASIL, 2001).

¹⁵ *Lakita* é um estilo musical andino que tem como base instrumento de sopro, incorporado por outros instrumentos sonoros.

homens (FIIR). Além disso, merece destaque o fato de essas mulheres utilizarem diferentes ferramentas e técnicas de atuação como estratégia para envolver maior número de mulheres imigrantes em reivindicações políticas, tanto por meio da música, no caso do Projeto Lakitas Sinchi Warmis, quanto pelo resgate da identidade e práticas de interculturalidade nas oficinas de sensibilização.

Acrescenta-se sua atuação estratégica quando se articulam com outros coletivos para expandir e fortalecer o debate sobre temas relacionados às mulheres, não somente às imigrantes, a exemplo da luta relacionada às questões de saúde, cujos ganhos se expandem inclusive para as brasileiras que sofrem violência obstétrica. Nesse contexto, a atuação das Warmis tem um olhar tanto para o cotidiano das mulheres, sejam elas imigrantes ou brasileiras, no que se refere a atendimento humanizado durante a gestação e também ao resgate de sua identidade cultural e saberes e práticas tradicionais, quanto para o contexto macropolítico, conformando frentes para atuarem em momentos que exigem maior visibilidade, tais como fóruns e marchas.

O Colectivo Feminista de Argentinxs em São Paulo¹⁶ surgiu em sintonia com o movimento das mulheres no país fronteiriço para acompanhar o processo de votação da lei de legalização do aborto na Argentina, em 2018, conforme informado por Sofia (2019)

Argentinas é um grupo que surgiu a partir da votação da lei da legalização do aborto na Argentina e foi uma coisa um pouco mais espontânea, assim, foi para acompanhar esse processo lá que a gente começou a se reunir (SOFIA, 2019).

No mês de junho, o projeto de lei de legalização do aborto foi aprovado pela Câmara de Deputados argentina; porém, em agosto daquele ano, foi reprovado pelo Senado. Desde São Paulo, as mulheres ativistas argentinas começaram a se reunir de maneira espontânea, sem nenhuma estruturação inicial. Posterior ao resultado negativo à votação, seguiram se reunindo com ação voltada para a formação das integrantes do coletivo e, além disso, começaram a acompanhar algumas ações do Brasil. Em 2019, se engajaram nas questões da migração, especificamente em relação às ações preparatórias e à própria 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrante, realizada no mês de novembro daquele ano. , assunto que será tratado mais adiante em seção específica dada a importância dessas conferências, conforme aponta Sofia (2019)

A partir disso, a gente meio que continuou juntas, mas não tão estruturadamente assim, é mais solto [...], agora estamos pensando em algumas atividades de

¹⁶ A atuação do coletivo pode ser acompanhada em <https://www.facebook.com/feministas.arg.sp/>.

formação da gente mesmo. A gente continuou se encontrando, continuamos participando de outros espaços um pouco mais voltado para o Brasil, as questões da migração [...] a gente começou a participar, por exemplo, das conferências, conferência que teve semana passada¹⁷ (SOFIA, 2019).

As feministas argentinas atuam politicamente pelos direitos reprodutivos da mulher, pela liberdade de decisão própria pelo corpo. Considerando que a luta está vinculada à atuação de mulheres no território argentino, pode-se dizer que as feministas argentinas que foram para as ruas paulistanas com lenços verdes – símbolo da luta das mulheres argentinas pela descriminalização do aborto – adornando seus punhos, cabelos e pescoço, ultrapassa o território argentino e rompe fronteiras administrativas-geográficas trazendo a luta argentina também para o espaço brasileiro, dando visibilidade ao debate provocado no país vizinho.

A REDE MILBI, formada em meados de 2017, é composta por mulheres que provocam e inserem as imigrantes no debate sobre a diversidade sexual das mulheres imigrantes, ainda que, até o momento, a Rede não tenha sido buscada por mulheres transsexuais. Em sua página oficial no *Facebook*¹⁸ consta que a “rede fortalece mulheres lésbicas e bissexuais oriundas de outros países que lidam com desafios relacionados à questão migratória, de gênero e sexualidade”. Sobre o objetivo da Rede, Micaela afirma que

[...] a ideia é trazer o debate em relação a essas mulheres imigrantes que tem essa diversidade sexual, essa dissidência sexual, então, temos conseguido fazer algumas articulações porque até agora que eu saiba esse é o único [coletivo] que tem mulheres lésbicas e bissexuais, mas a gente abre esse espaço não somente para mulheres cis, mas também para mulheres trans, embora até agora não tivemos mulher trans, assim, que tenha participado do nosso grupo, mas as portas estão abertas (MICAELA, 2019).

A Rede tem atuado fortemente na articulação com outros equipamentos e agentes que dialogam com suas causas, como a Casa 1 e o CRD. Acrescenta-se a articulação com outras organizações que não atuam diretamente com a população LGBTQIA+, mas que atuam com a temática, como a OAB, com os quais já realizaram encontros para debater a temática lésbica, bissexual e transexual; o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), e o ACNUR, ambos organismos da ONU Brasil. As articulações são relatadas por Micaela

Desde o ano passado a gente conseguiu certas articulações. Fizemos um evento na Casa 1, por exemplo. Mantém as articulações com o Centro de Referência [da Diversidade] que fica no centro próximo da [praça] Roosevelt, a gente tenta fazer uns diálogos. A gente tá tentando criar mais redes onde a gente consiga dialogar

¹⁷ A entrevistada se refere à Conferência Livre preparatória, organizada pela Frente de Mulheres Imigrantes, Refugiadas e Apátridas, no dia 25/08/2019, para a 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrante.

¹⁸ https://www.facebook.com/pg/Redemilbi/about/?ref=page_internal.

mais com esses espaços já estabelecidos para trazer a temática da LB [lésbicas e bissexuais] e de mulheres imigrantes. Mas com quem tivemos bastante contato e se manteve contato é com a UNFPA [...]. E temos o ACNUR que, em algum momento, a gente foi convidada para participar nas falas de refugiado, de LGBTQIA+. [...] A última rede que estamos tentando criar, mas isso já está de alguma forma um pouquinho mais formal, é com a OAB (MICAELA, 2019).

A entrevistada Micaela aponta em seu discurso que a estratégia de atuação da REDE MILBI é a articulação com outras organizações que atuam ou apoiam a temática da diversidade sexual. A busca de parceria para realizar atividades, encontrar espaços para promover e participar de encontros e debates fica evidente quando são mencionados diversos organismos com os quais o diálogo é estabelecido, tanto nacionais quanto internacionais.

O Coletivo Sí Yo Puedo, criado em 2012, se apresenta na rede social como um movimento, que, assim como as Warmis, reforça em sua apresentação que não se trata de uma ONG, propicia “um espaço de acolhimento e orientação aos jovens imigrantes” e que promove “a democratização do conhecimento e da informação”¹⁹. Sediado na Praça Kantuta, no bairro do Pari, em São Paulo, a atuação do coletivo está voltada para o acesso à educação. As ações são realizadas em parceria com o Instituto Federal São Paulo e se referem a cursos de português e preparatórios para as Escolas Técnicas Estaduais, empreendedorismo, entre outros relacionados à temática do coletivo. Diferentemente dos outros três coletivos que conformam a FMIRA, esse é misto, conformado por um grupo de voluntárias e voluntários de diversas nacionalidades, inclusive brasileiras e brasileiros.

É possível perceber a atuação distinta entre os quatro coletivos que conformam a FMIRA, porém todos convergem na luta pela causa migratória, mais especificamente da mulher imigrante. Se, por um lado, a Warmis se dedica ao trabalho de base com mulheres imigrantes pela valorização da diversidade cultural e participação em causas políticas, por outro as feministas argentinas fortalecem a luta política do grupo de mulheres do seu país de origem. Os outros dois coletivos assumem a luta de temas importantes de inclusão social, a REDE MILBI pela diversidade sexual de mulheres cisgênera e transexual e o Sí Yo Puedo pelo acesso à educação.

Para além da organização e articulação em coletivos que integram pessoas imigrantes, uma outra forma de articulação dessas ativistas imigrantes sul-americanas é por meio do estabelecimento de alianças e ação conjunta com outros coletivos ou instâncias que

¹⁹ A página do movimento também consta no Facebook: https://pt-br.facebook.com/pg/ColetivoSiYoPuedo/about/?ref=page_internal.

convergem nas suas lutas, que extrapolam a temática migratória e abarcam o interesse de toda a categoria mulher, por exemplo, o parto humanizado, o direito ao aborto e à diversidade sexual. A articulação ocorre com outros coletivos de imigrantes e de brasileiras, e, ainda, com representantes do poder público cujas agendas coadunam com seus interesses. Essa articulação é percebida na fala de Sofia (2019)

A gente participa dessa construção, que é muito boa, dos coletivos de mulheres brasileiras. A gente se articula também não só com coletivos, mas também com representantes do poder público, por exemplo, na luta contra a PL da cesariana. A gente participa de muitas lutas, de movimentação política, enfim, manifestações que não são especificamente sobre imigração, que são sobre a vida em São Paulo, a vida na cidade, por exemplo esse da PL, coisas relativas ao acesso ao SUS, à educação (SOFIA, 2019).

A atuação plural dessas mulheres ativistas, organizadas em coletivos, redes e frentes, que diz respeito à vida na cidade, como afirma Sofia (2019), já conquistou ganhos significativos para a população imigrante e também já registra em sua trajetória histórica marcos importantes, conforme apresentado a seguir.

3.2 Principais conquistas e momentos marcantes da atuação ativista

Antes da lei que foi promulgada, no final do governo Haddad, a gente já estava fazendo política pública, a gente já tinha lutado por várias questões e conseguimos aprovar como imigrantes (ALICIA, 2018).

Ao longo do estudo foi possível identificar as conquistas alcançadas durante a luta das ativistas imigrantes e os momentos marcantes de atuação, como a matrícula dos filhos e o acesso a serviços de saúde com apresentação do documento do país de origem, ou a participação em espaços e debates sobre a temática migratória, com destaque para a categoria mulher.

As principais conquistas oriundas das lutas das mulheres ativistas foram classificadas em três grupos. Esses três grupos serão abordados ao longo de cada um dos itens a seguir, que apontam as principais conquistas, os momentos marcantes da atuação e as conferências municipais de política para imigrantes.

3.2.1 Principais conquistas do ativismo feminino imigrante

Durante a última década, as lutas das mulheres ativistas resultaram em conquistas importantes tanto para a população imigrante e, no que diz respeito a questões de saúde da mulher, quanto à população feminina, independentemente de seu país de origem.

Dentre diversas conquistas identificadas, algumas foram alcançadas antes mesmo da aprovação PMPI, em julho de 2016, com base nos direitos garantidos na Constituição brasileira, como o acesso aos serviços de saúde e educação. A conquista diz respeito a matricular filhas e filhos na rede de ensino sem a necessidade de apresentar o CPF, além de conseguir ingressar no SUS na mesma condição, ou seja, poder ser inserido nos equipamentos de saúde e educação somente com o nome completo da criança e o documento do país de origem. Foram realizadas capacitações dos servidores públicos e da população para disseminar os direitos universais previstos na Constituição, como esse, de desnecessidade de CPF para matrícula na rede pública ou para consultas e exames nas unidades de saúde pública. Além disso, durante o 2º Festival de Direitos Humanos Cidadania nas Ruas, realizado em dezembro de 2014, houve a inserção de pessoas imigrantes nos programas sociais municipais e federais, com especial atenção para o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, por meio do preenchimento do Cadastro Único (CadÚnico). O cadastramento da população imigrante interessada foi realizado – embora, nesse caso, a apresentação do CPF foi necessária por se tratar de um programa social do Governo Federal, diferentemente do acesso universal à saúde e educação que dispensam a apresentação do cadastro de pessoas físicas – no CRAI, espaço inaugurado um mês antes do Festival pela Prefeitura de São Paulo, com serviço de orientação jurídica, apoio psicológico, curso de português e oficinas para qualificação profissional, proporcionando acolhida e atendimento especializado à população imigrante (SP, 2014b).

Essas conquistas que antecederam à instituição da legislação municipal de política para a população imigrante, no ano de 2016, são relatadas por Alicia:

[...] antes da lei que foi promulgada, no final do governo Haddad, a gente já estava fazendo política pública, a gente já tinha lutado por várias questões e conseguimos aprovar como imigrantes [...] o Bolsa Família para imigrantes; as crianças na escola [que] é uma coisa que é direito pela Constituição, mas a gente lutou muito para que essa lei, o que está escrito na Constituição, que todo mundo tem direito a estudar e a ir na escola pública, para que realmente as autoridades das escolas cumprissem com essa lei. [...] que fosse aplicada porque o primeiro que eles pediam para os pais era o CPF. Os pais não tem CPF, mas na escola não tem que pedir CPF. Então, a gente lutou para que seja aceito na Saúde e Educação só com o nome e o documento do país de origem (ALICIA, 2018).

A visibilidade da mulher é uma conquista diária, que ocorre em momentos distintos em espaços de falas diversos. Três situações importantes de visibilidade conquistada são: a participação nas marchas que são realizadas na cidade, como a Marcha das Mulheres e a Marcha dos Imigrantes; a participação no VII FSMM, de 2016; encontros, diálogos e debates

sobre a temática migratória, como os Seminários Mulheres Imigrantes e Acesso às Políticas Públicas, realizados em parceria com a SMPM em 2015 e 2016, e do Encontro de Mulheres Migrantes, realizado em dezembro de 2017, no Centro de Pesquisa e Formação, do Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC).

A Marcha dos Imigrantes é uma das mais importantes manifestações de rua, que congrega centenas de imigrantes e brasileiras e brasileiros que lutam pela causa migratória e ocorre no mês de dezembro, em São Paulo. Em 2017, no dia 3 de dezembro, a 11ª Marcha foi organizada pelo CAMI com o tema “Pelo fim da invisibilidade dos imigrantes”, e apresentava bandeiras de luta que solicitavam a visibilidade e garantia de direitos para todas as pessoas imigrantes do mundo. As reivindicações estavam relacionadas ao fim do trabalho escravo; à regulamentação e implementação da nova Lei de Migração; ao fim das deportações; ao direito de votar e ser votado; à anistia aos imigrantes; ao fim da discriminação e xenofobia; à ratificação dos tratados internacionais; ao livre trânsito e residência para todos e todas; ao direito à educação, saúde, assistência social e moradia de qualidade; ao trabalho decente e justiça gratuita; à implementação de políticas públicas para todas as pessoas imigrantes; e ao fim da exploração das e dos imigrantes e cidadania universal.

Nesse sentido, a Marcha trouxe para o trajeto percorrido na Avenida Paulista a luta pela visibilidade, direitos e reconhecimento dessa parcela da população que (re)produz o espaço da cidade com brasileiras e brasileiros. Foi marcante o incremento do número de participantes na Marcha dos Imigrantes daquele ano, com estimadas 4.000 pessoas, o dobro do ano anterior, 2016.

Eu acho que, por exemplo, o grande triunfo que a gente [teve] nessa Marcha dos Imigrantes esse ano, teve muita gente, eu nunca tinha visto. Realmente, se fazia no centro tinha umas 100, 150 pessoas. Esse ano foi muita gente e os africanos estão muito ativos [...] tem inclusive muita mulher africana que está realmente na luta. Os jornalistas falaram quatro mil pessoas (ALICIA, 2018).

Na ocasião, a FMIRA esteve presente com a faixa da Frente compondo o Bloco das Mulheres da Marcha dos Imigrantes. Apesar de a FMIRA participar anualmente da Marcha dos Imigrantes, e considerando que esse é um espaço direcionado para a causa migratória, foi possível verificar nas entrevistas algumas situações nas quais as questões de gênero e machismo estão presentes, como coloca Juana (2018) ao se referir sobre o incômodo de alguns homens por ter mulheres presentes na organização da Marcha: “sempre tem espaços onde os homens não gostam de movimentos só de mulheres”. Essa colocação corrobora o que Micaela verbalizou sobre o VII FSMM, no sentido de que as mulheres ativistas precisaram se

impor para conseguir espaço para que duas mulheres imigrantes estivessem na mesa de debates, composta apenas por homens. A FMIRA atua também em outras marchas, tais como a Marcha das Mulheres, no dia 8 de março, e a Marcha das Mulheres Negras, no sentido de se articular com os coletivos e ativistas que lutam pelo direito da mulher.

O segundo momento de visibilidade das mulheres imigrantes foi durante o VII FSMM, realizado em julho de 2016, na cidade de São Paulo. Nessa sétima edição, após forte atuação das mulheres imigrantes organizadas enquanto FMIRA, foi criado o eixo “Migração, gênero e corpo”, com o objetivo de incorporar o debate em relação à questão da mulher e de gênero no Fórum Mundial, com proposição de ser mantido em todas as edições futuras. De fato, o eixo foi mantido na oitava edição do Fórum (FSMM, 2018a), realizado entre os dias 2 e 4 de novembro de 2018, na Cidade do México, organizado em parceria com algumas organizações e, dentre as parcerias brasileiras, se destaca o Coletivo Sí Yo Puedo (FSMM, 2018b).

Para além da criação do eixo, houve a reivindicação de que 50% das mesas fossem compostas por mulheres, uma vez que a presença masculina era massiva nas mesas de abertura e de debate. De fato, após o protesto da FMIRA, houve a conquista de espaço de fala no encontro, sendo permitido a participação de duas mulheres na abertura do VII FSMM. Micaela sintetiza esses momentos de embate.

No Fórum Social [Mundial] das Migrações a gente conseguiu também, que foi em São Paulo, na Faculdade Zumbi dos Palmares, também se mostrou uma outra forma de gestão, de se dizer, “olha, queremos que tenha em cada mesa 50% de mulheres, foi uma movimentação. E que se tivesse o eixo “Migração, gênero e corpo” foi um ganho dentro dos bastidores. Ou seja, não foi um ganho depois, ou no percurso [...] uma luta para inserir, que mudasse a cabecinha dos clássicos organizadores desse Fórum Social das Migrações que se tinha que se debater sobre as questões de gênero também nesses espaços que, supostamente, é específico dos imigrantes (MICAELA, 2019).

É possível destacar como terceiro momento de visibilidade o seminário que ocorreu em dezembro de 2017, durante os dias 13, 14 e 15, no Centro de Formação do SESC, que inseriu em sua programação o Encontro de Mulheres Migrantes²⁰. Foram três dias de palestras ministradas por mulheres imigrantes sul-americanas, abordando temas de luta política dessas ativistas. No primeiro dia do encontro, a argentina Clara Politi e a chilena Oriana Jara, essa última do Coletivo PAL, tiveram suas falas centradas na participação social de mulheres imigrantes em São Paulo. O debate abordou vários aspectos, como a mulher imigrante ser

²⁰ Foram duas as fontes para relatar a participação das ativistas imigrantes sul-americanas nesse Encontro: a primeira teve como base as anotações da pesquisadora, que esteve presente na maioria das palestras e, a segunda, a matéria do canal MigraMundo (DELFIM, 2017).

vista como o “outro”, e a necessidade de se criar mais espaços para que o debate seja conduzido, inclusive, por mulheres imigrantes.

O tema do debate do segundo dia foi relacionado à saúde pública e as mulheres imigrantes em São Paulo. Na mesa estavam presentes Jobana Moya, boliviana e membra-fundadora da Equipe de Base Warmis; e Rocío Shuña, imigrante peruana. Na ocasião, Rocío Shuña iniciou sua fala com uma reflexão importante sobre o programa brasileiro de saúde pública. A palestrante questionou se é possível um SUS para todas e todas, incluindo imigrantes. E reforçou que uma das lutas das ativistas é para que exista a palavra imigrante para designar as mulheres de outras nacionalidades, que sejam reconhecidas e visibilizadas pela sua condição de imigrante e não apenas categorizadas como outras etnias. Utilizar as etnias ou raças (negra, indígena, latina) e não nomear como imigrante pode significar o apagamento do discurso “migração” e, uma vez que a luta é para que se tenha visibilidade para as mulheres imigrantes, é importante que esse adjetivo seja adotado nos diferentes discursos e diálogos sobre essa parcela de mulheres. Também nesse sentido de visibilizar a mulher imigrante, Jobana Moya lançou questões importantes sobre as possibilidades de a política pública incluí-la em suas práticas. Questionou, ainda, como poderiam as mulheres imigrantes serem consideradas cidadãs, se não eram consideradas em nenhum espaço, se eram isoladas culturalmente por causa do desconhecimento de sua cultura e de seus costumes. Jobana Moya também defendeu que as mulheres imigrantes e refugiadas representam uma ruptura com o que foi estabelecido, e que isso implica no enfrentamento daquilo que está determinado, a discriminação de classe e raça e, ainda mais, por ser mulher. A palestrante seguiu afirmando que “parece que tudo está configurado para que o imigrante sofra discriminação e xenofobia”.

A narrativa de Jobana Moya possibilita realizar uma análise de discurso importante sobre o espaço em que a população imigrante está inserida, um espaço propício para situações discriminatórias e xenofóbicas, cabendo às ativistas e demais mulheres imigrantes adotarem outras formas de se relacionar para romper com a lógica estabelecida. A ativista também traz a importância da interseccionalidade entre as categorias migração, classe, raça e gênero, uma das pautas do debate feminista atual.

Sobre a análise interseccional entre as categorias gênero, migração, classe, raça e etnia, percebe-se que há certo consenso no discurso das entrevistadas. Alicia (2018) tem uma leitura que a base está na luta de classes, que idosos ou pessoas homoafetivas que são ricas

não têm problema de discriminação, enquanto Domitila (2018) direciona o olhar para como a discriminação está vinculada com as categorias classe e raça, e reflete sobre como a diferença de classe, raça e etnia pode influenciar na maneira como a mulher imigrante adere à luta. De acordo com Domitila,

[...] você não pode falar de migração e gênero se você não faz um corte de raça e classe, porque quem é uma imigrante branca, classe média, não tem os mesmos problemas que nós e não vai estar mobilizada. Porque ela vai ser bem tratada e, mais ainda, se é norte-americana ou europeia. Agora, se você é negra ou tem os traços indígenas, você está aí como falam “com água batendo na bunda”, então vai se mobilizar para conseguir seus direitos (DOMITILA, 2018).

Domitila (2018) relata o contexto de falta de empatia das pessoas de classe média em relação à luta das mulheres pobres, além das dificuldades enfrentadas para mobilizar as mulheres imigrantes trabalhadoras, que residem longe, que não têm com quem deixar filhas e filhos, que têm pouco recurso financeiro, para as lutas travadas pelas ativistas imigrantes

O fato de você ter que ir morar longe, porque ademais tudo está centralizado na cidade, que tem que pagar passagem, não tem onde deixar os seus filhos, você já não pode participar, não pode nem trabalhar decentemente. As mulheres que tem uma classe econômica mais ou menos acomodada estão muito distantes, quem tem carro e não usa o transporte público, não sabe o que é usar o transporte público no pico, chegar tarde na sua casa de uma reunião, ou que esteja chovendo, ou que onde você mora é um lugar perigoso. Então tem vários motivos porque as mulheres não se mobilizam. (...) eu sinto, sabe, quando vou participar de espaços políticos, que quem é de classe média não tem empatia com quem é uma mulher pobre trabalhadora, não tem (DOMITILA, 2018).

A análise sobre as dificuldades que as mulheres trabalhadoras, pobres, negras e indígenas sofrem na esfera política e participação democrática foi apontada por Biroli (2018), o que ressalta, mais uma vez, a importância de se considerar a intersecção entre as categorias gênero, classe, raça e etnia nos estudos sobre atuação política da mulher imigrante na sociedade patriarcal capitalista. No que se refere à categoria migração, se para a mulher brasileira pobre, negra e indígena já foi necessário reivindicar o direito de ser incluída nas lutas feministas pela participação política, percebe-se que mais intrincado o é para mulheres originárias de outros países que não são vistas, que não são reconhecidas por sua condição de imigrante.

O último dia de debate realizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do SESC levou para o Encontro as ativistas Verônica Yujra, boliviana integrante do Coletivo Sí Yo Puedo, e a peruana Nataly Puente, cujas falas foram relacionadas aos temas “Cultura e educação” e “Mulheres imigrantes em São Paulo”. Corroborando a colocação do dia anterior de Rocío Shuña, sobre a importância de dar visibilidade para a condição de imigrante, Verônica iniciou

pontuando que o adjetivo imigrante não foi utilizado na descrição de nenhuma das palestrantes na divulgação do Encontro, e reforçou que é necessário nomear a mulher imigrante como tal, não somente por sua etnia. Assim como no relato de Jobana Moya, Verônica colocou em destaque o discurso que vem sendo construído em relação às mulheres imigrantes, no sentido de haver o apagamento dessa sua condição. Esse “não dito” sobre a condição de imigrantes das palestrantes corrobora a ideia expressada pela palestrante Rocío Shuña, de que há a invisibilidade da categoria migração.

Ainda se incluiu, como terceira situação de visibilidade conquistada, a participação de mulheres ativistas sul-americanas imigrantes em instâncias políticas municipais, destacando-se desde a parceria com a SMPM para a realização de dois seminários, em 2015 e 2016, sobre as mulheres imigrantes e a política pública, até articulações e participações no CMPM, conformado em 2016, e à organização da formação do CMI, instituído em 2018. Duas ativistas foram eleitas como suplentes do CMPM. Além disso, houve atuação nas 1ª e 2ª Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes, em 2013 e 2019. No entanto, devido ao fato de esse ser também considerado um momento marcante de atuação das ativistas imigrantes, e dada a complexidade e importância que essas conferências representam para a temática migratória no que se refere à construção de políticas públicas, isso está tratado em um tópico específico desta seção, dedicado a apresentar os processos realizados e analisar a participação das mulheres imigrantes sul-americanas em ambas as conferências.

A criação do CMPM (SP, 2015) foi um marco no reconhecimento da luta das mulheres e representou importante meio para o diálogo, a inserção e a construção de políticas municipais para as mulheres. Dentre as finalidades do Conselho, constavam a atuação no controle social de políticas públicas e serviços voltados às mulheres e à promoção da igualdade de gênero, o estímulo à participação das mulheres nos organismos públicos e em outros espaços de participação e controle social. No entanto, é importante considerar que a posição do Conselho foi modificada na gestão do PSDB, que assumiu a Prefeitura em janeiro de 2017. Alterado pelo Decreto 57.428 (SP, 2016b), o CMPM é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo quanto às suas atribuições, vinculado, à época, à SMPM (SP, 2016b). No Diário Oficial de 2 de janeiro de 2017, já na gestão do prefeito peessedebista João Dória, a SMPM não consta em sua relação de estrutura governamental, passando a ser uma Coordenação sediada na SMDHC.

A primeira eleição para compor o CMPM ocorreu em 4 de dezembro de 2016 e compareceram mais de três mil eleitoras (3.433) de todas as regiões de São Paulo. Foram contabilizados mais de dez mil votos - 10.299 (SP, 2016e). Foram votadas 25 mulheres e suplentes para compor paritariamente o Conselho, com 25 representantes do poder público municipal e 25 mulheres da sociedade civil, totalizando 50 conselheiras e suplentes. Como resultado da contagem de votos, duas mulheres latino-americanas imigrantes foram eleitas suplentes do conselho e tiveram posse no dia 13 do mesmo mês.

Na ocasião, foi liberada a participação de mulheres imigrantes, tanto na condição de candidatas e conselheiras, quanto de votantes. Dos 16 pontos de votação espalhados na cidade, as mulheres imigrantes somente estavam autorizadas a votar no posto da Praça da Sé, região do centro. A hipótese inicial era que o fato de ter somente um ponto de votação poderia prejudicar a participação das mulheres. No entanto, com as entrevistas, foi verificado que, para além da quantidade de postos de votação, o mais importante para as candidatas imigrantes foram as alianças realizadas com mulheres brasileiras, que resultou na eleição das duas suplentes imigrantes, conforme relata Micaela:

[...] embora nós tivéssemos só um ponto da cidade para votar, né, que foi no centro da cidade, o importante foi as alianças que a gente gerou com mulheres brasileiras. Então, [houve] o apoio de Sapopemba, Vila Prudente, do Fórum de Mulheres Sapopemba e Vila Prudente (MICAELA, 2019).

Micaela ressalta a importância das articulações que foram feitas com grupos e movimentos de mulheres brasileiras, cujo suporte e apoio fizeram com que ela se sentisse pertencente a um movimento maior.

Então, essa articulação com outra ou outras mulheres, de outros grupos políticos, ajudou na votação, né? Porque assim, esse deslocamento faz uma diferença grande porque tinha várias amizades de outros bairros, né? Guaianazes, [a mulher imigrante] vai de Guaianazes até o centro para fazer uma votação, é difícil, né? Inclusive me perguntaram “Eu posso fazer na minha subprefeitura?” “Não”. Eu tinha um apoio do Fórum da Zona Leste, do Fórum dessas Mulheres da Zona Leste, de Sapopemba e Vila Prudente, eu tinha esse apoio, eu não me sentia sozinha (MICAELA, 2019).

Micaela também relata o papel estratégico que assumiu ao se candidatar para o CMPM, no sentido de ser referência para que outras mulheres imigrantes também se encorajassem a participar dessas esferas políticas

Eu me meti no Conselho Municipal de Políticas para Mulheres porque eu achei importante que mulheres imigrantes estivessem ocupando um espaço nesse Conselho, um espaço diverso, e que criasse um antecedente para que outras mulheres também pudessem pensar “Ah, tinha uma imigrante, então eu também

posso estar aí”, né? Então, como que se criasse um ser histórico, né? [...] (MICAELA, 2019).

Em junho de 2018 foi instituído o CMI e, como os coletivos que conformam a FMIRA participaram da comissão organizadora do CMI, não puderam compor a grade de organizações para ocupar cadeiras de conselheiras e conselheiros. No entanto, é possível verificar nas atas das reuniões do CMI que as mulheres que integram os coletivos (Warmis, feministas argentinas e REDE MILBI) participavam como observadoras. Assim, percebe-se que a participação das mulheres dos coletivos acompanhados durante o estudo ocorre também nos momentos de construção da política pública.

É possível verificar nas entrevistas que as mulheres imigrantes ativistas são reconhecidas pela sua luta e são convidadas a participar – ainda que com grandes ressalvas, como está exposto mais adiante – dessas instâncias municipais. É possível dizer que a escolha do poder público de abarcar ativistas imigrantes em suas esferas é estratégica e seletiva, no sentido de trazer para dentro da instância pública pessoas com as quais se relacionam e, nem sempre, abrem espaço para participação democrática, como relata Micaela

Eu lembro que sugeri, mas foi tipo uma conversa por acaso, eu estava passando no Centro [de São Paulo] e toda a equipe da coordenação [da CPMig] estava almoçando num restaurante próximo da Secretaria [Municipal de Direitos Humanos e Trabalho Decente]. Eu parei para tomar uma água de coco [...] e ela me falou que estava criando a comissão eleitoral, que estavam fazendo o edital [...] para a regulamentação para votar. [...] E falou “Olha, você seria uma boa candidata” e tal, mas eu agradei [...] assim, para ser sincera, tem alguns espaços que eu não quero ocupar (MICAELA, 2019).

Percebe-se que, em apenas sete anos, de 2013 a 2019, foram consideráveis as conquistas oriundas das lutas das ativistas imigrantes na cidade de São Paulo. Pode-se dizer que a atuação delas conseguiu abrir um espaço de democracia nas instâncias de administração da cidade. Ainda que tenham ocorrido alguns retrocessos com a nova conjuntura política, é possível identificar momentos marcantes de atuação dessas mulheres.

3.2.2 Momentos marcantes do ativismo feminino imigrante

São quatro os momentos marcantes que se pode identificar pelas informações transmitidas pelas cinco mulheres entrevistadas e pela observação participante ao longo do estudo: a conformação da FMIRA; a organização e realização dos dois seminários Municipais, “Mulher imigrante e a política pública”; a participação e articulação junto à organização do VII FSMM; e a atuação junto a instâncias políticas municipais na conformação do CMI e no processo das Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes.

A conformação da FMIRA como um momento marcante da atuação das ativistas foi identificada em quatro entrevistas. De acordo com Sofia (2019), a Frente “é uma forma de resistência e de ação política também (...), uma forma ou uma estratégia para conseguir atuar em alguns contextos em que só os coletivos não seriam suficientes, ou não teriam a mesma força”. Domitila (2018) relata a importância da criação da Frente de Mulheres e destaca que “foi um momento importante, os coletivos dizerem ‘bom, precisamos articular, precisamos unir forças’”. Juana (2018) destaca, ainda, que a Frente é importante para demonstrar toda a capacidade e articulação das mulheres imigrantes enquanto sujeitos que contribuem para a sociedade na qual estão inseridas, com toda sua riqueza cultural e histórico de vida. Para esta última entrevistada, a FMIRA é uma oportunidade de estimular uma nova perspectiva sobre as mulheres imigrantes para que sejam vistas como mulheres atuantes e com conhecimentos e movimentos para lutarem pelo que desejam, pela visibilidade e respeito à diversidade cultural.

Primeiro, a visibilização das mulheres imigrantes, não colocar as mulheres imigrantes como pessoas que, sei lá, não têm conhecimento, colocar as pessoas como coitadas, mas que elas trazem toda uma questão cultural, que tem muito a dar aqui na nova sociedade, mas mesmo assim a Frente também quer participar. [...] a Frente se articula só em momentos determinados, [...] por exemplo, para as marchas, a gente vai como Frente para ter mais visibilidade, porque a ideia é que a Frente seja fortalecida pelos coletivos, não que a Frente seja o mais importante dos coletivos (JUANA, 2018).

Para além de sua criação, a FMIRA também é trazida como atuação marcante na Marcha dos Imigrantes para dar visibilidade para as mulheres imigrantes, refugiadas e apátridas, identificadas com a faixa da Frente e composta pelas mulheres dos coletivos ativos dentro dela, como já foi mencionado. Ainda que tenha sido criada em 2014, foi no ano seguinte que a FMIRA começou a se fortalecer.

A realização do primeiro seminário “Mulheres imigrantes e acesso às políticas públicas”, em 2015, em parceria com a SMPM, de acordo com a análise da entrevistada Domitila (2018), foi o início do fortalecimento da FMIRA. As ativistas se articularam com a SMPM, com outros coletivos e com organizações que atuam com a questão migratória e realizaram o diálogo e o debate, visibilizando as categorias gênero e migração nas diversas áreas de atuação do município. Esse momento marcante e de protagonismo na articulação de um espaço para debater sobre gênero, migração e direitos, além de visibilizar a mulher imigrante, está presente na fala de Domitila (2018), que destaca a dificuldade que existia para que essas mulheres fossem envolvidas nesse tipo de encontro, ao afirmar que “(...) nessa época, (...) ainda não se convidavam imigrantes nas mesas, era muito difícil (...) e nunca queriam nos convidar (...), sempre faziam eventos maravilhosos e nunca um imigrante na

mesa”. Diante da dificuldade para conseguir participar dos debates organizados sobre migração, as mulheres imigrantes se organizaram e foram buscar apoio na SMPM, onde conseguiram traçar uma estratégia conjunta de organização coletiva e realização do seminário:

E aí nós falamos “Bom, nós vamos organizar nosso evento e vamos estar na mesa”, [...] falamos na secretaria da mulher que queríamos organizar e depois a Bete²¹ apareceu com a proposta de porque não chamar todas as mulheres e entre todas se organizar [...] então fizeram um chamado para as mulheres e nós também e entre todas organizamos, foi muito lindo (DOMITILA, 2018).

Na mesa de abertura do primeiro seminário estiveram presentes uma membra Warmis, representando a mulher imigrante, a então Coordenadora da Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância da Cidade de São Paulo, Ana Stella Haddad, além de representantes das secretarias municipais de Saúde, Direitos Humanos, Mulheres e Trabalho. O debate voltado para as mulheres imigrantes envolveu as temáticas de saúde, trabalho e direitos e buscou promover um diálogo integrado entre as secretarias presentes e as entidades de mulheres imigrantes que compareceram ao seminário.

No segundo Seminário, “Mulheres imigrantes e acesso às políticas públicas”, realizado em julho de 2016, a SMPM convidou as mulheres imigrantes para, assim como no primeiro, estarem envolvidas em todo o planejamento, organização e articulação prévios.

Toda a experiência e as trocas realizadas nesses dois seminários foram registradas na cartilha “Mulheres Imigrantes e Refugiadas e a Luta por Políticas Públicas na Cidade de São Paulo” (SP, 2016f). Nessa cartilha consta a Equipe de Base Warmis, a FMIRA e o Coletivo Sí Yo Puedo como organizações parceiras do Encontro, juntamente com outras formas organizativas que também trazem em sua luta a causa migratória, como o coletivo Elas por Elas, a Iada África, a PAL e o CAMI. Para além de participarem como parceiras, as mulheres imigrantes também se envolveram nos debates dos eixos e na elaboração de todo conteúdo da cartilha, inclusive o registro fotográfico do seminário.

No relato de Domitila (2018), o fortalecimento da FMIRA se consolidou mais ainda em 2016, quando a Frente atuou como um instrumento agregador de força de atuação dos coletivos e ativistas independentes, no VII FSMM, justamente por ter conseguido inserir para o debate o eixo “Migração, gênero e corpo”. Assim, juntamente com a criação da FMIRA, teve destaque e menção por três entrevistadas distintas, a participação e atuação nos bastidores do VII FSMM. O destaque é tanto na criação do eixo quanto na conquista de

²¹ Elisabete Aparecida Silverio, assessora de Participação e Controle Social, da SMPM, na gestão 2013-2016.

espaço para fala, mencionado anteriormente, sendo concedida a oportunidade para duas mulheres imigrantes palestrarem no encontro. Além disso, conforme exposto, nesse encontro houve a reivindicação de que 50% das mesas fossem compostas por mulheres. Afirma Domitila “acho que nos fortalecemos muito foi justamente no Fórum Mundial, foi um momento marcante”.

A atuação da FMIRA no VII FSMM reflete como as mulheres deixam de lado as diferenças de atuação enquanto coletivos para unirem força, respeitando as diferenças e linhas de base de cada coletivo, e conseguem atuar mais fortemente e de maneira estratégica em espaços políticos.

[...] todo o processo do Fórum Social Mundial das Migrações [...] em termos políticos, eu acho que a gente faz muito articulação. Articulação, educação, e mostrarmos como uma só forma, somos uma só Frente. Por isso que sempre, qualquer movimento tem suas linhas de base, ou seja, você tem as vezes suas diferenças, né? Suas formas de fazer as coisas, nós sabemos que são coisas que se tem que dialogar no momento e o mais importante é nos articular e conseguir políticas que falem de nós, como agora nessa conferência [...] de política para imigrantes, que se fale sobre gênero, que se fale sobre mulheres, que se fale sobre essas especificidades que se tem (MICAELA, 2019).

Além desses três momentos – conformação da FMIRA, participação nos dois seminários municipais e no VII FSMM –, um outro marcante é relacionado à participação nas instâncias políticas, observado e relatado nas entrevistas e que estão sendo, de certa maneira, detalhados ao longo deste capítulo, uma vez que algumas conquistas ou momentos de resistência, como o relatado acima no VII FSMM, foram marcos importantes no histórico de lutas dessas ativistas.

Também é possível mencionar a participação das mulheres no debate preliminar da Lei Municipal para População Imigrante. As ativistas sul-americanas, entre elas representantes dos coletivos Warmis e PAL, faziam parte do Comitê Intersetorial para construir a PMPI, cuja Lei 16.478, foi instituída no dia 8 de julho de 2016. É resultado da 1ª Conferência de Política para Imigrantes, realizada em 2013, quando as ativistas se organizaram e debateram temas importantes na construção da primeira legislação municipal para a população imigrante.

Além disso, foi identificado como marcante o processo de inscrição e aprovação de duas suplentes no processo de formação do CPM, o que já foi detalhado no tópico anterior a este.

Por fim, outra ocasião marcante para a atuação dessas mulheres diz respeito ao processo preparatório para a realização da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, em 2019, detalhado no tópico seguinte.

3.2.3 As Conferências Municipais de Política para Imigrantes

Conforme mencionado anteriormente, São Paulo foi a primeira cidade brasileira a sancionar uma lei municipal direcionada à população imigrante, a mencionada Lei 16.478, de 8 de julho de 2016, regulamentada pelo Decreto 57.533/2016. O primeiro movimento para elaboração do texto da referida Lei foi iniciado no final de 2013, quando a CPMig realizou a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, convocada pelo Decreto Municipal 54.476/2013 (SP, 2013c), destacando São Paulo como o primeiro município a se organizar para o contexto da 1ª COMIGRAR com aportes e subsídios para o debate das políticas públicas voltadas a imigrantes no país.

Nessa 1ª Conferência foram definidos quatro eixos para orientar os debates e produzir o texto base, sendo eles: (i) promoção e garantia de acesso a direitos sociais e serviços públicos; (ii) promoção do trabalho decente; (iii) inclusão social e reconhecimento cultural e (iv) legislação federal e política nacional para as migrações e refúgio. No Quadro 3 é possível verificar que a maioria das propostas se concentrou entre os eixos (i), com 35%, e (iv), total de 30% (SP, 2014a).

Quadro 3 – Eixos de debate da 1ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes e propostas obtidas, São Paulo, 2013.

Eixos definidos	% de propostas recebidas	Quantidade priorizada para a plenária final
Eixo (i) Promoção e garantia de acesso a direitos sociais e serviços públicos	35	21
Eixo (ii) Promoção do trabalho decente	12	9
Eixo (iii) Inclusão social e reconhecimento cultural	20	12
Eixo (iv) Legislação federal e política nacional para as migrações e refúgio	30	18
Total	97	60

Fonte: SP, 2014a. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2019.

O método adotado para essa 1ª Conferência foi a realização de encontros prévios, sendo que a Comissão Organizadora Municipal organizou quatro deles, as chamadas “etapas mobilizadoras”; e outros nove encontros, as “etapas livres”, foram promovidos por representantes do poder público estadual e municipal e organizações da sociedade civil.

As etapas livres foram promovidas por representantes de diversas instituições, como central sindical – Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT/SP); a comunidade religiosa – Comunidade Islâmica da República; o coletivo universitário de Extensão Universitária Educar para o Mundo; além de quatro organizações que relacionadas à temática migratória, sendo elas REDE em Prol do Imigrante; Missão Paz; CDHIC; e Patronato Inca Cgil. No âmbito do poder público, houve a organização por parte de um órgão estadual, a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária/ Central de Atenção ao Egresso e Família (CAEF); e outro municipal, a SMPM. Esses dados estão sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4 – Distribuição das etapas mobilizadoras e livres preparatórias da 1ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, São Paulo, 2013

Categoria da entidade organizadora	Nome da entidade organizadora	Local de realização	Endereço
Etapas mobilizadoras – de 10/11/2013 a 17/11/2013			
Comissão organizadora municipal	Município de São Paulo	Centro Educacional Unificado (CEU) Tiquatira	Av. Condessa Elisabeth de Robiano, s/n, Penha
	Município de São Paulo	Centro Cultural da Juventude	Av. Dep. Emílio Carlos, 3.641, Limão
	Município de São Paulo	Cine Olido	Av. São João, 473, Centro
	Município de São Paulo	CEU São Rafael	R. Cinira Polônio, 100, São Mateus
Etapas livres – de 06/11/2013 a 27/11/2013			
Organizações que atuam com a temática migração	CDHIC	Assembleia Legislativa do Estado de SP	Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera
	Patronato Inca Cgil	Patronato Inca Cgil	Rua Doutor Alfredo Ellis, 68, Bela Vista
	Missão Paz	ITESP	Rua Dr. Mário Vicente, 1.108, Ipiranga
	REDE em Prol do Imigrante	Missão Paz	Rua do Glicério, 225, Liberdade
Coletivo universitário	Coletivo de Extensão Universitária Educar para o Mundo	FEA-USP	Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, Cidade Universitária
Comunidade religiosa	Casa das Áfricas/ Comunidade Islâmica da República	Comunidade Islâmica da República	Rua Guaianases, 68, Centro
Órgão público	Secretaria Estadual de Administração Penitenciária/CAEF	Defensoria Pública da União	R. Fernando de Albuquerque, 155, Consolação
	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM)	Câmara Municipal de São Paulo	Viaduto Jacareí, 100, Bela Vista
Central sindical	Central Única dos Trabalhadores (CUT)/SP	Sindicato dos Bancários	Rua São Bento, 413, Centro

Fonte: SP, 2014a. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2019.

Não é de se estranhar que nessa primeira edição da Conferência nenhuma etapa livre tenha sido organizada por coletivos de imigrantes. Por um lado, ainda era uma forma nova de envolver a população imigrante na consulta pública para contribuir com a construção de política pública que abarcasse a causa migratória. Por outro, no que se refere às mulheres ativistas sul-americanas imigrantes, especificamente aquelas acompanhadas durante o estudo, nesse período elas estavam se organizando e iniciando sua atuação de forma estratégica e articulada.

Na plenária final desse processo foram priorizadas 57 propostas finais, divididas em 13 temas: (i) assistência social; (ii) regularização migratória; desburocratização; (iii) saúde; (iv) acesso à educação; reconhecimento de diplomas; ensino da língua portuguesa;

capacitação; (v) acesso e garantia ao trabalho decente; combate ao trabalho escravo; (vi) acesso e incentivo à cultura; reconhecimento e valorização da diversidade; (vii) legislação migratória nacional; (viii) acesso à informação e orientação; mapeamento e produção de dados; (ix) direitos políticos; (x) campanha de conscientização e combate à xenofobia; (xi) políticas para as mulheres; (xii) participação social de imigrantes e (xiii) refúgio (SP, 2014a)

Além da priorização das propostas finais, também foram eleitas 50 delegadas e delegados para encaminhar o resultado dessa primeira edição de conferência municipal Conferência no encontro da 1ª Conferência Nacional. Dentre as pessoas eleitas, integravam ativistas dos coletivos Sí Yo Puedo, PAL e Warmis. Ao analisar a inserção da população imigrante nesse grupo de delegadas e delegados verifica-se que a maioria (35) era representante de países da América do Sul. Deles, 18 eram do Brasil, seguidos de 10 bolivianas e bolivianos. Esses números estão apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Distribuição das delegadas e delegados eleitos, representantes de países da América do Sul

Fonte: SP, 2014a. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2019.

Essa foi a primeira experiência municipal, no âmbito nacional, de debate aberto no qual a população imigrante foi convidada a contribuir, ainda que na modalidade consultiva, para a construção de política pública sobre o tema imigração.

A segunda edição da Conferência Municipal de Política para Imigrantes, convocada pela Resolução 01/CMI/2019 (DOM-SP, 2019a), ocorreu no ano de 2019, com o lema *Somos tod@s cidadãos*, foram definidos oito eixos temáticos definidos para serem debatidos com a população para apresentação de propostas de ações de políticas públicas, sendo eles: Eixo 1: participação social e protagonismo imigrante na governança migratória local; Eixo 2: acesso à assistência social e habitação; Eixo 3: valorização e incentivo à diversidade cultural; Eixo 4:

proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa, e outras formas de discriminação; Eixo 5: mulheres e população LGBTI+: acesso e direito a serviços; Eixo 6: promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional; Eixo 7: acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade; e Eixo 8: acesso à saúde integral, lazer e esporte.

Assim como ocorreu na 1ª Conferência, houve, no segundo semestre de 2019, uma fase preparatória de levantamento de propostas por parte da população, que foi dividida em três modalidades. A primeira foi realizada entre os dias 01 de agosto e 23 de setembro de 2019, e contou com quatro “pré-conferências”, equivalentes às “etapas mobilizadoras” no ano de 2013, organizadas pelo CMI com apoio da Comissão Organizadora, foram realizadas nas regiões norte, sul, leste e centro-oeste da cidade. Em seguida, entre os dias 25 de agosto e 22 de setembro de 2019, foram realizadas as chamadas “conferências livres”, que poderiam ser organizadas por representantes de entidades, instituições e movimentos diversos, equivalentes às “etapas livres” na primeira edição. A terceira modalidade era a opção de apresentação de proposta individuais, porém não houve nenhuma resposta a essa modalidade. Todas essas modalidades tinham o objetivo de incentivar a população a dialogar e debater sobre a política pública municipal para imigrantes e identificar possibilidades de melhorias na atuação do governo local, apresentando propostas de ação para cada um dos oito eixos temáticos.

A 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes ocorreu entre os dias 8 e 10 de novembro de 2019. Para tanto, todas as propostas levantadas na fase preparatória foram compiladas, sistematizadas e apresentadas no Caderno da Conferência (SP, 2019a). Desse modo, foi possível que as pessoas participantes priorizassem, dentre as propostas anteriormente apresentadas, cinco para cada eixo temático.

Durante todo esse processo, desde a organização até a realização da 2ª Conferência, houve intensa atuação das mulheres ativistas sul-americanas, tanto como integrantes de coletivos quanto como participantes da FMIRA. Enquanto coletivos, as mulheres das Warmis e do Coletivo Sí Yo Puedo participaram da comissão organizadora. Já a participação das mulheres no âmbito da FMIRA se deu por meio da realização de uma conferência livre, realizada no dia 25/08/2019. O tempo para organizá-la, convocá-la e realizá-la foi de três semanas, como coloca Micaela (2019): “nessa 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, a gente criou uma conferência livre (...) em três semanas.”

Mesmo com a adoção de três modalidades diferentes para estimular a participação da população imigrante na segunda edição da conferência municipal, o número de pessoas que compareceram para as pré-conferências e conferências livres não foram muito expressivos, conforme apresentado na Tabela 1 e na Tabela 2.

Tabela 1 – Pré-conferências preparatórias da 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, São Paulo, 2019.

Categoria da entidade organizadora	Nome da entidade organizadora	Local e data de realização	Total de participantes
Pré-conferências municipais – de 01/08/2019 a 23/09/2019			
Comissão Organizadora Municipal	Município de São Paulo	Zona Norte: Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (16/08/2019)	53
	Município de São Paulo	Zona Sul: Centro Cultural Santo Amaro (17/08/2019)	54
	Município de São Paulo	Zona Leste: Centro Cultural da Penha (14/09/2019)	58
	Município de São Paulo	Zona Centro-Oeste: Biblioteca do Memorial da América Latina (15/09/2019)	74
Total de participantes		Imigrantes	110
		Brasileiras/os	129
		Total geral	239

Fonte: SP, 2019a. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Aqui se faz necessário ressaltar que o número de mulheres que estiveram presentes na conferência livre organizada pela FMIRA divulgado pelo município é inferior ao contabilizado por ela. A contagem somou 100 mulheres, quase o dobro do número divulgado; uma das possibilidades é que pode ter sido divulgado o número de mulheres inscritas na conferência e o comparecimento foi maior do que as inscrições.

Tabela 2 – Conferências livres preparatórias da 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes, São Paulo, 2019

Categoria da entidade organizadora	Nome da entidade organizadora	Participantes*		
Conferências livres – de 25/08/2019 a 22/09/2019		Brasileiras	Imigrantes	Total
Movimento Social	Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas e Apátridas (FMIRA)	25	40	65
	Coletivos Culturais Imigrantes de São Paulo	14	16	30
Educação	EMEF Des. Arthur Whitaker	0	13	13
	EMEF Vereador Sampaio	0	29	29
Academia	Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP)	13	14	27
Organizações que atuam com a temática migração	Centro da Mulher Imigrante e Refugiada (CEMIR)	1	12	13
	CAMI Equipe de Base	1	21	22
	ACNUR e Aldeias Infantis	2	15	17
	ACNUR e Cáritas SP	0	11	11
	ACNUR e Compassiva	0	18	18
	Comissão de Direitos Humanos OAM Brasil	4	6	10
Organizações que atuam com a temática migração	CAMI Equipe de Base	0	26	26
	CAMI Equipe de Base	0	7	7
	CAMI Equipe de Base	0	10	10
	CAMI Equipe de Base	0	6	6
	CAMI Equipe de Base	2	8	10
	CAMI Equipe de Base	0	10	10
	CEMIR, Grito dos Excluídos Continental, CEADL	7	16	23
Total geral de participantes		69	278	347

Fonte: SP, 2019a. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

*Devido ao baixo número de participantes na maioria das atividades, optou-se por apresentar somente os números absolutos sem a conversão em porcentagem para não interferir na leitura dos dados.

A análise da origem das entidades organizadoras possibilitou classificar algumas delas por tipo de agente de acordo com a origem de suas atividades, a saber: escolas municipais; ONU Brasil e parceiros. Desse modo, as duas escolas tiveram seus resultados somados na classificação “escolas municipais”. Já as conferências livres organizadas em parceria entre ACNUR e diversos outros atores e aquela desenvolvida pela Comissão de Direitos Humanos OAM Brasil foram agrupadas e classificadas como “ONU Brasil – organizações e parceiros”.

Também foi considerada na análise a quantidade de conferências livres realizadas por cada agente e, para verificar o alcance das atividades, foram somadas as pessoas participantes. Foi possível perceber que se destacaram três principais entidades com maior número de participantes. O CAMI Equipe de Base se destaca em primeiro lugar, somando 91 participações, das quais 88 imigrantes.

Na sequência tem-se a FMIRA, com 65 mulheres, 40 imigrantes. No entanto, se considerado o número da FMIRA, de 100 mulheres, a Frente assumiria a primeira posição, com o maior número de participantes em uma única atividade. Ainda que, para a análise, seja considerado o número oficial divulgado pelo município, é importante ter o registro da divergência dos dados. Na terceira posição estariam os organismos da ONU – ACNUR e OAM –, com o total de 56 participantes, sendo 50 imigrantes. Esses dados constam na Figura 3, no qual os números entre parênteses, no formato (N), representam o total de conferências livres realizadas por tal entidade.

Figura 3 – Participantes das conferências livres de acordo com a classificação das entidades organizadoras e nacionalidade dos participantes, São Paulo, 2019.

Fonte: SP, 2019a. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Os dados mostram a força aglutinadora da FMIRA que trabalhou todos os eixos da Conferência de maneira simultânea durante sua conferência livre. A comparação entre o total de participantes com o número de conferências livres que foram realizadas por cada uma das três entidades revela que, em uma única atividade realizada, a FMIRA mobilizou um número considerável para o debate, de 65 mulheres, que representam 71% do total de participantes da instituição que ocupa o primeiro lugar, o CAMI de Base, mas que, para atingir o total de 91 pessoas, precisou realizar sete conferências livres. Além disso, um outro fator importante é que na conferência livre da FMIRA todas as participantes eram mulheres, o que mostra a capacidade de mobilização e de articulação para a participação dessa categoria de pessoas no debate sobre imigração. Na mesma linha, o número de mulheres que a FMIRA obteve na sua atividade é maior do que o total de comparecimentos obtido pela ONU, que realizou quatro conferências livres com parceiros diversos e somou 56 pessoas.

Ao verificar o dado que a CPMig divulgou sobre as participantes da FMIRA em relação aos números das pré-conferências municipais, verifica-se que a Frente perde apenas para a pré-conferência realizada na zona centro-oeste, com 74 pessoas. No entanto, o número da Frente, de 100 participantes, supera as quatro pré-conferências realizadas. Nas outras três atividades, a soma de presenças foi inferior a 60, conforme dados demonstrados na Figura 4, que apresenta os números oficiais divulgados da conferência livre realizada pela FMIRA e as quatro pré-conferências organizadas pela CPMig.

Figura 4 – Participantes da conferência livre da FMIRA e pré-conferências organizadas pelo município, por região, São Paulo, 2019

Fonte: SP, 2019a. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Não foi possível realizar a análise por nacionalidade das e dos participantes das pré-conferências organizadas pelo CMI porque o município somente divulgou os dados com essa divisão para as conferências livres organizadas pela sociedade civil. Os números relativos às pré-conferências municipais somente foram estratificados por nacionalidade na sua totalidade. No entanto, verifica-se, na Tabela 1, que a maior participação foi a de brasileiros (129), com 54% de representatividade.

Ainda sobre os alcances da FMIRA, é de se considerar a informação da entrevistada Micaela (2019), que o tempo que a Frente teve para se organizar, convocar, preparar e realizar a conferência foi de três semanas. Nesse curto período foi possível atingir um número significativo de mulheres engajadas e dispostas a participar do debate sobre política pública e a proposição de ações municipal para imigrantes.

Outro ponto importante a se considerar é que nas pré-conferências municipais todas as pessoas envolvidas na organização, fossem integrantes da comissão da conferência (comissão organizadora, CMI, CPMig, OIM-ONU, entre outros) ou voluntárias e voluntários para apoiar na realização, foram relacionadas em uma planilha de controle de presença utilizada para mensurar e qualificar as pessoas que compareceram nas atividades. Essa também seria uma categoria importante de estratificar para analisar os dados da efetiva participação da

população em geral, principalmente da parcela de imigrantes nas pré-conferências municipais. No entanto, esses dados não foram disponibilizados para consulta pública.

Na atuação da FMIRA, diferentemente daquela do município, percebe-se uma convergência na ação e nos resultados, uma vez que quem organiza é um movimento composto por mulheres imigrantes, cuja luta é, entre outros temas, pela visibilidade e participação efetiva dessa população no espaço político. Entende-se que a estratificação entre organizadoras da atividade e participantes não se faz necessário para a análise dos resultados uma vez que são mulheres imigrantes organizando e participando da atividade e estruturando propostas sobre a temática migratória.

A entrevistada Micaela (2019) observa o amadurecimento e o crescimento na atuação das mulheres ao comparar a luta pela participação no construir da política da 1ª Conferência em relação a 2ª Conferência, com a participação dos coletivos com sua diversidade de temas reivindicatórios, como o direito ao aborto seguro e gratuito, somado a temas relacionados à educação. Nesse contexto, Micaela (2019) afirma que

[...] nessa 2ª Conferência não estão somente as Warmis, estão os Coletivos de Mulheres Imigrantes, mas também estão as Argentinas. Nessa 2ª Conferência elas trazem toda essa luta sobre o direito ao aborto seguro e gratuito. A REDE MILBI, o Coletivo Sí Yo Puedo que traz a educação, os temas de educação, o direito a educação. Então, isso traz uma fortaleza que mostra também o crescimento desse movimento [...] que, desde 2012, 2013 se não me engano, foi a 1ª Conferência, muito antes da Lei. [...] passou quase seis anos para acontecer a 2ª Conferência (MICAELA, 2019).

Esse amadurecimento e fortalecimento foi iniciado quando as mulheres sul-americanas imigrantes se articularam com a representante da SMPM para trazer a mulher imigrante para o debate sobre política pública, perpassando desde a participação nos debates preparatórios da Lei Municipal que institui a PMPI até o envolvimento em todo o processo da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes. Para essa última atividade, essas ativistas atuaram em diversos momentos, como a participação na Comissão Organizadora da segunda edição da Conferência; a organização, articulação, mobilização e realização de uma conferência livre num período curto de três semanas; e a forma de mediação de debates em alguns eixos durante a realização da 2ª Conferência. Para conquistar esses espaços elas utilizam de estratégias de lutas e resistências

3.3 As lutas e estratégias de resistências

Não é que não temos consciência política, temos tanta consciência política que sabemos nossas limitações (MICAELA, 2019).

Apesar de as ativistas imigrantes terem conquistado resultados significativos em sua trajetória de luta em um curto período, no cotidiano enfrentam várias situações que exigem estratégias de lutas e resistência para seguir com a ruptura da relação estabelecida.

No que diz respeito às lutas atuais travadas pelas ativistas imigrantes, é possível dividi-las em três grandes temas: os direitos básicos e sociais; a participação política; e, também, a visibilidade e respeito à interculturalidade e à diversidade sexual.

Quanto aos direitos básicos e sociais, são apontados como principais reivindicações atuais o acesso aos serviços de saúde, educação, moradia e trabalho. Os direitos universais de saúde e educação são vinculados à questão da interculturalidade que, por sua vez, traz luz para a necessidade de a população brasileira conhecer a cultura da população imigrante e respeitar seus costumes e manifestações culturais, como relata Sofia (2019)

são lutas mais direcionadas para o acesso a saúde e, sobretudo, para além do acesso, é o respeito à interculturalidade na saúde [...]. Tem umas questões sobre educação, que tem a ver sobretudo com a educação dos filhos por uma parte e também, de novo, a questão da interculturalidade na educação [...] Tem depois toda uma parte que tem a ver com uma questão cultural, de respeito a expressões e manifestações culturais e de ocupação de espaços públicos (SOFIA, 2019).

Ainda sobre essas reivindicações, Domitila (2018) avalia que muitas lutas das mulheres imigrantes em relação aos direitos básicos e sociais vão ao encontro das necessidades das mulheres brasileiras. No entanto, pondera que as últimas estão, de certa maneira, protegidas pela legislação. Afirma que “várias pautas que as mulheres imigrantes têm são pautas aqui das mulheres da cidade de São Paulo, só que você, como mulher brasileira, a lei te garante de alguma forma, a nós imigrantes, não”. Micaela traz em sua fala a convergência do que foi registrado também com as demais entrevistadas, sobre o acesso aos direitos básicos e o respeito à interculturalidade, acrescido da união com outro coletivo para ampliar a luta

[...] um dos aspectos que a gente concorda bastante, com certeza na luta, é o direito a uma saúde universal de fato. Uma saúde universal, mas não só uma saúde universal... Se une com as Warmis, que é outro grupo de mulheres, é uma saúde universal e intercultural (MICAELA, 2019).

O segundo destaque na luta das ativistas imigrantes é a participação política. O direito ao voto é uma bandeira levantada por essas mulheres por unanimidade. Alicia (2018) afirma

que “tem que lutar pela estrutura de direitos políticos” e deslinda um marco na conjuntura política municipal em relação a isso: “realmente o primeiro que abriu as portas foi o Fernando Haddad, porque antes disso não existia outro tipo de participação política como imigrante dentro da política brasileira”. Domitila (2018) contesta a cidadania plena e reflete sobre a dificuldade para se atingir essa plenitude cidadã sem o direito ao voto.

O tema do voto, o direito ao voto, porque isso daria uma cidadania plena que não temos. Porque se você vê todas as demandas, para mim, deriva disso, de não ter sua cidadania plena, então, sempre parece ter direito a saúde, direito a educação [...]. Então, você não ter uma cidadania plena acho que nos quita direitos, você não pode transitar na cidade, nos espaços, como todas as pessoas (DOMITILA, 2018).

Nesse mesmo sentido, Sofia (2019) convida a continuar a reflexão sobre a restrição de direitos políticos e lança a questão “como que a gente faz para ser considerado quando não tem o direito ao voto?”. Essa reflexão é ressignificada com a análise crítica que Micaela traz em sua entrevista sobre a consciência política da população imigrante:

[...] mesmo que a Constituição fale que nós temos os mesmos direitos, direitos iguais, mas se a gente não tem o direito político de votar, de eleger um X candidato ou candidata, a gente vive é de esmola. A gente termina fazendo *lobby* pra lá e pra cá conversando com um e com outro [...] alguns falam “Ah, os imigrantes não têm consciência política”. Não é que não temos consciência política, temos tanta consciência política que sabemos nossas limitações (MICAELA, 2019).

Conforme mencionado no capítulo anterior, a luta das mulheres pelo direito ao voto ganhou repercussão mundial na chamada primeira onda do movimento feminista, que ocorreu no final do século XIX e início do século XX (PISCITELLI, 2009). Desde então, as reivindicações feministas foram muito atualizadas, já que na primeira onda a luta das mulheres estava voltada para a sua inserção na esfera democrática, a possibilidade de participar da vida política por meio da garantia do voto. Embora em meados da década de 1990 se tenha conformado o movimento da terceira onda feminista, relacionadas às desigualdades e questões de gênero, percebe-se que as ondas feministas não são congeladas no tempo, são movimentos que podem ocorrer simultaneamente, haja vista a luta das mulheres ativistas imigrantes em São Paulo pelo direito ao voto, o direito ao cuidar e decidir pelo seu próprio corpo e o respeito à diversidade sexual, reivindicações que representam uma mescla entre a primeira, segunda e terceira onda feminista.

O terceiro tema da luta das ativistas sul-americanas imigrantes está relacionado à visibilidade, respeito à interculturalidade e à diversidade sexual. Nesse aspecto, Domitila (2018), Juana (2018), Micaela (2019) e Sofia (2019), conforme detalhado no tópico anterior, relataram a necessidade de as ativistas da FMIRA solicitar a criação do eixo “Migração,

gênero e corpo”, no VII FSMM, e destacam esse acontecimento como exemplo da luta pela visibilidade e pelo respeito à diversidade sexual.

Em relação à diversidade sexual, Micaela traz a luta da REDE MILBI sobre essa relação da mulher com seu corpo e com sua diversidade sexual. De acordo com a entrevistada, a luta está relacionada com “o cuidar do corpo também nessa diversidade, pensando desde a Rede, pensando nessa diversidade que também esse corpo não se relaciona somente com pênis”.

A interculturalidade aparece vinculada a três questões: o acesso à saúde e educação tendo como premissa a interculturalidade; o “respeito a expressões e manifestações culturais e de ocupação de espaços públicos”, como apontado por Sofia (2019); e também “o tema da não discriminação, porque tem discriminação nas escolas com seus filhos, tem discriminação de imigrantes nos espaços públicos, tem discriminação para conseguir trabalho”, verbalizado por Domitila (2018).

As estratégias relatadas abarcam tanto a expressão de seus costumes e cultura quanto a movimentação política. Percebe-se que, no que se refere às resistências das mulheres imigrantes, as ativistas entrevistadas fazem uma leitura tanto micro quanto macro de atuação. No que diz respeito à identidade cultural, sua expressão pode se dar por meio da utilização do idioma nativo como uma forma de resistir ou, ainda, da ocupação de espaços pela população imigrante, como a feira da Praça Kantuta realizada aos domingos, conforme indicado por Juana (2018).

De acordo com Domitila (2018), a resistência ocorre tanto no quesito individual, na importância de a mulher manter consigo sua cultura e seus costumes, quanto no âmbito da coletividade, do grupo, e aponta os coletivos como uma estratégia de resistência política, contribuindo, assim, para a marca de sua identidade cultural.

A principal forma de resistência das mulheres imigrantes é negar-se a esquecer sua identidade, suas raízes, porque elas transmitem essas práticas, costumes, saberes, não? Entre a comunidade que estão, seus filhos. Essa é a principal resistência, que eu acho. Depois você já vai ter coletivos que vão organizando-se politicamente, mas sempre a resistência está em relação à nossa identidade cultural (DOMITILA, 2018).

Sofia (2019) destaca a ocupação dos espaços públicos – tais como a Avenida Paulista e as ruas do centro da cidade durante as marchas, além do CCSP e da Praça Kantuta – como uma importância estratégia de resistência, ainda que a maioria desses espaços sejam, em sua maioria, produzidos pela própria população imigrantes. A entrevistada destaca a importância

da atuação da FMIRA em tais espaços, ressaltando-a como “uma forma de resistência e de ação política também (...) uma forma ou uma estratégia para conseguir atuar em alguns contextos em que só os coletivos não seriam suficientes, ou não teriam a mesma força”. Porém, a ativista, ao refletir sobre a atual conjuntura, pondera que “os poucos espaços que a gente tem não são deliberativos, são apenas consultivos, por exemplo, esse tipo de conferências [2ª Conferência]”.

A entrevistada também traz uma questão importante na sua análise sobre as resistências das mulheres imigrantes que é o pertencimento a um grupo, ao sentimento de estarem, de certa forma, acolhidas coletivamente, em um contexto político que tenta “te desumanizar enquanto sujeito migrante”

Um outro tipo de resistência que acho que tem a ver com uma questão mais subjetiva talvez, que tem a ver com uma resistência pela formação de comunidade, e que aí eu acho que é super importante essa questão de formar parte de um grupo, sabe? De pertencer a um lugar, e eu acho que isso é uma forma de resistência nesses momentos tão difíceis que a gente tá vivendo agora de, enfim, de desastre político, em tudo quanto é lugar, há lugares que você tem que estar mais contida. Então é super importante. Eu acho que isso também é uma forma de resistência, desse momento que tem toda uma série de coisas, de políticas que tentam te desumanizar enquanto sujeito migrante (SOFIA, 2019).

Seguindo a ampliação do olhar para a resistência, conforme percebido na fala de Sofia (2019), as ativistas entrevistadas trazem um olhar tanto para o contexto paulistano – a exemplo do coletivo PAL, que já articulou algumas reuniões na Câmara de Vereadores para tratar da causa migratória, como informou Micaela (2019) –, como também direcionam a análise para a atual conjuntura política vivida na maioria dos países sul-americanos. Nesse sentido, Alicia (2018) relata que

Hoje em dia estamos numa fase filosófica sociológica no mundo de que estão mudando os paradigmas e as formas de resistência que a gente conhecia, hoje não estão dando resultado. Então é realmente uma busca e eu acho que hoje não temos resposta, porque tudo o que a gente faz até agora não tá dando resultado, então é continuar na mesma luta, continuar, sabe, tendo voz, gritando e se fazendo aparecer em todos os lugares, mas isso não quer dizer que isso está realmente resultando, como não está resultando nas outras formas de luta, né? As manifestações hoje em dia não estão dando resultado, os paradigmas estão mudando e a gente ainda não chegou em um equilíbrio onde possamos falar “Bom, isso sim, aqui dá resultado”. Você vê, estão deitando e rolando em cima de todos os protestos, de mortes e tudo e não... eles continuam fazendo o que querem e, no final, as pessoas terminam cansando [...]. Acontece aqui, acontece na Argentina, acontece no Chile, então, não tem um resultado efetivo porque eles fizeram a reforma previdenciária, fizeram a reforma laboral e você vê que é um programa que está dando em toda a América Latina (ALICIA, 2018).

Para além das resistências construídas pelas ativistas sul-americanas imigrantes que se movimentam pelas instâncias e construções políticas em São Paulo, Micaela (2019) relata

uma outra forma de resistência, que intitula de espaços “micro de resistência” que é o trabalho realizado por mulheres imigrantes que estão fora desses “espaços formais políticos”. De acordo com a ativista, essas mulheres, localizadas em Guaianazes, Carapicuíba, Vila Maria Alta, mesmo “não estando nesses espaços formais políticos, elas fazem uma resistência dentro de suas próprias comunidades”

Em Vila Maria Alta tinha a mulher pastora e ela de alguma forma era uma figura de referência para as outras, ou era uma figura de referência para o ideal da família, porque tem toda essa ideia da família, né? Que vem da religião, do evangélico [...] então criam uma rede de articulação que talvez nós não temos essa vantagem de entrar, só se elas nos permitirem. Então, eu acho que as mulheres imigrantes circulam por diferentes espaços, só que muitas vezes os espaços terminam sendo espaços micro de resistência. E talvez, às vezes, nos sentimos curtas [por] não conseguir chegar nesses espaços, ou chegar [e não conseguir] essas articulações. Às vezes chegamos nesses espaços, mas a articulação é pontual, não se consegue uma manutenção porque não temos pernas, não temos mãos, não temos um financiamento externo, a gente se autogestiona, né? Então, assim, eu acho que mulheres imigrantes com potencial de construção e de resistência tem em vários espaços da cidade de São Paulo (MICAELA, 2019).

As ativistas imigrantes sul-americanas, ao traçarem suas estratégias de resistência, estão atentas e consideram em suas análises tanto o que ocorre nas diferentes porções da cidade de São Paulo, mesmo sem conseguir alcançar outros grupos de mulheres que cotidianamente produzem espaços de micro resistência, quanto para além das fronteiras brasileiras, direcionando o olhar para os países vizinhos, como Chile e Argentina.

3.4 Espaços de fala e escuta para as mulheres imigrantes

Para quem são os espaços de participação que a política municipal para imigrantes abre? (SOFIA, 2019).

Foram identificados alguns entraves para que a população imigrante consiga obter espaços de fala, principalmente quando particularizada a situação da mulher imigrante. São diversas as razões para que exista esse apagamento das pessoas de outras nacionalidades da participação ativa em espaços democráticos deliberativos. A primeira delas, conforme já exposto, é a negação a imigrantes do direito ao sufrágio, a impossibilidade de votar que as exclui da vida política. O voto traria a cidadania plena para a parcela populacional imigrante, que poderia escolher seus representantes políticos e direcionar suas reivindicações nessa esfera. No Brasil, a legislação federal proíbe a população imigrante de votar em qualquer âmbito, municipal, estadual ou federativo.

A agenda política migratória na cidade de São Paulo, como contraponto, por meio da Lei Municipal 16.478 (SP, 2016a), concedeu o direito de votar e ser votada às pessoas

imigrantes nos conselhos representativos, de controle social e de fortalecimento de ações de redução das desigualdades, como o Conselho Participativo Municipal, o CMPM e o CMI. A cidade criou um discurso de abertura do poder público municipal para a inclusão e engajamento da população imigrante nos seus debates e construção de política.

Porém, quando a busca ocorre nos acontecimentos cotidianos, verifica-se que as práticas discursivas da gestão municipal não condizem com os discursos construídos publicamente. Na organização e formação do CMI, as ativistas imigrantes encontraram algumas barreiras para participarem como conselheiras devido a falhas de comunicação no processo de organização e instituição do conselho

[...] a gente começou a participar da comissão que organizaria a ação, que pensaria e organizaria o Conselho [Municipal de Imigrantes]. E aí, no meio do caminho, a gente ficou sabendo que se você participasse dessa organização você não poderia ser candidato. Foi uma coisa muito confusa, a gente ficou bem chateada até porque, enfim, foram umas informações meio confusas que não dava para entender. No final a gente não podia se candidatar enquanto coletivo. Podia colocar como uma candidata individual, mas que também não conseguimos. [Com as informações da Coordenação de Políticas para Imigrantes] acaba acontecendo sempre, tipo: “Ah, vocês não leram? Estava lá, como vocês não sabiam?”. Um monte de coisas (SOFIA, 2019).

Percebe-se que os espaços em que as mulheres imigrantes tem possibilidade de falar e ser escutada são aqueles criados e conquistados por elas próprias. Quatro das cinco entrevistadas concordaram sobre esse ponto. Alicia (2018) narra que os espaços são conquistados “aos gritos”

Não sei se tem espaços que não sejam os espaços dos imigrantes mesmo, tem muito isso de falar entre os imigrantes. Se está tentando, sabe, lutando e fazendo: a gente tentou fazer atividades nas escolas e não conseguimos, olha que fomos em muitas escolas para levar um programa que tínhamos preparado, não conseguimos entrar. Tentamos entrar no conselho participativo e teve pouca participação. A única forma de lugar de fala até agora é aos gritos, sabe? Entrar aos gritos e falar “Aqui estou”. Já aconteceu aqui na Câmara de Vereadores, na dos Deputados (ALICIA, 2018).

Sofia (2019) exemplifica que os espaços, tanto do CCSP quanto aquele ocupado dentro da Comissão Organizadora da Conferência Municipal, foram conquistados por elas para serem ocupados. A entrevistada assinala a abertura esporádica que alguns veículos de comunicação da mídia alternativa concedem para as mulheres imigrantes em momentos específicos, assim como a academia que atua da mesma forma, convidando ativistas imigrantes para mesas de debate

[...] a maioria dos espaços de fala que a gente tem são os espaços que a gente constrói pra gente mesmo. [...] o espaço que a gente tem no Centro Cultural São Paulo é um espaço que a gente conseguiu, não é que eles abrem pra gente. O espaço dentro da Comissão Organizadora da Conferência Municipal é um espaço que a

gente abriu indo lá, não é que eles abrem assim. Então acho que esses espaços de fala [...] a maioria deles é coisa que a própria gente luta pra ter, pra ocupar. A mídia alternativa abre pra gente em alguns momentos específicos, a própria academia em momentos específicos, “Ah, vai ter uma mesa”, aí chama alguém para falar, mas como coisas mais pontuais (SOFIA, 2019).

Domitila (2018) corrobora para essa leitura de que os espaços de fala são aqueles construídos pelas próprias mulheres imigrantes para abarcar temas que estão alinhados com os seus interesses e que são importantes para as imigrantes. A ativista explica que, nos espaços onde são convidadas para estarem, é apenas para validar o que estão propondo e não para participar e construir junto

Os espaços de fala são os que nós criamos porque quando nos convidam a eventos, eventos que são organizados por outros [...] é para sair na foto, não falam ou se falam algo ninguém ouve, falam para ninguém. Eu mesma já fui e depois eu falei “não vou mais”, porque você vai falar e você vê que é como que algo do protocolo, mas não vai influenciar em nada e não importa nada, que é só para validar o que estão fazendo aí. Então esses espaços de fala para mim não são espaços de fala, são lugares que te levam para falar para validar o que estão fazendo porque não levam em conta o que você está falando, te utilizam. Os espaços de fala são os que nós criamos, porque são temas que tem a ver conosco, que nos importam, esses são os espaços de fala, os que as mulheres imigrantes vão criando (DOMITILA, 2018).

Já Micaela (2019) demonstra em seu relato o cuidado progressivo que as ativistas imigrantes estão tomando em relação aos espaços de fala que são proporcionados por instituições, academia e pesquisadoras com o intuito de modificar a percepção que se tem de mulheres imigrantes como “coitadinhas” e a visibilidade que ocorre para o “sofrimento brutal das imigrantes”. Assim como as demais entrevistadas, ratifica que os espaços de fala são aqueles proporcionados pelas próprias mulheres imigrantes

[...] cada vez mais a gente também tem exigido um cuidado de parte de pesquisadoras, de parte de instituições públicas que convocam, ou seja, para articulações, e tentamos que essas articulações sejam o mais horizontal possível que não soe assim como as coitadinhas, “Ah o sofrimento brutal das mulheres imigrantes”, como se não tivéssemos capacidade de a gente se articular. [...] Nós tentamos que as pessoas que compõem, que circulam também como voluntários, que circulam como pesquisadoras nos espaços que nós criamos, porque esses espaços foram nós que criamos, nós que exigimos, nós que articulamos (MICAELA, 2019).

Acrescenta-se a esses apontamentos a linguagem que se espera que as mulheres imigrantes adotem para participar dos espaços que são oferecidos a elas. Domitila (2018) relata o cerceamento existente em relação às falas das mulheres imigrantes nos espaços políticos e que há algo que opera de maneira imperceptível, porém fortemente. Nessas situações, o papel do coletivo é o de fortalecer essas mulheres a partir da valorização e do reconhecimento da importância do que elas têm para falar, independentemente da forma que se expressam

[...] porque tem uma linguagem nas reuniões políticas, não? Na linguagem já tem as palavras-chaves que você tem que utilizar para ser ouvida, para ser levada a sério, para ser importante o que você fala. E essas mulheres falam em uma linguagem simples, mas de experiência do que elas experimentam e não são levadas a sério. E falam como “Ah, não sabem. Coitada, não sabe”. Claro que sabe, muito mais do que aquelas que estão muitas vezes aí, só que elas, inclusive, têm essa consciência de classes. (...) Não se percebe como opera, mas é muito forte como opera nos espaços políticos e o que nós como coletivos, por exemplo, tentamos fazer é ajudar essas mulheres para que tenham as ferramentas para que elas valorizem todo conhecimento que elas têm, que não importa como ela expressa, é importante. E que não deixem que outras pessoas falem para elas que elas não sabem, porque elas sabem. E é bem difícil, leva tempo, mas você consegue. Tem algumas meninas que se você vê como era antes e como elas falam, como se colocam, eu sinto orgulho, sabe? Algo bom estamos fazendo. Algo bom, algo muito bom, se essas mulheres já fazem essa transformação... (DOMITILA, 2018).

No que diz respeito à escuta das ativistas imigrantes nos espaços de fala de debates produzidos pelo poder público sobre a temática migratória, percebe-se no discurso das entrevistadas uma diferença de atuação entre as duas últimas gestões municipais, entre o período governado pelo PT, de 2013 a 2016, na figura de Fernando Haddad, e a atual administração, de 2017 a 2020, do PSDB, até abril de 2018 administrada por João Dória, que se afastou à época para concorrer e assumiu, após as eleições, o cargo de governador do Estado, passando a administração municipal para Bruno Covas, atual prefeito, reeleito para o período de 2021 a 2024. Houve um distanciamento na relação entre as mulheres ativistas imigrantes e as esferas públicas municipais na última gestão (2017-2020, do PSDB), o que foi relatado por quatro entrevistadas.

Domitila (2018) afirma que, na gestão Fernando Haddad, a parceria foi mais bem-sucedida com a SMPM do que com a CPMig, sendo que com a última quase não houve contato. Isso porque essa coordenação generalizava a temática imigrante e não considerava as reivindicações apresentadas pelas mulheres imigrantes. Com a SMPM, a situação era diferente, a mulher imigrante foi incluída e convidada a participar das proposições, planejamento e realização das ações desenvolvidas. Apesar de reconhecer a importância da CPMig na articulação das bases necessárias para a construção da política municipal para imigrantes, as entrevistadas pondera que, até o momento em que foi entrevistada (em 2018), não havia relação alguma com a atual gestão dessa Coordenação, na administração peessedebista. Nesse mesmo sentido, o relato de Juana (2018) vem ao encontro ao de Domitila, apontando que, mesmo com a Coordenação tendo mulheres imigrantes compondo sua equipe, há pouca aceitação e participação.

A dificuldade de participação e a não escuta das ativistas imigrantes nos espaços de fala promovidos pelas ações desenvolvidas pela CPMig, na atual gestão, foi percebida ao

longo de 2018, desde a criação do CMI, e 2019, nas ações preparatórias para a 2ª Conferência, realizada em novembro de 2019. De acordo com Sofia (2019), algumas dificuldades foram percebidas no primeiro momento para criar o CMI, e foram crescendo com o decorrer do tempo: “naquele momento tinham umas dificuldades que hoje a gente tá vendo que são muito maiores”

tem umas coisas que a gente pode deixar de exigir, mas está difícil uma e outra situação [...] a Política Municipal de Imigrantes continua sendo muito boa, interessante e tal, tem umas coisas como agora essas conferências que é difícil que a participação seja realmente efetiva (SOFIA, 2019).

Micaela (2019) aponta alguns entraves que existiram no processo de organização da 2ª Conferência. A falta de acesso à agenda das reuniões resultou na solicitação da FMIRA ao CMI para publicar as reuniões sobre a segunda edição da Conferência para que as pessoas e coletivos imigrantes pudessem participar dessa etapa organizativa

[...] nós colocamos algumas questões que consideramos que talvez o Conselho não estava conseguindo olhar, que é justamente sobre a divulgação das reuniões. É uma das coisas que nós começamos a dizer “Olha, quando vocês estão se reunindo? Isso vocês têm que divulgar para qualquer pessoa, qualquer migrante, qualquer coletivo pudesse também participar como ouvinte” (MICAELA, 2019).

Acrescenta-se a contestação oficial da FMIRA, via carta à CPMig, sobre a formação da Comissão Organizadora para acompanhar o processo e, somente a partir dessa reivindicação da Frente, o processo se tornou público. Sobre a reivindicação de alterar o tema da 2ª Conferência, a entrevistada Micaela (2019) relata que foi contestado pelas mulheres ativistas imigrantes por não se sentirem contempladas pela afirmação “Somos Tod@s Cidadãos”, mas, de acordo com a CPMig, não era possível alterar. Micaela reflete e questiona se “não tem direito a voto, não é cidadão. Então é meio-cidadão? É pseudocidadão?”

Como foi pensada essa comissão organizadora? Se fez uma convocatória para pertencer a essa Comissão Organizadora dessa Conferência ou não? Vai ser feita ou não? Então, tudo ficava como que circulando entre as pessoas que estavam mais próximas da coordenação da Conferência. Então, nós fizemos esse embate, mandamos uma carta como Frente para solicitar informações disso e que nos esclarecesse também o lema que nós falamos que o lema da Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes não representava a população imigrante. Isso não conseguimos mudar, porque nós fizemos esse embate “somos todos cidadãos” Como que somos todos cidadãos? Isso foi um embate, que a gente fez, que colocou, mas não foi para a frente, falaram que tínhamos falado muito tarde, que tínhamos feito a intervenção muito tarde. Então, a gente teve um ganho de publicar, de fazer um chamado para pertencer a uma comissão organizadora. Publicaram nas redes sociais, já se tornou público. A partir daí se tornou público formar a comissão organizadora. Atualmente não se sabe mais a público quando são as reuniões (MICAELA, 2019).

A visibilidade da população LGBTQIA+ em um eixo distinto daquele que abordava a temática da mulher foi outra contestação realizada pelas ativistas imigrantes da REDE MILBI.

No entanto, não foi possível separar os temas em dois eixos. Micaela (2019) comentou sobre a carta assinada pela FMIRA e enviada oficialmente à CPMig

[Sobre] a organização da Conferência Municipal de Políticas, a 2ª Conferência, a gente teve alguma dificuldade, ou seja, que seja de fato um espaço participativo e público. Fizemos a observação. Outra observação que fizemos como Frente, e não somente como coletivo X, Y, foi [sobre] o debate da representatividade. “Se está falando com população LGBT, não se está falando com população LGBT?” Porque somente existe um eixo que fala mulheres e LGBT, tudo junto? Por quê tudo junto? Mulheres e LGBT são diversidade. Então, como que ficam de fora algumas questões (MICAELA, 2019).

A ausência de escuta para a população imigrante é verificada também na atuação do próprio CMI, organismo que representa os interesses da população imigrante e apresenta ao município suas necessidades e demandas. Sobre isso, Sofia (2019) verbaliza que

A gente sempre acaba burocratizando essas instâncias de participação, eu acho que talvez esses representantes [do CMI] que foram votados [...] eles acabam ficando muito fechados ali para as questões que eles têm que fazer, eu acho que eles devem ter umas coisas assim específicas, umas atividades e aí é isso (SOFIA, 2019).

Não é somente no âmbito da CPMig e do CMI que a existe a ausência de escuta e de espaços de fala para as mulheres imigrantes. Alguns entraves foram vivenciados pelas mulheres do CMPM na relação com a Coordenação de Política para Mulheres²². Micaela (2019) apresenta um discurso contundente sobre as dificuldades vivenciadas pelas mulheres imigrantes nessa gestão do PSDB e relata que, no período de um ano, foram nomeadas quatro coordenadoras. A entrevistada faz uma leitura de como o governo municipal, na gestão vigente (PSDB, 2017-2020), iniciou uma política de destruição dos direitos sociais, o que rebate diretamente na atuação das mulheres ativistas imigrantes

A Coordenação de Políticas para Mulheres, em um ano, passou por quatro coordenadoras indo e voltando, né? Saindo, um mês falava com uma, dois meses depois era outra coordenadora, depois dois, três meses novamente outra coordenadora [...] saiu Haddad da Prefeitura e começou uma política micro e macro de destruição dos direitos sociais, né? (MICAELA, 2019).

A morosidade também foi um marco na implantação do CMPM e no desmantelamento da organização e da articulação das mulheres. O Conselho teve sua formação pela sociedade civil em 4 de dezembro de 2016, fim da gestão de Fernando Haddad (PT, 2013-2016), assim, coube ao então novo prefeito eleito, João Dória (PSDB, 2017-2018), designar as representantes do poder público. Micaela (2019) sintetiza o que ocorreu e narra como a ação do poder público conseguiu desarticular o CMPM e desmotivar a ação de movimentos sociais

²² Como já mencionado, na gestão de João Dória, a SMPM foi extinta e criou-se a Coordenação de Política para Mulheres, assentada na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Dória estava demorando muito [para instituir o Conselho]. Depois que foi instituído, foi a questão da Casa da Mulher Brasileira que se tinha supostamente inaugurado, mas precisava fazer um edital porque tinha que pedir dinheiro do âmbito federal para que o município se encarregasse de coordenar a construção [...]. E nisso, demorou [para sair] o edital, conseguiram e construíram. Bom, terminaram a construção, isso para julho de 2017. Depois disso veio agora a administração. Quem vai administrar? Vai ser um edital para selecionar? Vai ter uma pessoa nomeada? Como vai ser? E já era outra pessoa, sabe? Já era outra coordenadora. E assim passaram quatro coordenadoras no ano. Depois foi a Secretaria de Direitos, a Secretaria de Políticas para as Mulheres tinha sido retirada por um decreto, e ela era uma lei, então, o Conselho [CMPM] se movimentou para dizer a Dória “Olha, você cometeu um crime, você precisa restaurar a Secretaria de Políticas para as Mulheres porque ela foi criada por uma Lei [que] não pode ser retirada por decreto, ela precisa passar pela Câmara Municipal para que a partir da votação ela seja retirada. Esses são os passos, não pelo Decreto”. Então a gente se movimentou e tal e todo mundo empolgado, vai voltar a Secretaria. Não, porque no final ele criou um Projeto de Lei, eu acho que era [Bruno] Covas já nessa estória, criou o Projeto de Lei e apresentou na Câmara [que] votou a favor da extinção. Então, no final, a gente não tinha mais nem o sonho da Secretaria. E assim culminou o ano. E aí as pessoas foram, assim, se desarticulando, a ideia desse plano malvado era ir desarticulando os movimentos sociais (MICAELA, 2019).

É perceptível que, na gestão municipal em vigência até 2020, reeleita para o próximo período de 2021 a 2024, não há espaços abertos para que as mulheres imigrantes garantam sua participação real e efetiva. Ainda que alguns espaços sejam ocupados por mulheres imigrantes, como as comissões que organizam e articulam o debate sobre a agenda política migratória local, a participação ocorre de maneira formal, como estratégia de ter a presença da mulher imigrante para validar o que é produzido pelo órgão público. No entanto, percebe-se que há algumas rupturas nas relações estabelecidas e a tentativa de produção de espaços mais democráticos para a mulher imigrante, como sua atuação na 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes reivindicando a publicização do processo organizativo e a conformação da Comissão Organizadora. Soma-se a isso a realização da conferência livre pela FMIRA, que conseguiu mobilizar e articular um número significativo de mulheres para construir suas próprias propostas para a referida conferência.

3.5 A atuação transversal intercultural das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes e a prática discursiva

(...) era muito difícil imigrante na mesa e nunca queriam nos convidar, sempre faziam eventos maravilhosos e nunca uma imigrante na mesa. E aí nós falamos “bom, nós vamos organizar nosso evento e vamos estar na mesa” (DOMITILA, 2018).

A prática discursiva observada durante a pesquisa revela a posição de subalternidade imposta às mulheres imigrantes nos diferentes momentos de luta e espaços de resistência. O silenciamento e a proibição da fala da mulher sul-americana imigrante é percebida quando é

necessário entrar aos gritos na Câmara de Vereadores para serem escutados e vistas ou quando são rotuladas como “coitadinhas”. Soma-se a isso a necessidade de dominarem as “palavras-chave” para que o discurso institucional possa escutá-las.

No período estudado, de 2013 a 2019, foram identificados momentos importantes tanto da iniciativa do governo municipal para instituir e implantar a política voltada para a garantia de direitos à população migrante quanto da atuação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes que, conforme exposto, lutaram pela inserção da mulher migrante no debate político e na construção e implantação da política pública para a população imigração. Os Quadros 5 e 6 condensam os principais momentos identificados, estão divididos entre as duas gestões municipais para facilitar a visualização da atuação do poder público nas diferentes administrações em relação à temática migratória.

Quadro 5 – Cronologia dos principais acontecimentos na gestão municipal de São Paulo de 2013 a 2016

Ano	Ações do Município*	Ações das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes
2013	Maio	
	Cria a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) – Art. 242 da Lei Municipal 15.764/2013	
	Cria os Conselhos Participativos – Art. 35 da Lei Municipal 15.764/2013	Eleita Conselheira Extraordinária Conselho Municipal Participativo da Subprefeitura de Pinheiros - ativista autônoma
	Institui a Comissão Organizadora Municipal para a 1ª Conferência de Políticas para Imigrantes – Portaria nº 91/2013 da SMDHC	Integram a Comissão Organizadora – Warmis e PAL Compõem equipe de consolidação dos resultados da 1ª Conferência – Warmis e PAL
	Novembro	
	Realiza a 1ª Conferência de Políticas para Imigrantes – Decreto nº 54.476/2013	Eleitas delegadas para a 1ª COMIGRAR – ativista autônoma, Sí Yo Puedo, Warmis e PAL
2014	Janeiro a dezembro	
	Inaugura o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI)	Conformam a FMIRA
2015	Julho	
	Realiza o 1º Seminário Mulheres Imigrantes e Acesso às Políticas Públicas	Articulam com a SMPM e a outros coletivos para realização desse 1º Seminário – Warmis
2015	Agosto a novembro	
	Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População migrante – Decreto nº 56.353/2015 e Portaria 161/SMDHC/2015	Integram o Comitê Intersetorial que prepara a redação textual da Política Municipal – Warmis e PAL
2016	Janeiro	
	Estabelece Termo de Cooperação com OPAS/OIM e implanta o Projeto de Educação Permanente em Saúde	Integram equipe de Mediadoras culturais – ativista autônoma e Warmis
	Julho	
	Realiza o VII Fórum Social Mundial das Migrações em SP – ação realizada sem vinculação com o governo municipal	Reivindicam espaço de fala na abertura e a participação de 50% de mulheres nas mesas redondas. Criam o Eixo Migração, Gênero e Corpo - FMIRA.
	Institui a PMPI – Lei Municipal nº 16.478/2016	
	Realiza o 2º Seminário Mulheres Imigrantes e Acesso às Políticas Públicas	Organizam, participam e produzem a relatoria desse 2º seminário – FMIRA, Warmis, Sí Yo Puedo e PAL
	Dezembro	
	Regulamenta a Lei nº 16.478, que institui a PMPI – Decreto nº 57.533/2016	

Ano	Ações do Município*	Ações das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes
	Constitui o 1º Conselho Municipal de Política para Mulheres – Decreto nº 57.428/2016	Eleitas duas suplentes no CPM – atuação autônoma e PAL

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017 a 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

*Algumas ações foram realizadas por outros agentes, e não pelo município. Nessas situações haverá a observação “ação realizada sem vinculação com o governo municipal”.

Quadro 6 – Cronologia dos principais acontecimentos na gestão municipal de São Paulo de 2017 a 2020

Ano	Ações do Município*	Ações das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes
2017	Janeiro a dezembro	
	Continuidade do Projeto de Educação Permanente em Saúde	Integram equipe de Mediadoras culturais – ativista autônoma e Warmis
	Dezembro	
	Centro de Formação e Pesquisa do SESC-SP promove o Encontro de Mulheres Migrantes - ação realizada sem vinculação com o governo municipal	Palestrantes – ativistas autônomas, Warmis, REDE MILBI e Sí Yo Puedo
2018	Janeiro	
	Instituição da Comissão Eleitoral do Conselho Municipal do Imigrante (CMI)	Integram a Comissão Eleitoral – ativista autônoma, Warmis
	Junho	
	Eleição do Conselho Municipal do Imigrante (CMI)	Integram o CMI – PAL
		Realiza a Amostra Intercultural de Imigrantes e Refugiados da Cidade de São Paulo, no CCSP –FIIR
2019	Janeiro e setembro	
	Realiza a fase preparatória para a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes	Enviam ofício à CPMig solicitando a conformação da Comissão Organizadora Realizam Conferência Livre, em três semanas se articulam, organizam e mobilizam cerca de 100 mulheres para a atividade – FMIRA
	Novembro	
	Realiza a 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes	Integram a Comissão Organizadora da 2ª Conferência – Sí Yo Puedo, Warmis, REDE MILBI, PAL e Feministas Argentinxs Coordenam os eixos temáticos e participam da plenária de fechamento – Sí Yo Puedo, Warmis, REDE MILBI, PAL e Feministas Argentinas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017 a 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

*Algumas ações foram realizadas por outros agentes, e não pelo município. Nessas situações haverá a observação “ação realizada sem vinculação com o governo municipal”.

A análise discursiva desses acontecimentos permite identificar a atuação transversal intercultural das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes. Essa atuação pode ser identificada em diferentes formas de resistência, desde o enfrentamento à desigualdade de gênero construída na sociedade, quando se percebe o silenciamento e o apagamento do feminino para a prevalência do masculino, até a operação do controle discursivo institucional, quando a atuação governamental age para dismantlar a organização e a articulação dessas mulheres.

Na sequência, são verificados quais foram os efeitos da prática discursiva e os rebatimentos nas relações sociais, vinculando-os às formas de resistência das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes. Sempre que possível, são resgatados momentos históricos da participação das mulheres nas esferas pública e política, tendo como referência o conteúdo do capítulo 2, de modo a verificar como o controle discursivo opera há décadas sobre a mulher na sociedade brasileira.

A atuação transversal intercultural das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes ocorreu na construção de políticas públicas, desde o início da agenda municipal para essa temática, em 2013, quando integraram a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, e compuseram a equipe de consolidação dos resultados dessa primeira edição, somada a participação no início do diálogo sobre o texto da PMPI. Ainda em 2013, seguiram participando da política pública no Conselho Municipal Participativo da Subprefeitura de Pinheiros, que contou com uma imigrante sul-americana ocupando a cadeira de Conselheira Extraordinária. Acrescenta-se que, em 2015, compuseram o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante, para iniciar a elaboração do texto da referida política, instituído em 2016. Esses momentos demonstram como essas mulheres estavam imbricadas com o contexto sociopolítico da cidade desde o início do debate sobre política pública para a temática migratória. Nesses espaços, as ativistas imigrantes estavam, ao mesmo tempo, debatendo política pública e resistindo às opressões por sua condição de mulher imigrante em um ambiente historicamente ocupado por homens. Essas opressões pela desigualdade de gênero ocorreram com as operárias no movimento sindicalista que, nas décadas de 1970 e 1980, tiveram suas reivindicações generalizadas no discurso da categoria sindical.

A formação da FMIRA, em 2014, foi um marco da atuação transversal intercultural das mulheres ativistas imigrantes. É o momento em que elas convergem enquanto coletivos, com lutas distintas para formar o que Santos (2008) denominou sujeito coletivo, resultando em maior visibilidade nas suas reivindicações públicas.

Outro momento importante dessa atuação transversal intercultural foi entre 2015 e 2016, quando se articularam com a SMPM e outros coletivos de mulheres para organizar e realizar dois Seminários “Mulheres imigrantes e acesso às políticas públicas”. Na ocasião, as ativistas imigrantes mobilizaram tanto o poder público municipal quanto a população imigrante. Esses seminários podem ser entendidos como uma ruptura no fazer política pública

para mulheres imigrantes, quando se conquista a oportunidade da participação e escuta dessas mulheres e de suas necessidades e seus entendimentos, se tornando um momento de fazer política pública *com* mulheres imigrantes. A visibilidade da mulher imigrante no contexto sócio-político foi uma conquista obtida com esses seminários, com a participação real dessas ativistas, que dividiram o diálogo com representantes da extinta SMPM, criou espaços de fala e de diálogos a coletivos de mulheres imigrantes. Soma-se a participação nas marchas realizadas na cidade, como a Marcha das Mulheres e a Marcha dos Imigrantes, além da participação no VII FSMM, de 2016. Em 2017, houve a participação no Encontro de Mulheres Migrantes, realizado em dezembro, no Centro de Pesquisa e Formação do SESC. Foram momentos de atuação importantes das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes por, além de conquistar a visibilidade e reafirmar sua presença nesses espaços, romperem com a lógica construída em algumas dessas situações. Como ocorreu no VII FSMM, momento em que as mulheres imigrantes enfrentaram a desigualdade de gênero e não se calaram diante do silenciamento e apagamento da presença da mulher.

O VII FSMM pode ser entendido como um espaço específico para a população imigrante que, na sua edição realizada na cidade de São Paulo, tentou excluir o discurso da mulher imigrante. Nesse encontro, a atuação transversal intercultural de maneira dialética das ativistas imigrantes, entre o debater política pública e resistir, foi verificado já na abertura, ao exigirem que a mesa composta somente por homens abrisse espaço para a fala de duas mulheres de nacionalidades distintas. Além disso, foi requerida e conquistada a inserção de um eixo que debatesse “Gênero, migração e corpo”, demarcando o espaço do diálogo sobre questões dessas três categorias, visibilizando a mulher, as diversas orientações sexuais e a migração.

Ainda em 2016 essas ativistas imigrantes se organizaram, mobilizaram e articularam outras mulheres brasileiras para estarem presentes no CMPM, resultando na eleição de duas imigrantes como suplentes. Com a administração municipal peessedebista, que assumiu o governo local em 2017, a organização das conselheiras foi desarticulada e impossibilitou a continuidade de ação do referido conselho eleito em 2016.

Em 2019, um momento importante da atuação transversal das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes foi a solicitação oficial à CPMig para conformar a Comissão Organizadora da 2ª Conferência, realizada naquele ano, com o objetivo de participar da tomada de decisão e acompanhar todo o processo. A FMIRA também contribuiu para que

toda população imigrante tivesse acesso à informação sobre a fase organizativa dessa ação, uma vez que foi após solicitação da Frente que o CMI passou a divulgar a agenda das reuniões para ampliar o processo participativo. Nesse processo de organização da 2ª Conferência, as mulheres resistiram aos procedimentos de controle discursivo do governo municipal que, a despeito de divulgar a ampla participação da população imigrante na prática discursiva cotidiana, a participação era restrita e não havia transparência na divulgação do processo. Algumas reivindicações das mulheres ativistas não foram conquistadas, como a alteração do lema da 2ª Conferência, e o desmembramento do eixo de ação que agrupava mulher e população LGBTQIA+, mas essas ativistas não deixaram de criar espaços para colocar suas reivindicações e apresentar suas discordâncias.

No que diz respeito aos efeitos da prática discursiva e à atuação dessas mulheres ativistas no fazer política e resistir, percebe-se que elas se deparam com questões estruturais da sociedade capitalista patriarcal, marcadas pelas questões de gênero produzidas pela divisão sexual do trabalho, e enfrentam situações de tentativas de silenciamento e apagamento de suas vozes, de suas reivindicações, como ficou fortemente evidenciado no VII FSM. No entanto, elas romperam com as imposições e estabeleceram novas relações, que produzem visibilidade para a mulher imigrante.

O silenciamento e o apagamento da mulher também foi notado nas décadas de 1970 e 1980, quando as reivindicações das mulheres operárias sindicalizadas, mesmo tendo autonomia sindical para realizarem suas conferências, não tiveram suas reivindicações e particularidades consideradas nas colocações gerais de sindicatos, que reforçou o papel da mulher como responsável pelos cuidados da casa e das filhas e filhos.

O controle institucional do governo municipal, encoberto por um discurso inclusivo e participativo, aplica entraves para a participação real e efetiva da população imigrante, opera diretamente na atuação das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes. O processo de organização da 2ª Conferência deu visibilidade para as dificuldades enfrentadas para participar dessa etapa importante de construção da política pública. No entanto, foram adotadas estratégias de resistência para que conseguissem se inserir no processo, desde solicitar ao CMI que divulgasse a agenda das reuniões até oficializar o pedido de instituição da Comissão Organizadora, prevista na legislação.

É possível perceber que a mudança de gestão do município de São Paulo, assumida pelo PSDB, em 2017, representou forças no campo de disputa. Para conformar paritariamente

o CMPM era necessário, após a eleição das 25 representantes da sociedade civil em dezembro de 2016, que o município nomeasse as outras 25 representantes do poder público. Nos primeiros meses de mandato, a coordenadora de mulheres foi substituída diversas vezes e esse movimento de retomada do histórico do CMPM, foi, aos poucos, desmotivando as mulheres eleitas e algumas acabaram por se afastar, mantendo o Conselho apenas como figura institucional. O movimento de substituição da representante do governo local da Coordenação de Políticas para as Mulheres pode ser entendido como uma estratégia de desmantelamento da organização e articulação das mulheres na luta por seus direitos e pela igualdade de gênero e de oportunidades.

Situação similar ocorreu com o CNDM, que em 1989 levou todas as integrantes a renunciarem ao cargo: a formação inicial, que contava com representantes de movimentos de mulheres e de movimentos feministas, foi substituída, no início dos anos 1990, por mulheres que eram aliadas do governo. Essas desarticulações demonstram o controle discursivo que opera sobre as mulheres que atuam de maneira organizada e articulada. Esse enfraquecimento do movimento representa o silenciamento, a exclusão da prática discursiva feminina nas esferas democráticas.

No entanto, a despeito da tentativa de repressão da atuação articulada e organizada das mulheres, as ativistas imigrantes seguem com sua atuação transversal intercultural. Essa atuação ocorre nos momentos de: construção da política pública, participando das comissões organizadoras de conferências; planejamento, organização e realização de seminários sobre a pauta da mulher e imigração; decisões quanto à instituição de conselhos; preparação e conferências de política migratória; articulação para Marcha da Mulher, Marcha dos Imigrantes, Marcha Mundial pela Paz e Não Violência; ato de apoio ao movimento de mulheres argentinas a favor do aborto; ato de solidariedade ao povo boliviano. Essas mulheres ativistas estão sempre levando consigo suas histórias, suas origens, suas identidades culturais e suas consciências políticas.

Percebe-se que as ativistas imigrantes trazem consigo a análise da conjuntura na qual estão envolvidas, distinguem quando estão sendo manipuladas e selecionam em quais momentos é importante participar.

Acrescenta-se que essas ativistas resistem às imposições do gênero produzido pela divisão sexual do trabalho na convergência com migração, classe, raça e etnia. Suas estratégias e resistências permitem produzir novas relações sociais que as inserem na esfera

pública e no debate político – mesmo diante das imposições vivenciadas por sua condição de mulher imigrante, pelas hierarquias impostas pelas divisões de classe, pelo racismo estrutural, como pontuado por Biroli (2018) e, na presente análise, se inclui a misoginia e xenofobia capilarizadas na população brasileira. Essas ativistas conquistam espaços, mobilizam e articulam outras mulheres para inserir no debate político as reivindicações relacionadas às questões de gênero e à população imigrante, principalmente a parcela feminina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo constatou diferentes entraves vivenciados pelas mulheres imigrantes a partir da leitura interseccional entre gênero, migração, classe, raça e etnia. Mulheres imigrantes brancas sofrem discriminação e xenofobia de maneira distinta daquelas mulheres imigrantes indígenas, negras, residentes da periferia. A categoria classe interfere diretamente na mobilização e participação das mulheres imigrantes, uma vez que a necessidade de se deslocar para trabalhar e não ter com quem deixar as crianças impactam no envolvimento em atividades políticas. O gênero produzido pela divisão sexual do trabalho reflete diretamente na vida das mulheres imigrantes, sendo elas obrigadas a se incorporarem no sistema produtivo, vendendo sua força de trabalho para complementar a renda e, ao chegarem em casa, a fazerem o trabalho reprodutivo.

A despeito do total de cinco entrevistas utilizadas para a análise apresentada, e considerando que referida análise está circunscrita às mulheres ativistas sul-americanas imigrantes, sem generalizar o discurso para toda categoria de mulher imigrante, ao acompanhar a atuação destas mulheres durante os três anos de pesquisa, de 2017 a 2019, este estudo permitiu identificar elementos importantes sobre as restrições de participação e as estratégias de lutas e resistências adotadas por essa parcela da população feminina em São Paulo. Nesse sentido, foi apresentando o conceito de atuação transversal intercultural das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes neste trabalho. Essa atuação se refere às formas como essas ativistas se organizam, se articulam e se colocam em todos os processos que estão envolvidas, quando atuam nas esferas públicas políticas ou quando estão nas ruas, nas manifestações. Independentemente do local onde atuam, entende-se que essas ativistas mantêm seus posicionamentos, suas origens e suas histórias, suas identidades e suas vozes ativas, buscando e criando espaços para participar e resistir. Além de atuarem em seus coletivos e na FMIRA, envolvem outras mulheres, de organizações e nacionalidades diversas e atuações distintas, demarcando sua presença e rompendo com as relações de poder produzidas.

Foi verificado que a atuação transversal intercultural das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes acompanhadas durante este estudo se dá nos momentos de construção da política pública, participando das comissões organizadoras de construção de conferências; planejamento, organização e execução de seminários sobre a pauta da mulher e imigração; decisões quanto à instituição de conselhos; preparação e realização de conferências de política

migratória; articulação para marchas, da mulher, dos imigrantes, mundial pela paz e não violência; apoio ao movimento de mulheres argentinas a favor do aborto; solidariedade ao povo boliviano. Isso é o fazer política, isso é a tentativa de produzir um espaço mais democrático para que a participação política da mulher imigrante possa ser efetiva.

A partir da análise discursiva dos acontecimentos no período estudado, de 2013 a 2019, foram identificados os momentos importantes da atuação transversal intercultural das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes, com diferentes formas de resistência – desde o combate à desigualdade de gênero construída na sociedade, quando se percebe a tentativa de silenciar e apagar o feminino para prevalecer o masculino, até a operação do controle discursivo institucional, quando a atuação governamental age para dismantlar a organização e a articulação das mulheres. No entanto, elas romperam com as imposições e estabeleceram novas relações, que permitiram a visibilidade da mulher imigrante.

As ativistas imigrantes trazem consigo a análise da conjuntura na qual estão envolvidas, distinguem quando estão sendo manipuladas e selecionam em quais momentos é importante participar. Seguem lutando para romper com as imposições do gênero produzido pela divisão sexual do trabalho na convergência com migração, classe, raça e etnia. As estratégias e resistências dessas ativistas permitem produzir novas relações sociais que as inserem na esfera pública e debate político. Mesmo diante dos limites vivenciados por sua condição de mulher imigrante, e pelas hierarquias impostas pelas divisões de classe, pelo racismo estrutural e pelas situações de misoginia e xenofobia, capilarizadas na população brasileira, essas ativistas conquistam espaços, mobilizam e articulam outras mulheres, para inserir no debate político as pautas relacionadas às questões de gênero e da população imigrante, principalmente a parcela feminina.

A despeito de a cidade de São Paulo ter regulamentado legislação específica para a população imigrante e institucionalizado a participação de pessoas de diferentes nacionalidades nas esferas consultivas políticas municipais, ainda há entraves na participação democrática da população imigrante. E não somente no que diz respeito ao acesso a direitos básicos e universais, o que já infringe a Constituição Federal, mas, também, nas tomadas de decisões e políticas sobre imigração. Foi verificado que as opressões e submissões vivenciadas por mulheres imigrantes se acentuam por sua condição migratória, uma vez que há restrição de acesso a direitos e à atuação na esfera pública brasileira para a população imigrante, intensificadas quando convergem com classe, raça e etnia.

Com esse contexto, ainda existem diversas barreiras impostas para que as mulheres imigrantes consigam, de fato, participar e interagir nos debates e diálogos e na construção de políticas públicas. Os entraves encontrados pelas mulheres imigrantes que se submetem a condições precárias para sobreviver em um país com cultura e costumes diferentes daquele de origem provavelmente é maior do que o das ativistas entrevistadas, visto que as últimas conseguem antever algumas situações e se articulam e organizam para resistir e lutar. Soma-se a isso os desmontes orquestrados pelos próprios governos para desarticular movimentos organizados por mulheres para reivindicarem relações mais justas e de equidade, como ocorreu com o CNDM, com sua desarticulação em 1989 continuada no início da década de 1990, assim como com o CPM, em 2018, na cidade de São Paulo.

Diante do exposto, é oportuno parafrasear a narrativa da entrevistada Domitila (2018), quando relata que “parece que tudo está configurado para que o imigrante sofra discriminação e xenofobia”: parece que tudo está configurado para conter o levante das mulheres na luta por relações sociais que não sejam produzidas pelo gênero construído a partir da divisão sexual do trabalho. No entanto, as ativistas imigrantes estão reconfigurando e estabelecendo novas relações.

É importante ressaltar que este estudo se deteve a analisar as relações (re)produzidas na Cidade de São Paulo, sendo ampliada a análise para a Federação no que diz respeito à legislação sobre imigração. No entanto, poderia ter sido oportuno a análise sobre o sufrágio nos países sul-americanos, assim como as relações das ativistas sul-americanas imigrantes poderiam ter sido ampliadas para além dos limites paulistanos. Desse modo, pode-se detectar novas questões de estudo, como a identificação de novas formas de atuação, participação e resistência das mulheres ativistas sul-americanas imigrantes na América Latina, acompanhando sua atuação fora da cidade de São Paulo e do território brasileiro, buscando entender as redes que são estabelecidas e quais forças são potencializadas nessa atuação.

Além do exposto, como continuidade de pesquisa, considera-se importante aprofundar a cobertura e a efetividade da política pública municipal por meio do mapeamento de comunidades imigrantes e sua capilaridade de vínculo com todas as pessoas imigrantes; além do cruzamento com as organizações sociais e equipamentos públicos que prestam serviços e apoio à temática migratória. Com isso, pode-se obter uma análise crítica da efetividade da atuação do município e das iniciativas da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACRON, Rosana. Migração, gênero e política pública na cidade de São Paulo: um estudo de caso sobre a formação do Conselho Municipal de Política para Mulheres. In: Seminário FESPSP 2017. **Incertezas do Trabalho**. Anais dos Seminários de Pesquisa da FESPSP. ISSN 2447-9063. Disponível em: http://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_01/Rosana_Bacon_GT01.pdf. Acesso em: 10/12/2020.
- BACRON, Rosana. O espaço social na e da cidade de São Paulo: contradições, lutas e resistência das mulheres latino-americanas imigrantes no contexto sócio-político paulistano. **XIII ENANPEGE**. Anais Eletrônicos da Anpege. Disponível em: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/site/anais2?AREA=28>. Acesso em: 10/12/2020.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119>. Acesso em: 24/02/2020.
- BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BREITENVIESER, Camila Barrero. **Políticas para migrantes: formação da agenda do Governo Municipal de São Paulo**. 2019. 205 f. Dissertação (mestrado CMAPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27233/BREITENVIESER%20c%20C.%20vers%20a%20final%2020_mar%20a7o.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20/01/2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 [1990].
- COSTA, Gelmino. Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. In: **Cadernos de Migração** (8), São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, 2016.
- DALMONTE, Edson. DIBAI, Priscilla Dibai, A direita radical 'bolsonarista': da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção, **IdeAs [Online]**, 14 | 2019. Publicado em 01 outubro 2019. Institut des Amériques, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/6895>; DOI: <https://doi.org/10.4000/ideas.6895>. Acesso em: 03/01/2021.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELFIM, Rodrigo Borges. Blog MigraMundo. “Não sou o Outro”: Falas de Mulheres Imigrantes no SESC-SP. 2017. Disponível em: <https://www.migramundo.com/nao-sou-o-outro-falas-de-mulheres-imigrantes-no-sesc-sp/>, acessado em: 09/02/2020.
- DIMITROV, Vera Gers; MACHADO Monica Sapucaia. **Mulheres migrantes: acesso à cidadania e políticas públicas**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th *Women's Worlds Congress* (anais eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Desafio migratório em Roraima: repensando a política e gestão da migração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/ DAPP, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª edição [reimpr.]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019 [1969].
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Loyola, abr. 1996.
- FRANCESCONI, Lea. Crises, migrações e trabalho no Brasil do século XXI. **Anais**. La Paz, Bolívia: IIGEO, 2017.

FRASER, Nancy. **Luta de classes ou respeito às diferenças?** Igualdade, identidades e justiça social. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364304/mod_resource/content/1/LUTA%20DE%20CLASSES%20OU%20RESPEITO%20%C3%80S%20DIFEREN%C3%87AS.pdf. Acesso em: 11/12/2020.

FSMM – FORO SOCIAL MUNDIAL DE LAS MIGRACIONES – 2018 a. **Eje 5 Migración, Género y Cuerpo**. Disponível em: <https://fsmm2018.org/eje5/>, acessado em 21/01/2020.

FSMM – FORO SOCIAL MUNDIAL DE LAS MIGRACIONES – 2018 b. **Entidades Parceiras**. Disponível em: <https://fsmm2018.org/entidades-parceiras/?lang=pt-br>, acessado em 21/02/2020.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. O migrante da racionalização global. In: Vários Autores. Vários Organizadores. **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p. 15-18.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais dos municípios**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9497-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2016>. Acesso em: 28/04/2020.

IRI-USP - São Paulo Cosmópolis. **Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos** / organizado por São Paulo Cosmópolis; coordenado por Deisy Ventura, Feliciano Sá Guimarães e Rossana Reis. -- São Paulo: IRI-USP, 2017.

KOLTAI, Caterina (org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/ FAPESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A (re)produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial, causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, de La production de l'espace. 4e éd. Paris: Anthropos, 2000. 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefevre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 14/12/2020.

MARTUSCELLI, Patricia N. e NOVAES, Dirce Trevisi P. “Perfil dos haitianos acolhidos na Missão Paz de janeiro a julho de 2015” In **Revista Travessia** (77), julho a dezembro. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, 2015.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas/SP: Unicamp. 2010.

MIRKIN, Barry. **La migración Internacional en el Hemisferio Occidental: un estudio exploratório**. Preparado para Scalabrini International Migration New York, NY: Network Copyright. 2011.

MISSÃO PAZ. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/menu/quem-somos>. Acesso em: 22/04/2020.

MOUNTIAN, Ilana; ROSA, Miriam Debieux. O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. In: **Revista Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 152-160, 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. **2019: A deadly year for migrants crossing the Americas**. 2020a. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/01/1056202>. Acesso em: 06/03/2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Estudo da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais**. 2020b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais/>. Acesso em: 22/04/2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **A cidade de São Paulo: perfil 2019**, indicadores da governança migratória local. ISBN: 9788594066077. Suíça, Organização Internacional para a Migração (OIM). 2019.

OPAS BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde / Organização Mundial de Saúde. **OPAS/OMS firma cooperação com município de São Paulo para fortalecer saúde dos imigrantes e refugiados, atenção básica e saúde mental**. Publicado na página OPAS Brasil, em 29 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4986:opas-oms-firma-cooperacao-com-municipio-de-sao-paulo-para-fortalecer-saude-dos-imigrantes-e-refugiados-atencao-basica-e-saude-mental&Itemid=820. Acesso em: 12/11/2020.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo.; SZWAKO. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116 – 148.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade - geografia e gênero - mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto-SP. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 12, p. 7-26, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.1998.0012.0001>.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP, v. 23 (Supl.1), p. 1-58, 1993. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1993/SUP6-0193.pdf>. Acesso: 28/11/2020.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife/PE: S.O.S. Corpos. 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Regina Bega dos. Os movimentos urbanos no Brasil. In: SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. (Paradidáticos. Série Poder). São Paulo/SP: UNESP, 2008, p. 86-118.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio Jose. Geografia feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212-219, ago. / dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcio_Ornat3/publication/302055873_Geografia_Feminista_no_Brasil_nos_anos_80_sim_senhor_Uma_entrevista_com_Rosa_Ester_Rossini/links/57bc523108ae9fd82f14f78/Geografia-Feminista-no-Brasil-nos-anos-80-sim-senhor-Uma-entrevista-com-Rosa-Ester-Rossini.pdf. Acessado em: 28/11/2020.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da; WANDERLEY, Mariângela Belfiore; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. **Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo**. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 27) Relatório de Pesquisa do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Nemos/PUC-SP). São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2006. 80p.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011 [1991].

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010.

TANKIAN, Serj. **Borders Are...** 2010. Disponível em: <https://www.globenewswire.com/news-release/2010/06/23/1302836/0/en/Serj-Tankian-to-Release-New-Song-From-Forthcoming-Album-Imperfect-Harmonies-Due-Out-September-7-2010.html>. Acesso em: 02/08/2020.

TRENKLE, Norbert. Globalização e migração. In: Vários autores. Vários organizadores. **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p. 35-51.

UN – UNITED NATIONS. **International migrant stock 2019**. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>. Acesso em: 20/11/2019.

VELOSO, Caetano. Sampa. In: VELOSO, Caetano. **Muito (Dentro da Estrela Azulada)**. Vinil. 2ª faixa do lado B. CBD Phonogram, Rio de Janeiro. 1978.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; YUJRA, Veronica Quispe. **Saúde de migrantes e refugiados**. Coleção Fazer Saúde. IBSN: 978-85-7541-632-7. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

WALDMAN, Tatiana Chang; MORALES, Maria Angélica Beghini. Entre trajetórias memórias: mulheres migrantes e a luta por direitos na coleção de história oral do Museu da Imigração de São Paulo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (anais eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499437682_ARQUIVO_artigo_TatianaCW.pdf. Acesso em: 29/01/2020.

PESSOAS ENTREVISTADAS

ALICIA [codinome]. **Entrevista** de 39 min concedida em 05/01/2018, no Conjunto Nacional. Arquivo em mp4 em poder da autora.

DOMITILA [codinome]. **Entrevista** de 39 min concedida em 05/03/2018, no Centro Cultural São Paulo. Arquivo em mp4 em poder da autora.

JUANA [codinome]. **Entrevista** de 31 min concedida em 05/02/2018, na residência da entrevistada. Arquivo em mp4 em poder da autora.

MICAELA [codinome]. **Entrevista** de 1h57 min concedida em 11/09/2019, no Instituto de Psicologia, na Universidade de São Paulo. Arquivo em mp4 em poder da autora.

SOFIA [codinome]. **Entrevista** de 33 min concedida em 06/09/2019, no Departamento de Geografia, da Universidade de São Paulo. Arquivo em mp4 em poder da autora.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do Estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília/DF: Senado Federal, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei da Migração. Brasília/DF: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Polícia Federal, MJSP. Tráfego Migratório. **Sistema de tráfego internacional (STI)**. Dados até 30/11/2019. 2019. Disponível em: http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentao_Novembro_2019_VFfinal_RETIFICADA. Acesso em: 03/03/2020.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Diálogos estratégicos**. v. 1, n. 4, dez. 2018. Migração e seus impactos na sociedade do século XXI. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-e-analise/revista-dialogos-estrategicos/dialogos-estrategicos-nr-4.pdf>. Acesso em: 11/03/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2.516/2015**, de 04 de agosto de 2015. Institui a Lei da Migração. 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F07E1F34F78828D48FD4921135501CF.proposicoesWeb1?codteor=1370312&filename=Avulso+-PL+2516/2015. Acesso em: 11/03/2020.

DOM-SP. Diário Oficial do Município de São Paulo. **Portaria 91**, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Constitui a Comissão Organizadora Municipal. Publicado em 28 de novembro de 2013 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, ano 58, número 225, 2013.

DOM-SP. Diário Oficial do Município de São Paulo. **Portaria 161/SMDHC/2015**. Designa os membros do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População Imigrante. Publicado em 07 de novembro de 2015, São Paulo 60 (207) - 5. 2015. Disponível em: [http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=BO3M7G06FS810eFN1398NF1NES4&PalavraChave=%2060%20\(207\)%20%E2%80%93%205](http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=BO3M7G06FS810eFN1398NF1NES4&PalavraChave=%2060%20(207)%20%E2%80%93%205). Acesso em: 05/03/2020.

DOM-SP. Diário Oficial do Município de São Paulo. **Edital 002/SMDHC/2018**. Procedimentos de eleição do Conselho Municipal de Imigrantes. Publicado em 13 de março de 2018, São Paulo 63 (46) - 45. 2018. Disponível em: [http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=65N97M5APNS4GeEJ0N4K48P5C39&PalavraChave=63%20\(46\)%20%E2%80%93%2045](http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=65N97M5APNS4GeEJ0N4K48P5C39&PalavraChave=63%20(46)%20%E2%80%93%2045). Acesso em: 08/03/2020

DOM-SP. Diário Oficial do Município de São Paulo. **Resolução 01/CMI/2019**, do Conselho Municipal de Imigrantes. Convoca e dá outras providências sobre a 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes. Publicado em 19 de julho de 2019, São Paulo 64 (133) - 43. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/CONSELHO%20IMIGRANTES/CONFERENCIA/Convocacao.pdf. Acesso em: 08/03/2020.

DOM-SP. Diário Oficial do Município de São Paulo. **Resolução 03/CMI/2019**, do Conselho Municipal de Imigrantes. Institui a Comissão Organizadora da 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes. Publicado em 08 de novembro de 2019, São Paulo 64 (212) - 41. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/CONSELHO%20IMIGRANTES/CONFERENCIA/ATUALIZADO30-10/Resolucao%2003CMI%20COM2019%20Diario%20Oficial.pdf. Acesso em: 08/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Lei 15.764**, de 27 de maio de 2013. Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das secretarias municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a gratificação pela prestação de serviços de controladoria. 2013a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2013/1576/15764/lei-ordinaria-n-15764-2013-dispoe-sobre-a-criacao-e-alteracao-da-estrutura-organizacional-das-secretarias-municipais-que-especifica-cria-a-subprefeitura-de-sapopemba-e-institui-a-gratificacao-pela-prestacao-de-servicos-de-controladoria>. Acesso em: 05/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Lei 15.946**. Dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos do Controle Social, e dá outras providências. 2013b. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15946-de-23-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 07/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Decreto 54.476**. Dispõe sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes. 2013c. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-54476-de-17-de-outubro-de-2013>. Acesso em: 07/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Decreto 54.645**. Cria a cadeira do Conselheiro Extraordinário nos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, visando garantir a participação dos imigrantes moradores da cidade nesses colegiados. 2013d. Disponível em:

<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-54645-de-29-de-novembro-de-2013/consolidado>. Acesso em: 07/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Decreto nº 56.702**, de 9 de dezembro de 2015. Cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres – CMPM. 2015^a. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D56702.pdf>. Acesso em: 05/02/2020.

SP – São Paulo (município). **Decreto 56.021**, de 31 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres na composição dos conselhos de controle social do Município. 2015b. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56021-de-31-de-marco-de-2015>. Acesso em: 07/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Decreto 56.353**, de 24 de agosto de 2015. Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante. 2015c. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56353-de-24-de-agosto-de-2015>. Acesso em: 07/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Lei 16.478**, de 07 de julho de 2016. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. São Paulo/SP, 2016a.

SP – São Paulo (município). **Decreto nº 57.428**, de 1 de novembro de 2016b. Introduz alterações nos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto nº 56.702, de 9 de dezembro de 2015, que criou o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres – CMPM. 2016b. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57428-de-01-de-novembro-de-2016/>. Acesso em: 05/02/2020.

SP – São Paulo (município). **Decreto nº 57.533**, de 15 de dezembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante. 2016c. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57533-de-15-de-dezembro-de-2016>. Acesso em: 03/03/2020.

SP – São Paulo (município). **Decreto nº 57.576**, de 1º de janeiro de 2017. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Administração Pública Municipal Direta. 2017. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57576-de-01-de-janeiro-de-2017//consolidado>. Acesso em: 28/11/2020.

SP – SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). **Documento final da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo**. Comissão Organizadora Municipal Sociedade Civil. 2014a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/programas_e_projetos/index.php?p=156229. Acesso em: 03/10/2019.

SP – SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). 2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes: somos tod@s cidadãos. **Caderno da Conferência**. 2019a.

SP – SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. 2º Festival de Direitos Humanos “Cidadania nas Ruas”. 2014b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/index.php?p=186141. Acesso em: 21/01/2020.

SP – SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). CPMig. **Ações da CPMig 2013-2016**. 2016d. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/programas_e_projetos/index.php?p=156229. Acesso em: 17/10/2018.

SP – SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). CPMig. **Mapeamento dos grupos de imigrantes ou ligados à temática migratória**. 2019b.

Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/2018_mapeamento%20grupos_11_01_19%20FINAL.pdf. Acesso em: 29/03/2020.

SP – SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres. **Eleito o primeiro Conselho Municipal de Política para as Mulheres**. 2016e. Disponível em: <https://cmpmsp.wordpress.com/> Acesso em 23/04/2017.

SP – SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres. **Mulheres imigrantes e refugiadas e a luta por políticas públicas na cidade de São Paulo**. 2016f. Disponível em: <http://www.modifica.com.br/arquivos/cartilhas/cartilha-mulheres-imigrantes-refugiadas-luta-por-politicas-publicas-sp.pdf>. Acesso em 29/01/2020.

SP-E – SÃO PAULO (estado). **Projeto de Lei 435/2019**. Garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000262934>. Acesso; 06/03/2020.

APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A – Tabelas de dados migratórios compilados com base nas informações das Nações Unidas e Polícia Federal.

Tabela 3 – População imigrante por destino migratório, intervalos de 1990 a 2019

Destino migratório	População imigrante								Incremento 1990-2019
	Total	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019	
Mundo	Abs.	153.011.473	161.316.895	173.588.441	191.615.574	220.781.909	248.861.296	271.642.105	118.630.632
	%	100	100	100	100	100	100	100	77,53
África	Abs.	15.689.666	16.357.077	15.051.677	15.969.835	17.804.198	23.476.251	26.529.334	10.839.668
	%	10,25	10,14	8,67	8,33	8,06	9,43	9,77	69,09
América Latina e Caribe	Abs.	7.161.371	6.688.710	6.570.729	7.224.942	8.262.433	9.441.679	11.673.288	4.511.917
	%	4,68	4,15	3,79	3,77	3,74	3,79	4,30	63,00
América do Norte	Abs.	27.610.408	33.340.948	40.351.694	45.363.257	50.970.861	55.633.443	58.647.822	31.037.414
	%	18,04	20,67	23,25	23,67	23,09	22,36	21,59	112,41
Ásia	Abs.	48.209.949	46.418.044	49.394.322	53.439.306	65.938.712	77.231.760	83.559.197	35.349.248
	%	31,51	28,77	28,45	27,89	29,87	31,03	30,76	73,32
Europa	Abs.	49.608.231	53.489.829	56.858.788	63.594.822	70.678.025	75.008.219	82.304.539	32.696.308
	%	32,42	33,16	32,75	33,19	32,01	30,14	30,30	65,91
Oceania	Abs.	4.731.848	5.022.287	5.361.231	6.023.412	7.127.680	8.069.944	8.927.925	4.196.077
	%	3,09	3,11	3,09	3,14	3,23	3,24	3,29	88,68

Fonte: UN, 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 4 – População imigrante comparada por destino migratório, intervalos de 1990 a 2019

Destino migratório	População imigrante							
	Total	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Mundo	Abs.	153.011.473	161.316.895	173.588.441	191.615.574	220.781.909	248.861.296	271.642.105
	%	100	100	100	100	100	100	100
América Latina e Caribe	Abs.	7.161.371	6.688.710	6.570.729	7.224.942	8.262.433	9.441.679	11.673.288
	%	4,68	4,15	3,79	3,77	3,74	3,79	4,30
América do Sul - comparada ao mundo	Abs.	4.274.977	4.241.074	4.215.289	4.527.868	5.185.614	6.072.903	8.220.807
	%	2,79	2,63	2,43	2,36	2,35	2,44	3,03
América do Sul - comparada à América Latina e Caribe	Abs.	4.274.977	4.241.074	4.215.289	4.527.868	5.185.614	6.072.903	8.220.807
	%	59,69	63,41	64,15	62,67	62,76	64,32	70,42
Brasil - comparado ao mundo	Abs.	798.517	741.557	684.596	638.582	592.568	716.568	807.006
	%	0,52	0,46	0,39	0,33	0,27	0,29	0,30
Brasil - comparado à América Latina e Caribe	Abs.	798.517	741.557	684.596	638.582	592.568	716.568	807.006
	%	11,15	11,09	10,42	8,84	7,17	7,59	6,91
Brasil - comparado à América do Sul	Abs.	798.517	741.557	684.596	638.582	592.568	716.568	807.006
	%	18,68	17,49	16,24	14,10	11,43	11,80	9,82

Fonte: UN, 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 5 – População imigrante por destino migratório na América do Sul, intervalos de 1990 a 2019

Destino Migratório	População imigrante							
	Total	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
América do Sul	Abs.	4.274.977	4.241.074	4.215.289	4.527.868	5.185.614	6.072.903	8.220.807
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Argentina	Abs.	1.649.919	1.595.069	1.540.219	1.673.088	1.805.957	2.086.302	2.212.879
	%	38,59	37,61	36,54	36,95	34,83	34,35	26,92
Venezuela	Abs.	1.025.009	1.019.996	1.013.738	1.076.474	1.347.347	1.404.448	1.375.690
	%	23,98	24,05	24,05	23,77	25,98	23,13	16,73
Colômbia	Abs.	104.277	106.943	109.609	107.612	124.271	139.134	1.142.319
	%	2,44	2,52	2,60	2,38	2,40	2,29	13,90
Chile	Abs.	107.501	142.417	177.332	276.360	375.388	639.724	939.992
	%	2,51	3,36	4,21	6,10	7,24	10,53	11,43
Brasil	Abs.	798.517	741.557	684.596	638.582	592.568	716.568	807.006
	%	18,68	17,49	16,24	14,10	11,43	11,80	9,82
Peru	Abs.	56.688	56.732	66.300	77.877	104.706	154.774	782.169
	%	1,33	1,34	1,57	1,72	2,02	2,55	9,51
Equador	Abs.	78.663	115.093	151.523	187.404	325.366	387.513	381.507
	%	1,84	2,71	3,59	4,14	6,27	6,38	4,64
Paraguai	Abs.	195.884	186.570	176.608	168.243	160.299	156.462	160.519
	%	4,58	4,40	4,19	3,72	3,09	2,58	1,95
Bolívia	Abs.	73.758	83.598	92.658	107.745	122.846	142.989	156.114
	%	1,73	1,97	2,20	2,38	2,37	2,35	1,90
Guiana Francesa	Abs.	63.612	70.131	76.649	86.468	96.288	106.108	117.372
	%	1,49	1,65	1,82	1,91	1,86	1,75	1,43
Uruguai	Abs.	98.116	93.428	88.874	82.317	76.303	78.799	81.482
	%	2,30	2,20	2,11	1,82	1,47	1,30	0,99
Suriname	Abs.	18.083	22.320	27.506	33.664	39.713	43.127	46.157
	%	0,42	0,53	0,65	0,74	0,77	0,71	0,56
Guiana	Abs.	4.095	6.352	8.610	10.868	13.126	15.384	15.699
	%	0,10	0,15	0,20	0,24	0,25	0,25	0,19
Malvinas	Abs.	855	868	1.067	1.166	1.436	1.571	1.902
	%	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02

Fonte: UN, 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 6 – Registros de dados de imigrantes ativos e inativos até 30/11/2019 no Brasil

Região	País	Total	%
Europa	Portugal	356.110	18,36
	Itália	118.265	6,10
	Espanha	100.847	5,20
	Alemanha	75.660	3,90
	França	59.858	3,09
	TOTAL EUROPA	710.740	36,65
América do Norte	Estados Unidos	130.756	6,74
	TOTAL AMÉRICA DO NORTE	130.756	6,74
América Latina e Caribe	Haiti	126.294	6,51
	Argentina	103.084	5,32
	Bolívia	157.349	8,11
	Venezuela	132.573	6,84
	Uruguai	73.302	3,78
	Colômbia	72.526	3,74
	Peru	54.761	2,82
	Paraguai	54.352	2,80
	Chile	46.834	2,42
	TOTAL AMÉRICA LATINA E CARIBE	821.075	42,34
Ásia	Japão	145.944	7,53
	China	91.924	4,74
	Coréia do Sul	38.837	2,00
	TOTAL ÁSIA	276.705	14,27
TOTAL GERAL		1.939.276	100,00

Fonte: BRASIL, 2019. Polícia Federal. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 7 – Registros de dados de imigrantes ativos até 30/11/2019 no Brasil

Região	País	Total	%
Europa	Portugal	187.714	16,80
	Itália	57.156	5,11
	Espanha	45.243	4,05
	Alemanha	27.302	2,44
	França	23.058	2,06
	TOTAL EUROPA	340.473	30,47
América do Norte	Estados Unidos	33.723	3,02
	TOTAL AMÉRICA DO NORTE	33.723	3,02
América Latina e Caribe	Venezuela	123.507	11,05
	Haiti	118.323	10,59
	Bolívia	106.636	9,54
	Argentina	61.756	5,53
	Uruguai	48.194	4,31
	Colômbia	41.440	3,71
	Paraguai	33.227	2,97
	Peru	32.680	2,92
	Chile	28.341	2,54
	Cuba	13.982	1,25
	TOTAL AMÉRICA LATINA E CARIBE	608.086	54,41
Ásia	Japão	60.678	5,43
	China	55.336	4,95
	Coréia do Sul	19.227	1,72
	TOTAL ÁSIA	135.241	12,10
TOTAL GERAL		1.117.523	100,00

Fonte: BRASIL, 2019. Polícia Federal. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 8 – Registros ativos de imigrantes por unidade federativa do Brasil

Unidade federativa de registro	Total de migrantes	
	Abs.	%
SP	550.890	43,23
RJ	168.562	13,23
RS	82.975	6,51
PR	82.909	6,51
RR	72.647	5,70
SC	64.061	5,03
MG	38.506	3,02
AM	32.126	2,52
BA	26.854	2,11
DF	20.102	1,58
MS	17.468	1,37
CE	16.157	1,27
GO	13.040	1,02
PE	12.901	1,01
MT	12.291	0,96
TOTAL DE IMIGRANTES	1.274.368	100,00
Total de registros ativos	1.117.523	--
Diferença entre os dados apresentados	156.845	--

Unidade federativa de registro	Total de migrantes	
	Abs.	%
PA	10.973	0,86
RN	8.223	0,65
ES	8.158	0,64
RO	7.336	0,58
PF	5.975	0,47
MA	4.488	0,35
PB	4.132	0,32
AL	3.111	0,24
AC	2.624	0,21
SE	2.357	0,18
PI	2.026	0,16
AP	1.758	0,14
TO	1.204	0,09
Sem identificação	514	0,04

Fonte: BRASIL, 2019. Polícia Federal. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 9 – Pessoas imigrantes das dez primeiras nacionalidades registradas no Brasil até jun. 2016

Continente	País de origem	Abs.	%
Europa	Portugal	270.772	22,40
América Latina e Caribe	Bolívia	89.208	7,40
Ásia	Japão	86.541	7,10
Europa	Itália	75.837	6,30
América Latina e Caribe	Haiti	64.985	5,40
Europa	Espanha	62.332	5,10
América Latina e Caribe	Argentina	58.275	4,80
Ásia	China	48.847	4,00
América Latina e Caribe	Uruguai	40.588	3,40
América do Norte	Estados Unidos	35.644	2,90
Total de imigrantes das 10 primeiras nacionalidades		833.029	68,78%
Total de imigrantes no Brasil até junho/2016		1.211.129	100

Fonte: Ventura e Yujra (2019). Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 10 – Mulheres imigrantes no mundo por destino migratório, intervalos de 1990 a 2019

Ano	Total	Destino migratório					
		Mundo		América Latina e Caribe		Brasil	
		População imigrante	Mulheres imigrantes	População imigrante	Mulheres imigrantes	População imigrante	Mulheres imigrantes
1990	Abs.	153.011.473	75.349.784	7.161.371	3.568.493	798.517	372.370
	%	100	49,24	100	49,83	100	46,63
1995	Abs.	161.316.895	79.630.779	6.688.710	3.342.289	741.557	345.405
	%	100	100	100	49,97	100	46,58
2000	Abs.	173.588.441	85.559.220	6.570.729	3.291.755	684.596	318.440
	%	100	100	100	50,10	100	46,52
2005	Abs.	191.615.574	93.754.736	7.224.942	3.634.608	638.582	295.563
	%	100	100	100	50,31	100	46,28
2010	Abs.	220.781.909	106.720.229	8.262.433	4.156.171	592.568	272.686
	%	100	100	100	50,30	100	46,02
2015	Abs.	248.861.296	119.997.907	9.441.679	4.719.832	716.568	329.730
	%	100	100	100	49,99	100	46,02
2019	Abs.	271.642.105	130.154.101	11.673.288	5.826.152	807.006	371.345
	%	100	100	100	49,91	100	46,02

Fonte: UN, 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 11 – Mulheres latino-americanas que migraram para o Brasil, intervalos de 1990 a 2019

País de origem	Descrição	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Total de mulheres imigrantes para o Brasil	Abs.	57.333	61.063	64.783	74.481	83.196	100.383	112.837
	%	100	100	100	100	100	100	100
Paraguai	Abs.	11.319	13.330	15.340	18.279	20.978	25.462	28.675
	%	19,7	21,8	23,7	24,5	25,2	25,4	25,4
Bolívia	Abs.	6.819	7.994	9.169	13.604	17.860	21.507	24.221
	%	11,9	13,1	14,2	18,3	21,5	21,4	21,5
Argentina	Abs.	13.172	12.583	11.994	12.102	12.050	14.511	16.342
	%	23,0	20,6	18,5	16,2	14,5	14,5	14,5
Uruguai	Abs.	10.681	11.251	11.821	11.790	11.603	13.972	15.735
	%	18,6	18,4	18,2	15,8	13,9	13,9	13,9
Chile	Abs.	9.307	8.107	6.906	6.572	6.152	7.408	8.342
	%	16,2	13,3	10,7	8,8	7,4	7,4	7,4
Peru	Abs.	2.322	3.236	4.150	5.033	5.849	7.043	7.931
	%	4,1	5,3	6,4	6,8	7,0	7,0	7,0
Colômbia	Abs.	1.126	1.501	1.875	2.641	3.373	4.062	4.574
	%	2,0	2,5	2,9	3,5	4,1	4,0	4,1
Venezuela	Abs.	648	860	1.071	1.238	1.388	1.671	1.881
	%	1,1	1,4	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
México	Abs.	312	433	554	898	1.231	1.482	1.669
	%	0,5	0,7	0,9	1,2	1,5	1,5	1,5
Cuba	Abs.	251	410	569	709	839	1.010	1.137
	%	0,4	0,7	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0
Costa Rica	Abs.	121	126	130	142	152	183	206
	%	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Equador	Abs.	212	358	503	679	847	1.020	1.148
	%	0,4	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0
Nicarágua	Abs.	129	149	169	172	172	207	233
	%	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Panamá	Abs.	407	321	234	208	180	217	244
	%	0,7	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2
República Dominicana	Abs.	192	130	67	155	240	289	325
	%	0,3	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3

País de origem	Descrição	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
El Salvador	Abs.	70	111	151	106	60	72	81
	%	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Guatemala	Abs.	38	40	42	90	136	164	184
	%	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Haiti	Abs.	135	71	7	22	36	43	48
	%	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Honduras	Abs.	72	52	31	41	50	60	67
	%	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: UN, 2019. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 12 – Pessoas imigrantes atendidas pelo CRAI de nov./2014 a out./2019 por continente de origem e sexo

Continente de origem	Quantidade			Total	%
	Sexo	Abs.	%		
África	Feminino	2.031	29,9	6.801	57,5
	Masculino	4.770	70,1		
América Latina e Caribe	Feminino	1.421	34,9	4.067	34,4
	Masculino	2.641	64,9		
	Outros	3	0,1		
	Não respondeu	2	0,0		
Ásia	Feminino	152	19,5	778	6,6
	Masculino	625	80,3		
	Outros	1	0,1		
Europa	Feminino	35	21,0	167	1,4
	Masculino	132	79,0		
Não informaram	Feminino	14	82,4	17	0,1
	Masculino	3	17,6		
América do Norte	Feminino	2	50,0	4	0,03
	Masculino	2	50,0		
Total geral	Feminino	3.655	30,9	11.834	100,0
	Masculino	8.173	69,1		
	Outros	4	0,03		
	Não respondeu	2	0,02		

Fonte: SÃO PAULO (município), 2020. Dados abertos. Banco de dados do CRAI. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Tabela 13 – Pessoas imigrantes latino-americanas atendidas pelo CRAI de nov./2014 a out./2019 por país de origem e sexo

País de origem	Quantidade			Total	%
	Sexo	Abs.	%		
Haiti	Feminino	369	29,9	1.235	30,4
	Masculino	866	70,1		
Venezuela	Feminino	242	29,4	824	20,3
	Masculino	580	70,4		
	Outros	1	0,1		
	Não respondeu	1	0,1		
Bolívia	Feminino	331	53,6	618	15,2
	Masculino	287	46,4		
Colômbia	Feminino	104	28,8	361	8,9
	Masculino	256	70,9		
	Não respondeu	1	0,3		
Peru	Feminino	108	33,8	320	7,9

País de origem	Quantidade			Total	%
	Sexo	Abs.	%		
	Masculino	211	65,9		
	Não respondeu	1	0,3		
Cuba	Feminino	77	36,3	212	5,2
	Masculino	135	63,7		
Argentina	Feminino	33	30,3	109	2,7
	Masculino	76	69,7		
Paraguai	Feminino	66	61,1	108	2,7
	Masculino	42	38,9		
Chile	Feminino	15	24,2	62	1,5
	Masculino	47	75,8		
Equador	Feminino	17	34,0	50	1,2
	Masculino	32	64,0		
	Outros	1	2,0		
República Dominicana	Feminino	26	53,1	49	1,2
	Masculino	23	46,9		
Uruguai	Feminino	6	12,2	49	1,2
	Masculino	43	87,8		
Brasil	Feminino	17	53,1	32	0,8
	Masculino	15	46,9		
México	Feminino	5	35,7	14	0,3
	Masculino	9	64,3		
Guiana	Feminino	2	28,6	7	0,2
	Masculino	5	71,4		
Costa Rica	Feminino	0	0,0	4	0,1
	Masculino	4	100,0		
Guatemala	Feminino	3	100,0	3	0,1
	Masculino	0	0,0		
Suriname	Feminino	0	0,0	3	0,1
	Masculino	3	100,0		
Trinidad e Tobago	Feminino	0	0,0	2	0,05
	Masculino	2	100,0		
Aruba	Feminino	0	0,0	1	0,02
	Masculino	1	100,0		
Belize	Feminino	0	0,0	1	0,02
	Masculino	1	100,0		
El Salvador	Feminino	0	0,0	1	0,02
	Masculino	1	100,0		
Guiana Francesa	Feminino	0	0,0	1	0,02
	Masculino	1	100,0		
Nicarágua	Feminino	0	0,0	1	0,02
	Masculino	1	100,0		
Total Geral	Feminino	1.419	35,0	4.067	100,0
	Masculino	2.628	64,9		
	Outros	3	0,07		
	Não respondeu	2	0,05		

Fonte: SÃO PAULO (município), 2020. Dados Abertos. Banco de Dados do Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Apêndice B – Quadro com os principais problemas identificados no diagnóstico realizado pelo IRI-USP

Quadro 7 – Principais problemas relatados por funcionária(o)s pública(o)s de São Paulo, 2013 e 2014

Órgão público	Problemas relatados
Secretaria Municipal de Saúde	i) o idioma; ii) o medo de procurar o serviço de saúde por não estarem com documentação regular e temerem ser denunciados para PF, resultando na expulsão; iii) entraves de ordem cultural: desconhecimento do acesso gratuito ao serviço de saúde, já que no país de origem esse serviço era privado; iv) preconceito por parte dos funcionários municipais; e v) inadequação do serviço de atenção secundária a demandas dos imigrantes nesse setor, o atendimento prioriza os brasileiros, além de existirem “piadinhas” em relação à população de outra nacionalidade.
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)	i) barreira linguística, sendo transposta na busca de atendimento no idioma de origem na rede de assistência social estabelecida; porém essa rede é maior em relação a comunidade latino-americana, sendo que os problemas de acolhimento aos africanos e asiáticos se agravam pela dificuldade de encontrar um intérprete-tradutor; ii) barreira cultural específico dos serviços para esse aspecto; iii) dificuldade de inserção social do SUS do sistema penitenciário, pois os imigrantes nessa situação não podem trabalhar por não estarem regulares com sua documentação e não podem providenciar a regularização porque apresentam pendências judiciais com o regime semiaberto.
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)	i) o idioma é uma barreira entre os funcionários e os imigrantes; ii) falta de sensibilidade dos funcionários no atendimento aos imigrantes, no sentido de atendê-los adequadamente e com cuidado para as especificidades que apresentam; iii) impossibilidade de acesso às políticas de inclusão social aos imigrantes indocumentados.
Defensoria Pública da União	i) dificuldade de comunicação com o imigrante por não terem telefone ou endereço fixo; ii) desconhecimento dos idiomas da população imigrante atendida, mesmo que a maioria dos defensores domine um segundo idioma.
Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE)	i) maior barreira é o idioma; ii) dificuldade no processo de revalidação de diplomas; iii) acolhimento de egressos do sistema penitenciário.

Fonte: IRI-USP, 2017, p. 37-42. Organizado e elaborado: BACRON, Rosana, 2020.

Apêndice C – Roteiro de entrevistada semi-estruturado

1. Nome, idade e local de moradia
2. Tempo que vive em São Paulo;
3. Participa de algum coletivo? Qual?
4. Como o coletivo se articula?
5. Quando começou a participar de atividades políticas?
6. Quais são as lutas das mulheres imigrantes?
7. Quais são as formas de resistência dessas mulheres?
8. Quais foram os momentos marcantes de resistência?
9. Quais são os espaços de fala dessas mulheres?
10. Em quais espaços da cidade de São Paulo as mulheres imigrantes estão presentes?
11. Como se articulam para participar do contexto sócio-político de São Paulo?
12. Como foi o processo de formação do CMPM? Houve algum entrave? Verificar qual a percepção sobre a ficha de inscrição prévia e o único local para votação destinado às mulheres imigrantes para votar.

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Título Preliminar da pesquisa:
O espaço social na e da Cidade de São Paulo. Contradições e resistência das mulheres latino-americanas imigrantes no contexto sócio-político paulistano.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntária/o, do estudo que tem como pesquisadora responsável a estudante Rosana Bacron, do programa de pós-graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo (USP), que pode ser contatada pelo e-mail rosanabacron@usp.br e pelo telefone (11) 97292-1606, sob orientação da Prof^a Dr^a Léa Francesconi. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres latino-americanas imigrantes, empregadas/os de instituições públicas – prefeitura, universidades –, entre outras/os.

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista. Entendo que esse estudo tem por finalidade pesquisa acadêmica, portanto, os dados obtidos não serão divulgados para fins que não sejam esses. *Concordo que os dados utilizados para fins acadêmicos devem preservar o anonimato do participante, assegurando assim minha privacidade.* Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Nome completo da/o entrevistada/o

Assinatura da/o entrevistada/o

Assinatura da pesquisadora

São Paulo, _____ de _____ de _____.